

UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA

SIMÔNI COSTA MONTEIRO GERVASIO

**A NORMATIZAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO NO RIO GRANDE DO SUL NOS
IMPRESSOS PEDAGÓGICOS DO CPOE/RS E NA REVISTA DO ENSINO
(1947-1971)**

**Bagé
2019**

SIMÔNI COSTA MONTEIRO GERVASIO

**A NORMATIZAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO NO RIO GRANDE DO SUL NOS
IMPRESSOS PEDAGÓGICOS DO CPOE/RS E NA REVISTA DO ENSINO
(1947-1971)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGMAE) da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Ensino.

Orientador: Professor Doutor Alessandro Carvalho Bica

**Bagé
2019**

Ficha catalográfica elaborada automaticamente com os dados fornecidos pelo(a) autor(a) através do Módulo de Biblioteca do Sistema GURI (Gestão Unificada de Recursos Institucionais) .

G386 Gervasio, Simôni Costa Monteiro
A normatização do ensino primário no Rio Grande do Sul nos impressos pedagógicos do CPOE/RS e na Revista do Ensino (1947-1971) / Simôni Costa Monteiro Gervasio.
139 p.

Dissertação(Mestrado)-- Universidade Federal do Pampa, MESTRADO EM ENSINO, 2019.

"Orientação: Alessandro Carvalho Bica".

1. Normatização. 2. Revista do Ensino do Rio Grande do Sul. 3. CPOE/RS. 4. Ensino primário. 5. História da Educação. I. Título.

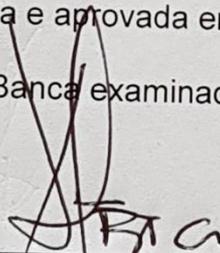
SIMÔNI COSTA MONTEIRO GERVASIO

**A NORMATIZAÇÃO DO ENSINO PRIMÁRIO NO RIO GRANDE DO SUL
ATRAVÉS DOS IMPRESSOS PEDAGÓGICOS DO CPOE/RS E DA REVISTA DO
ENSINO (1947-1971)**

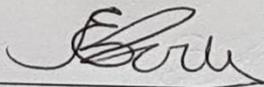
Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino (PPGMAE) da Universidade Federal do Pampa, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Ensino.

Dissertação defendida e aprovada em: 09 de agosto de 2019.

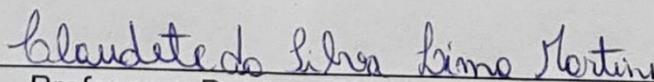
Banca examinadora:



Professor Doutor Alessandro Carvalho Bica
Orientador
Unipampa



Professora Doutora Eliane Terezinha Peres
UFPEL



Professora Doutora Claudete da Silva Lima Martins
Unipampa

RESUMO

O presente estudo analisa as publicações dos Boletins do Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais do Rio Grande do Sul (CPOE/RS) e da Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (RE/RS) com o objetivo de evidenciar o modelo de normatização do ensino primário no Rio Grande do Sul entre os anos de 1947 e 1971 disseminado por esses impressos pedagógicos, buscando observar a organização de um sistema educacional pensado para atender as demandas sociais e econômicas de um período histórico em que o ensino primário foi entendido como peça fundamental para o encaminhamento de soluções para questões sociais. Metodologicamente, trata-se de uma pesquisa alicerçada sob o prisma teórico da perspectiva histórico-crítica e de abordagem técnica-metodológica para a coleta e tratamento de dados da pesquisa baseada na análise documental. Assim, se busca problematizar os contextos sociais, econômicos e políticos que influenciaram processos renovadores do ensino praticados no período e que foram materializadas nos impressos pedagógicos do CPOE/RS e na RE/RS com vista à normatização do ensino. Considera-se, assim, ser possível uma compreensão e interpretação do passado e, conseqüentemente, das propostas que foram disseminadas entre os professores gaúchos no período com a intenção de promover e fortalecer a organização e racionalização do ensino no Rio Grande do Sul. O recorte temporal da pesquisa considera o ano de 1947, quando foi feita a publicação do primeiro BOLETIM DO CPOE/RS e, 1971, quando o ensino brasileiro é reorganizado com a lei nº 5.692/71 e o Centro é extinto. Preliminarmente é possível destacar que ao normatizar, ou seja, ao impor uma norma, o governo do Estado do Rio Grande do Sul estava, por meio do trabalho técnico-científico do CPOE/RS e da credibilidade da RE/RS, promovendo o ensino gaúcho na direção que desejava. Com isso, mais do que usar do discurso autorizado e científico dos técnicos do Centro, a SESP/RS lançava mão de uma expertise educacional que ia de encontro com as necessidades econômicas e sociais do Estado e, assim, colocava a educação a serviço de processos hegemônicos. Neste sentido, as publicações do CPOE/RS e da RE/RS foram alguns dos mecanismos encontrados pela SESP/RS para disseminar e, em consequência, normatizar o ensino praticado no Estado.

Palavras-Chave: Normatização. Revista do Ensino do Rio Grande do Sul. CPOE/RS.
Ensino primário. História da educação.

ABSTRACT

This study analyzes the publications of the *Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais do Rio Grande do Sul* (CPOE/RS) and the *Revista do Ensino do Rio Grande do Sul* (RE/RS) in order to highlight the standardization model of the primary school in *Rio Grande do Sul* between 1947 and 1971 disseminated by these pedagogical forms, seeking to observe the organization of an educational system designed to meet the social and economic demands of a historical period in which primary education was understood as a fundamental piece for forwarding solutions to social issues. Methodologically, it is a research based on the theoretical of the historical-critical perspective and a technical-methodological approach to the collection and treatment of research data based on document analysis. Thus, it seeks to problematize the social, economic and political contexts that influenced the renewing processes of teaching practiced in the period and that were materialized in the pedagogical forms of *CPOE/RS* and in the *RE/RS* with a view to the standardization of teaching. Thus, it is considered possible to understand and interpret the past and, consequently, the proposals that were disseminated among the teachers from *Rio Grande do Sul* in the period with the intention of promoting and strengthening the organization and rationalization of teaching in *Rio Grande do Sul*. The time frame of the research considers the year 1947, when the first Bulletin of *CPOE/RS* was published and, 1971, when Brazilian education was reorganized with Law No. 5.692/71 and the Center was extinguished. Preliminarily it is possible to highlight that by regulating, that is, by imposing a norm, the government of the State of *Rio Grande do Sul* was, through the technical-scientific work of *CPOE/RS* and the credibility of the *RE/RS*, promoting gaúcho education in the direction that suited him. Thus, rather than using the authorized and scientific discourse of the Center's technicians, *SESP/RS* used educational expertise that met the state's economic and social needs and thus placed education at the service of processes hegemonic. In this sense, the publications of *CPOE/RS* and *RE/RS* were some of the mechanisms found by *SESP/RS* to disseminate and, consequently, standardize the teaching that should be practiced in the state.

Keywords: Normatization. *Revista do Ensino do Rio Grande do Sul*. *CPOE/RS*. Primary school. History of education.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1 - Sumário da edição nº 174 de 1992 da RE/RS.....	42
FIGURA 2 - Relação de publicações da RE/RS entre 1939 e 1942.....	43
FIGURA 3 - Fotografia da Professora Maria de Lourdes Gastal.	49
FIGURA 4 - Coluna de despedida da Professora Maria de Lourdes Gastal.	52
FIGURA 5 - Relação de publicações da RE/RS entre 1951 e 1978.....	56
FIGURA 6 - Relação de edições da RE/RS em análise.....	78
FIGURA 7 - Linha temporal do CPOE/RS e da RE/RS.....	79
FIGURA 8 - Montagem com fotografias dos Boletins do CPOE.....	80
FIGURA 9 - Esquema com tópicos tratados nos Boletins em análise.....	82
FIGURA 10 - Montagem com as 59 capas das RE/RS em análise.....	100
FIGURA 11 - Esquema com tópicos tratados nas RE/RS em análise.....	101

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1: Publicações do CPOE/RS em análise.....	77
--	----

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

RE/RS – Revista do Ensino do Rio Grande do Sul

CPOE/RS – Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais do Rio Grande do Sul

RS – Rio Grande do Sul

UNIPAMPA – Universidade Federal do Pampa

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

SESP/RS – Secretaria dos Negócios da Educação e Saúde Pública

SEC/RS – Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul

LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação

UPA – Universidade de Porto Alegre

CEIHE – Centro de Estudos e Investigações em História da Educação

HISALES – História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros Escolares

UFPEL – Universidade Federal de Pelotas

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	11
2 O CONTEXTO HISTÓRICO QUE PERMEIA A PESQUISA.....	26
2.1 As movimentações políticas, sociais e educacionais entre 1947 e 1971	27
2.2 A Revista do Ensino do Rio Grande do Sul	41
2.3 O Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais do RS	60
2.4 Interlocuções entre a RE/RS e o CPOE/RS	68
3 A NORMATIZAÇÃO DO ENSINO PELA ANÁLISE HISTÓRICO-CRÍTICA.....	73
3.1 A normatização do ensino entre 1947 e 1957 nos Boletins do CPOE/RS	80
3.2 A normatização do ensino entre 1956 e 1971 na RE/RS	98
3.3 Similaridades, diferenças e aproximações	124
4 CONSIDERAÇÕES FINAIS	128
REFERÊNCIAS.....	134

1 INTRODUÇÃO

A perspectiva que norteia este trabalho está ligada com a intenção de escrever narrativas históricas e, ao lançar um novo olhar para a História da Educação do Rio Grande do Sul, aproximar a atuação de duas instituições de importância reconhecida para o ensino do Estado buscando compreender os processos de normatização que foram empregados para gerir e organizar as instituições escolares primárias gaúchas entre 1947 e 1971. Assim, e tendo como fonte uma série de fatos e contextos, se busca reunir informações capazes de ajudar na compreensão de um capítulo da história do Rio Grande do Sul, contribuindo para descortinar comportamentos, práticas e valores, presentes em ações prescritivas e disseminadas por todos os cantos do Estado.

Dessa forma, esta pesquisa tem como objetivo principal evidenciar as propostas de normatização do ensino primário no Rio Grande do Sul entre 1947 e 1971, disseminadas pelos impressos pedagógicos do Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais do Rio Grande do Sul (CPOE/RS¹) e também por meio da imprensa de educação e ensino, representada pela Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (RE/RS²), buscando observar a organização de um sistema educacional pensado para atender as demandas sociais e econômicas do período, alinhando-se, também, com as propostas políticas governamentais em vigor.

Para tal, as discussões que compõem esta pesquisa partem da necessidade de compreensão sobre o momento histórico vivido nas décadas de 1930 a 1971, observando os movimentos políticos que influenciaram e provocaram movimentos reformadores no modelo educacional, colocando em evidência a importância que a educação assume em processos de reafirmação de propostas normatizadoras e hegemônicas³ para a sociedade.

Na sequência, e tendo como argumento o reconhecimento que o CPOE/RS e a RE/RS possuem para o desenvolvimento do campo educacional do Rio Grande do Sul, esta pesquisa buscará retomar a história das duas instituições com o objetivo de

¹ Sigla utilizada para referenciar o Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais do Rio Grande do Sul e adotada no corpo deste trabalho.

² Abreviação adotada para representar a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul no decorrer do trabalho.

³ Apoiado na compreensão de Gramsci (1978) que argumenta pela sua utilização a fim de formar uma base social concreta por meio de estratégias e bases ideológicas capazes de unificar as formas de agir e pensar de uma classe específica.

compreender como se deu a sua criação, desenvolvimento do trabalho e extinção, acreditando que suas histórias estão conectadas especialmente pela intencionalidade da normatização de técnicas e métodos educacionais que disseminaram durante toda a sua trajetória.

Por fim, a análise estará centrada nos materiais produzidos pelo CPOE/RS (especialmente nos seus Boletins) e nas edições da RE/RS visando encontrar similaridades e constâncias nas recomendações e prescrições realizadas de modo a formar um saber objetivo, produzido historicamente⁴, conforme Saviani (2013a), e capaz de demonstrar em que medida os impressos em análise evidenciaram e normatizaram propostas para o ensino primário gaúcho entre 1947 e 1971.

Assim, e partindo de concepções que reafirmam a importância de investigações históricas por meio de bases documentais como ferramentas para rastrear os sinais e as pegadas que o pensamento educacional gaúcho trilhou, e contribuindo para o entendimento das relações que se estabeleceram no âmbito social e, em particular, no espaço escolar, este estudo busca se ancorar nas trajetórias históricas da RE/RS e do CPOE/RS e no referencial teórico proposto para balizar os dados obtidos durante a pesquisa e interpretar as possibilidades encontradas.

Preliminarmente, é possível afirmar que o contexto histórico em que se situa o trabalho desenvolvido pelo CPOE/RS e pela RE/RS e os modos com os quais as instituições se colocaram a serviço da educação do Rio Grande do Sul nos anos em análise, possibilitam a compreensão sobre os mecanismos de difusão dos ideais educacionais organizados e disseminados no período de modo a demonstrar que, por meio do CPOE/RS e, posteriormente, da RE/RS, a Secretaria de Educação e Saúde Pública do Rio Grande do Sul (SESP/RS⁵), buscou formatar um modelo de ensino capaz de atender as demandas políticas, sociais e econômicas dos governos do Estado, uma vez que as propostas eram normalizadas, normatizadas e disseminadas em exaustão, alcançando os professores e os ambientes escolares e utilizando-se, especialmente, do potencial que os impressos pedagógicos e os veículos da imprensa de educação e ensino possuíam.

⁴ Os conceitos de saber objetivo e saber produzido historicamente estão ancorados nas ideias de Saviani (2013b) e serão discutidos no capítulo 03 deste trabalho.

⁵ Abreviação adotada em referência a Secretaria de Educação e Saúde Pública do Rio Grande do Sul no decorrer deste trabalho.

Assim, se pretende, com este estudo, fazer aparecer as continuidades e conexões entre as instituições estudadas a partir do contexto histórico em que estão inseridas, considerando que o CPOE/RS e a RE/RS se entrecruzam em um movimento de reconstrução educacional operado pelo governo estadual, em que o ensino precisava acompanhar e oferecer o suporte necessário para as transformações políticas, econômicas e sociais vividas.

Contudo, antes de compreender como a SESP/RS pretendeu promover transformações educacionais por meio da normatização do ensino, é preciso operar com algumas definições e concepções que ajudam na compreensão dos dados levantados na pesquisa e que compõem a justificativa sobre a relevância desta proposta.

Parte-se, então, de argumentações sobre a importância de pesquisas históricas e, especialmente, as baseadas nos impressos educacionais, entendidos como uma alternativa para explicar questões do passado, do ponto de vista estrutural e por meio da investigação de aspectos que forneçam pistas para a compreensão dos sistemas, interesses, normas, desejos em vigor no passado e perpetuados nas páginas dos impressos. “Os impressos pedagógicos [...] são, em nosso entender, dispositivos capazes de revelar as múltiplas faces do campo educacional, além de representarem um espaço no qual os profissionais podem se fazer ouvir na defesa de sua categoria” (LOPES, 2014, p. 81).

Outra característica dos impressos educacionais está na possibilidade que eles apresentam de reunir informações em um mundo rico de detalhes, dinâmico em relações e com horizontes diversificados e, nesse sentido, argumenta-se pela valorização de estudos realizados a partir da base documental desses materiais que permitem estudos do campo da História da Educação trazendo evidências importantes para investigações de temáticas educacionais no âmbito da transmissão de informações e conhecimentos voltados para a reafirmação de comportamentos, práticas e valores, em ações prescritivas, assim como defendem Magaldi e Xavier (2008, p. 10):

A utilização desse material nas investigações científicas desenvolvidas no campo da educação tem ganhado relevo, entre outras razões, pela ampla variedade de publicações que oferecem a representação de um universo social multifacetado, pela potencialidade de captação de debates e ações no campo educacional no momento mesmo em que se processavam e pela possibilidade de promover o acesso do pesquisador a diferentes vozes e diferentes diagnósticos acerca das questões educacionais. (...) A tendência em questão, observada tanto na sociedade brasileira quanto em comunidades acadêmicas estrangeiras com as quais nossos pesquisadores têm estabelecido intercâmbios bastante enriquecedores, tem fertilizado nosso campo de investigação de maneira incontestável, sublinhando não apenas o uso de impressos educacionais como fontes documentais em investigações sobre temas diversos, mas também seu emprego como objetos de análise propriamente ditos (MAGALDI; XAVIER, 2008, p. 10).

A historicidade contida nas publicações dos impressos educacionais que, na perspectiva de mobilização tornam-se dispositivos de orientação e formação do campo educacional, representa a possibilidade de análise de significativos eventos que, enquanto assinalados por padrões forjados como discursos científicos, avançaram com o *status* de verdade e moldaram projetos de ação política-pedagógica, mantendo uma correlação entre a ação, o pensamento educacional e a sua representação nas publicações dos impressos pedagógicos. Assim, tal análise permite uma melhor compreensão de como uma realidade se constituiu, se construiu ou é construída pelos agentes detentores do discurso educacional científico autorizado.

Ao mesmo tempo e, ao considerarmos a argumentação de Bastos (2002) que destaca que os impressos educacionais são produzidos a partir de diversos discursos possíveis, é papel fundamental para o historiador localizar lacunas e contradições, já que a fatura de fontes de análise e possibilidades de interpretação ampliam as possibilidades sobre os resultados obtidos. Assim:

[...] cabe ao pesquisador fazer uma desmontagem do texto – da imprensa – a fim de desvelar os significados, as contradições e as diferenças de forma e de conteúdo das falas que produz. Essa desmontagem significa análise do processo e das condições de sua produção/construção, a partir dos discursos disponíveis. [...] Assim, a imprensa é um instrumento privilegiado de pesquisa para a construção do conhecimento em História da Educação. A imprensa pedagógica – jornais, Boletins, revistas, magazines – feita por professores para professores, feita para alunos, por alunos pares ou professores, feita pelo Estado ou por outras instituições – sindicatos, partidos políticos, associações de classe, Igreja – contém e oferece muitas perspectivas para a compreensão da História da Educação e do ensino. Sua análise possibilita avaliar a política das organizações, as preocupações sociais, os antagonismos e as filiações ideológicas, as práticas educativas (BASTOS, 2002, p. 153).

Aqui, no entanto, se faz necessária uma breve pausa para a argumentação sobre uma diferenciação conceitual entre impressos educacionais, impressos pedagógicos, imprensa periódica pedagógica, imprensa de educação e ensino, imprensa educacional ou outros termos similares encontrados na bibliografia sobre o assunto e que, em alguns casos, são utilizados como sinônimos. Neste trabalho, no entanto, se busca fazer uma diferenciação entre os termos, utilizando também algumas concepções oriundas da Comunicação Social para tratar especificamente das publicações do CPOE/RS e da RE/RS. Quando não houver uma referência direta a um ou outro se optará pelo termo impressos educacionais.

Assim, materiais que consigam, em sua estrutura, caracterização e proposta editorial, unir princípios de imprensa, como a determinação de um público-alvo específico, como a definição de uma circulação e periodicidade, e organizado de modo a considerar questões de diagramação⁶ e *layout*⁷, e que possuam na sua linha editorial a predominância de assuntos educacionais, define-se como veículos pertencentes à imprensa de educação e ensino.

Os termos imprensa periódica pedagógica ou imprensa educacional também se referem a estes materiais, mas já estão atualizados no termo imprensa de educação e ensino, que, entendido de forma mais abrangente, engloba não somente materiais sobre questões de práticas ou técnicas pedagógicas (como remete a imprensa periódica pedagógica) ou materiais que possam remeter a produções de comunicação com a temática educacional (como remete a imprensa educacional) e, assim, tem condições de incluir todos os materiais que em seu processo de produção e circulação consideram pressupostos da Comunicação Social, mas que tem como foco temático as questões educacionais. Este é o caso, por exemplo, da RE/RS, um típico exemplar da imprensa de educação e ensino.

Já os impressos pedagógicos se diferenciam da imprensa de educação e ensino por sua circulação e diagramação e, podem ser entendidos como materiais concebidos com a proposta temática de tratar de assuntos relacionados à educação, mas que tem pouco rigor de circulação e periodicidade, tampouco consideravam

⁶ De acordo com o dicionário Aurélio, diagramar significa “dispor graficamente (os elementos da peça gráfica: textos, títulos, etc) que deverão fazer parte da publicação”. Quer dizer ainda “gerenciar com base em critérios adotados para a programação visual predeterminada”. Ou seja, diz respeito a distribuição dos elementos gráficos no espaço limitado da página que vai ser impressa ou outros meios.

⁷ Na área da arte gráfica, o *layout* é um esboço ou rascunho que mostra a estrutura física de uma página de um jornal, revista ou página na internet. O *layout* engloba elementos como texto, gráficos, imagens e a forma como eles se encontram em um determinado espaço.

questões como a diagramação e *layout* em sua elaboração. Estes materiais, esteticamente, se assemelham mais com livros, o que não o são, pois, mesmo que sem rigor, possuem periodicidade. Assim, podem ser entendidos os Boletins do CPOE/RS, materiais impressos que reúnem as informações de dois anos de trabalho do Centro, distribuídos entre as escolas, mas que em seu formato não possuem preocupações com o *layout*, a estética das páginas, a qualidade da apresentação do conteúdo, pois não são um produto que precisa conquistar seu público-alvo leitor do ponto de vista comercial.

De toda forma, o potencial desses impressos, seja em sua forma mais complexa como em sua forma mais simples, é inquestionável tanto durante seu período de circulação e influência nos contextos educacionais, como na atualidade por sua capacidade de proporcionar estudos de tempos pretéritos pelas diferenças e marcas que os distinguem ou aproximam da temporalidade presente.

O critério para a escolha dos impressos, neste trabalho, está pautado mais nas aproximações do que nos distanciamentos entre eles: ambos são feitos por especialistas e para professores, tratam do mesmo assunto e abrangem o mesmo espaço geográfico; dão voz ao professor na medida em que revelam os discursos que devem ser disseminados; da sua análise emergem ideias matrizes que possibilitam compreender as prováveis articulações entre o processo educacional e a normatização do ensino posta em prática na medida em que repetem as diretrizes até torná-las um saber objetivo produzido historicamente. Sobre a potencialidade dos impressos educacionais, Catani (1996, p. 117) argumenta:

De fato, as revistas especializadas em educação, no Brasil e em outros países, de modo geral, constituem uma instância privilegiada para a apreensão dos modos de funcionamento do campo educacional enquanto fazem circular informações sobre o trabalho pedagógico e o aperfeiçoamento das práticas docentes, o ensino específico das disciplinas, a organização dos sistemas, as reivindicações da categoria do magistério e outros temas que emergem do espaço profissional. Por outro lado, acompanhar o aparecimento e o ciclo de vida dessas revistas permite conhecer as lutas por legitimidade, que se travam no campo educacional. É possível analisar a participação dos agentes produtores do periódico na organização do sistema de ensino e na elaboração dos discursos que visam a instaurar as práticas exemplares (CATANI, 1996, p. 117).

A autora argumenta ainda sobre a necessidade de trabalhos capazes de elaborar repertórios analíticos com informações sobre o ciclo de vida desses materiais, mas também defende trabalhos que se dediquem a sua análise

aprofundada e que, assim, “buscam evidenciar os modos pelos quais se dá a ler aos professores o que se consideram os conhecimentos pedagógicos essenciais às boas práticas” (CATANI, 1996, p. 127). Para a autora, pesquisas empenhadas em compreender a especificidade do funcionamento de um determinado impresso educacional têm condições de contribuir “significativamente para a elucidação dos modos de organização e da dinâmica do campo educacional” (CATANI, 1996, p. 127).

[...] outra diretriz de trabalho se configura pelo estudo específico e “interno” ao próprio periódico e sua produção, a partir do qual é possível reconstruir, num momento dado estágios de funcionamento e estruturação do campo educacional, movimentos de grupos de professores, disputas e atuações. Dito de outro modo, é possível partir do estudo de determinados periódicos educacionais e toma-los como núcleos informativos, enquanto suas características explicitam modos de construir e divulgar o discurso legítimo sobre as questões de ensino e o conjunto de prescrições ou recomendações sobre formas ideais de realizar o trabalho docente (CATANI, 1996, p. 118).

Na potencialidade dos impressos educacionais para a compreensão das dinâmicas presentes no campo educacional reside a primeira justificativa que sustentam este trabalho. A justificativa seguinte está assentada na importância histórica do CPOE/RS para o desenvolvimento do ensino no Rio Grande do Sul, como uma das primeiras instituições preocupada e encarregada, abertamente, de dar bases científicas e reorganizar o ensino posto em prática no Estado⁸.

Assim, o trabalho do Centro precisa ser reconhecido pelo seu impacto na construção de políticas públicas que movimentaram o ensino gaúcho desde a sua criação em 1943 até a sua extinção em 1971. Outra característica marcante do CPOE/RS está no modo como o Centro buscava disseminar os conhecimentos produzidos por ele, se utilizando da publicação de Ofícios, Comunicados, Boletins e outras, como também com a realização de cursos e encontros entre professores. Neste trabalho se destaca a publicação dos Boletins como documentos que reuniam as informações, orientações, avisos e outros conhecimentos para a organização do ensino e práticas dos professores. A esse respeito, Fischer e Fischer (2015, p. 91), destacam:

⁸ Ver para isso Peres (2000) e Quadros (2006).

[...] publicações de diretrizes, comunicados, e até mesmo conteúdos de base legal, não significam a garantia de sua obsequiosa aplicação. Mesmo assim, considera-se pertinente investir tempo em conhecer o conteúdo e as circunstâncias de origem de tais publicações, não apenas no sentido de ampliar nosso conhecimento sobre um passado não tão distante, mas principalmente para que possamos aprender a partir dele (FISCHER; FISCHER, 2015, p. 91).

Embora não se possa ter exatidão sobre a aplicabilidade no cotidiano escolar das orientações promovidas pelo CPOE/RS por meio dos seus Boletins, uma leitura mais atenta do material poderá ser capaz de demonstrar as intencionalidades que o Centro possuía para a organização do sistema educacional primário gaúcho de modo a argumentar sobre a importância desse material para a compreensão de como se deu o processo de normatização do ensino no Rio Grande do Sul.

Outra atribuição possível ao CPOE/RS está na utilização da RE/RS para projeção de suas orientações entre os professores, uma vez que, a partir de 1956, se valendo das dificuldades financeiras que a Revista enfrentava e reconhecendo sua importância para o magistério gaúcho, a SESP/RS realiza a encampação da Revista e a coloca sob a supervisão técnica do Centro. E, a partir da edição nº 42, de março de 1957, a RE/RS passa a publicar a seção “Orientações do C.P.O.E.” com materiais, diretrizes e recomendações dos técnicos do Centro para a condução das disciplinas e organização do sistema educacional primário gaúcho. Além disso, a Revista passa a anunciar que todos seus artigos são avaliados pelo CPOE/RS, o que demonstra que somente materiais que seguissem as diretrizes do Centro eram publicados.

Sobre a trajetória histórica da RE/RS, Bastos (1997) destaca exatamente o momento em que a Revista está alinhada ao Centro como um dos marcos que merecem atenção:

Alguns momentos deste ciclo de vida mostram-se singulares e importantes à educação rio-grandense: o período em que esteve sob supervisão técnica do CPOE/RS (1957-1971), fazendo a articulação direta entre a equipe técnica e pesquisadores da SEC/RS e o magistério; o período de implementação da reforma do ensino de 1º e 2º graus, a partir de 1971, cujo resultado foi a descontinuidade e descaracterização da revista; a equipe diretiva, notadamente a participação da Prof. Maria de Lourdes Gastal e sua contribuição para a divulgação da educação rio-grandense em nível regional e nacional; o período da década de 90, que marca uma nova característica da revista feita por jornalistas para professores, os quais procuravam acompanhar as novas tendências da educação brasileira em suas reportagens; a recepção da revista junto ao seu público-leitor, a sua leitura do corpus textual e as aplicações realizadas no seu cotidiano escolar (BASTOS, 1997, p. 62-63).

Na importância do momento histórico em que as trajetórias do CPOE/RS e da RE/RS se entrecruzam e passam a caminhar no mesmo sentido, está a argumentação para mais uma justificativa deste trabalho, pois, de forma inédita, se busca entrelaçar os materiais produzidos pelo CPOE/RS e a RE/RS compreendendo-os em um processo de continuidade de normatização. Esta proposição se mostrou inédita na medida em que, durante a pesquisa de revisão bibliográfica⁹ realizada para esta pesquisa, não foi localizado nenhum trabalho que, ao se debruçar para a conexão no trabalho dos técnicos do CPOE/RS na RE/RS, utilize a compreensão de continuidade entre as duas instituições e aponte que ela possuía a mesma finalidade: a normatização do ensino primário.

A revisão bibliográfica dessa pesquisa, no entanto, se mostrou bastante útil para evidenciar trabalhos e autores com contribuições fundamentais para a leitura dos dados levantados pela pesquisa. Assim, da busca que foi realizada no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), tendo como descritores “Revista do Ensino” e “CPOE” se utiliza, para as análises sobre a Revista do Ensino, a dissertação “*Projetos na pauta de duas revistas pedagógicas (1939-2009)*” defendida em 2010 por Lenir dos Santos Moraes. Trata-se de um trabalho diferenciado sobre a Revista especialmente porque a autora busca analisar os modos pelos quais os discursos pedagógicos constituíram jeitos de pensar a educação. É importante destacar a forma bastante interessante como a RE/RS é apresentada e problematizada como veículo de comunicação.

Além da dissertação de Moraes (2010), os inúmeros trabalhos da Professora Maria Helena Câmara Bastos sobre a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul e, especialmente, a tese de doutorado que foi editada em formato de livro com título “*A Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939-1942): o novo e o nacional em Revista*” publicado em 2005 e que apresenta como apêndice o texto “*As primaveras da Revista do Ensino: história de um projeto editorial (1951-1992)*” fazem parte da base teórica para compreensão sobre a RE/RS. Soma-se, ainda, o livro “*Professoras: histórias e discursos de um passado presente*” da Professora Beatriz

⁹ A revisão bibliográfica utilizada nesta pesquisa é fruto de ampla pesquisa do tipo Estado da Arte apresentada ainda durante a qualificação do projeto de pesquisa e que reuniu boa parte da produção acadêmica sobre o CPOE/RS e a RE/RS. Neste momento, no entanto, a pesquisa se resume a uma revisão bibliográfica porque já aponta os principais autores sobre as temáticas que compõem o embasamento teórico desta dissertação.

T. Daudt Fischer, publicado também em 2005, para a compreensão da trajetória histórica da Revista e compreensão sobre seus diferentes momentos de atuação e trabalho.

Da pesquisa sobre o CPOE se destacam as teses “*Aprendendo formas de pensar, de sentir e de agir - a escola como oficina da vida: discursos pedagógicos e práticas escolares da escola pública*” defendida em 2000 por Eliane Teresinha Peres, e “*Reforma, Ciência e Profissionalização da Educação: o Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais do Rio Grande do Sul*” defendida em 2006 por Claudemir de Quadros.

A potencialidade de cada um dos trabalhos está exatamente nas diferenças entre eles: enquanto Peres (2000) busca demonstrar como a primeira metade do século XX marca, no Rio Grande do Sul, o momento de organização do sistema público de ensino primário sob a égide do Estado, buscando o discurso de renovação pedagógica difundindo no período por meio, também, do CPOE/RS, Quadros (2006) faz um amplo resgate histórico sobre o trabalho do Centro, defendendo a sua participação na proposição e execução de políticas educacionais, normatização e organização do ensino no Rio Grande do Sul no período em que esteve em atuação. Na medida em que as teses possuem focos diferentes, fazem importantes contribuições para este trabalho e se destacam também por serem as principais referências para todos os demais trabalhos que citam o CPOE/RS.

De modo geral, o que se pode perceber é que a RE/RS possui um número mais expressivo de trabalhos e pesquisas que se dedicam a compreender seu funcionamento e importância, enquanto que sobre o CPOE/RS são mais escassas as referências, o que possibilita a argumentação sobre a importância de uma investigação historiográfica capaz de percorrer os processos de criação e atuação da RE/RS e do CPOE/RS, evidenciando as relações possíveis encontradas nos trabalhos de ambas as instituições e o papel desenvolvido por elas no estabelecimento do contexto educacional do Rio Grande do Sul entre as décadas de 1940 e 1970.

Percebe-se, também, que muitas referências sobre a RE/RS destacam sua atuação voltada para a oferta de sugestões ou propostas de trabalho, orientações didático-pedagógicas, metodologias de ensino e etc., mas as análises não se detêm aos tipos de proposta, ou sobre como elas eram feitas aos professores. Ao mesmo tempo, as referências sobre o CPOE/RS são uníssonas em dizer que o Centro

buscou organizar e dar bases científicas ao ensino, mas poucas se atém em analisar os modos como o CPOE/RS realizava o seu trabalho, ou em que medida conseguia dar fundamento teórico para as sugestões que realizava e de que modo repassava essas orientações aos professores, tal como pretende esta pesquisa e que se utilizou desta percepção para dar início ao caminho que pretende percorrer.

Considerando-se ainda o momento histórico vivido no Brasil e, especialmente, no Rio Grande do Sul entre as décadas de 1930 e 1970, outra justificativa importante para este trabalho está em buscar compreender de que forma os movimentos políticos, econômicos e sociais foram capazes de influenciar na política educacional. Vale destacar que, conforme Quadros, Tambara e Bastos (2007) o período em questão é fortemente marcado pelo movimento de renovação educacional¹⁰ no Estado com a presença de inúmeras iniciativas que “contribuíram para significativas mudanças nos aspectos teóricos-metodológicos das práticas de ensino no período [...]. Dentre muitas, destacam-se duas: CPOE/RS e a Revista do Ensino” (QUADROS; TAMBARA; BASTOS, 2007, p. 322-323).

Assim, ao se apropriar de publicações do CPOE/RS e da RE/RS entendidas como impressos pedagógicos e representantes da imprensa de educação e ensino, respectivamente e, com isso, destinadas à formação e manutenção de um *status quo* social e educacional, esta pesquisa tem a intenção de compreender como as publicações ajudaram a normatizar a proposta de ensino primário em vigor no Estado, revelando diversos elementos que compuseram o sistema de ensino gaúcho e visando responder o problema de pesquisa: de que modo os impressos pedagógicos do CPOE/RS e as publicações da RE/RS normatizaram propostas para o ensino primário no Rio Grande do Sul entre os anos de 1947 e 1971?

O procedimento metodológico que acompanhou a identificação e a manipulação das publicações advém do entendimento de que sem fonte não é possível escrever a História da Educação, sendo considerada a matéria-prima do historiador. Ivashita (2014, p. 02-03) destaca ser fundamental problematizar a ideia de “(re)construir o passado, tendo a certeza de que a história não está pronta, ela está por fazer-se, é expressivo pensar que tantas histórias já foram contadas e tantas ainda há para contar”, discutindo as fontes com a intenção de problematizar os modos possíveis que o historiador possui para pesquisar sobre o passado. A

¹⁰ Tese defendida e comprovada por Peres (2000).

autora define fonte como “tudo o que nos informa sobre a atividade humana, em específico no trato com as questões educacionais” (IVASHITA, 2014, p. 04).

Saviani (2004, p. 05) também contribui para a definição de fonte, ao dizer que:

As fontes estão na origem, constituem o ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado. Assim, as fontes históricas não são a fonte da história, ou seja, não é delas que brota e flui a história. Elas, enquanto registros, enquanto testemunhos dos atos históricos, são a fonte do nosso conhecimento histórico, isto é, é delas que brota, é nelas que se apoia o conhecimento que produzimos a respeito da história (SAVIANI, 2004, p. 05).

Ao ressaltar a característica de versatilidade que as fontes históricas possuem, Ivashita (2014) argumenta pela responsabilidade do historiador ao realizar a sua manipulação e lançar seu olhar questionador sobre elas. Para a autora:

Primeiramente é preciso situar o seu problema de pesquisa, delimitar seu espaço de pesquisa, juntamente com o período de tempo que será considerado, para só então passar para o inventário de quais podem ser as fontes de informação para responder a questão proposta. Se é o problema que norteia a escolha das fontes, podemos entender com isso que uma mesma fonte pode ser utilizada várias vezes e por pesquisadores distintos, tendo em vista que é a pergunta que dará sentido à investigação. Este trabalho implica efetivamente o recorte e reagrupamento de dados e informações que possam dar sentido a pergunta que se quer responder (IVASHITA, 2014, p. 07).

A inesgotabilidade de possibilidades que fontes históricas possuem requer domínio do conteúdo histórico, prévio conhecimento metodológico e capacidade de utilização de técnicas e instrumentos para a coleta e análise dos dados. Rodrigues (2010, p. 35) destaca ainda que “o processo histórico é uma espiral, na qual o pesquisador se situa no centro, ou seja, no interior do campo histórico” e defende a necessidade do entendimento de que a história se constitui por rupturas e descontinuidades, estando na capacidade de interpretação do historiador a possibilidade de explicação de processos dinâmicos e construções sociais.

É fundamental desenvolver uma metodologia que permita entender as contradições internas da estrutura social dos diferentes períodos históricos, com o intuito de estudar essas ondas em suas diversas oscilações, facilitando a reconstrução das relações entre estrutura e superestrutura e entre o desenvolvimento do movimento orgânico e do movimento da conjuntura. Dado que a história é um processo contínuo, constituído por rupturas e descontinuidades, e não uma mera somatória de fatos, o estudo histórico é entendido como uma construção social, e não uma sucessão linear de fatos. Não se trata, portanto, de um desencadeamento incessante de causas e efeitos que se sucedem num dado espaço e tempo (RODRÍGUES, 2010, p. 36-37).

Metodologicamente, então, esta pesquisa está apoiada no referencial teórico-metodológico da pedagogia histórico-crítica de Saviani uma vez que busca as semelhanças, continuidades e aproximações que compõem o saber objetivo produzido historicamente e transmitido aos professores por meio dos materiais do CPOE/RS e da RE/RS. Ao mesmo tempo, a organização das fontes e dados coletados na pesquisa, foi realizada técnica-metodologicamente com base nos princípios da análise documental, entendida como uma possibilidade de desvendar novos aspectos para a temática e o problema de pesquisa.

Dessa forma, se buscou problematizar as propostas materializadas nas publicações, permitindo, assim, uma compreensão e interpretação do passado e, conseqüentemente, das propostas que foram disseminadas entre os professores gaúchos no período.

Outra delimitação importante para a pesquisa está no recorte temporal empregado, organizado entre os anos de 1947 e 1971, uma vez que em 1947 foi realizada a publicação do primeiro BOLETIM DO CPOE/RS e, em 1971, o ensino brasileiro é reorganizado com a lei nº 5.692/71 e o Centro é extinto. Outra data importante é o ano de 1956, pois marca a encampação da RE/RS pelo Estado do Rio Grande do Sul e o início da supervisão técnica do Centro na Revista. Dessa forma, a partir de 1956 se altera o objeto de análise desta pesquisa dos Boletins do CPOE/RS para as edições da RE/RS, argumentando pela potencialidade da publicação e se apoiando na ideia de que o CPOE/RS passa a se utilizar da RE/RS como mais um meio para a divulgação do trabalho desenvolvido pelos seus técnicos.

Enfim, e com a intenção de alcançar o objetivo geral desta pesquisa de evidenciar as propostas de normatização do ensino primário no Rio Grande do Sul entre 1947 e 1971, disseminadas pelos impressos pedagógicos do CPOE/RS e

também por meio da imprensa de educação e ensino, representada pela RE/RS, este trabalho será organizado a partir da problematização do referencial teórico que dará o aporte à pesquisa, com a discussão sobre as movimentações políticas, sociais e econômicas que influenciaram o cenário educacional desde a década de 1930 até a reforma do ensino promovida pela lei nº 5.692 em 1971. Neste momento se buscará evidenciar os movimentos reformadores e suas influências no ensino de forma a oferecer subsídios básicos para a compreensão das motivações presentes nas páginas dos Boletins e da Revista.

Na sequência, as trajetórias da RE/RS e do CPOE/RS serão revisitadas com a intenção de fortalecer as suas histórias, fatos e os contextos. Ao mesmo tempo, se pretende poder compreender o funcionamento da RE/RS e do CPOE/RS de modo a perceber os objetivos, intencionalidades e motivos que norteavam o trabalho desenvolvido. E, por fim, se passará a olhar para os Boletins do CPOE/RS e para as edições da RE/RS que compõem o *corpus* documental da pesquisa na busca de dados que permitam concluir sobre os mecanismos de normatização dos ideais educacionais no período utilizado pelas publicações.

Após toda a problematização proposta por este trabalho se imagina possibilitar a compreensão de que ao normatizar, ou seja, impor uma norma, o governo do Estado do Rio Grande do Sul estava, por meio do trabalho técnico-científico do CPOE/RS e da credibilidade da RE/RS, criando sentido e promovendo o ensino gaúcho na direção que lhe era conveniente. Mais do que usar o discurso autorizado porque científico dos técnicos do Centro, a SESP/RS, lançava mão de uma expertise educacional que ia de encontro com as necessidades econômicas e sociais do Estado e, assim, colocava a educação a serviço de processos hegemônicos. Nesse sentido, as publicações do CPOE/RS e da RE/RS foram alguns dos mecanismos encontrados pela SESP/RS para disseminar e, conseqüentemente, normalizar e normatizar o ensino praticado no Estado.

Assim, mais uma vez os argumentos que sustentam esta pesquisa recaem sobre a potencialidade dos impressos educacionais e, antes de concluir este capítulo introdutório, há espaço para a última justificativa desta pesquisa, localizada no ponto de encontro entre áreas aparentemente distintas (a saber: comunicação e educação) e que são, também, as áreas de formação inicial desta pesquisadora, fato que justifica o interesse em buscar compreender como se dá o elo que representa a

investida acertada do Estado em aliar a educação à imprensa para a promoção e manutenção do *status quo* social e educacional.

A possibilidade de trabalho com impressos educacionais e o interesse em demonstrar sua importância para a compreensão sobre como os governos impõem sobre a educação processos de organização e normatização, é resultado de um processo de constituição pessoal enquanto pesquisadora possível somente após anos de acesso ao ensino superior público, gratuito e de qualidade, resultado de políticas públicas que valorizavam a educação e a compreendem como um mecanismo de promoção e desenvolvimento social.

Se em tempos passados, porém ainda recentes, que refletem na produção de pesquisadores e pesquisas como esta se propõe a ser, havia a oportunidade para a construção do diálogo, do conhecimento e, conseqüentemente, de melhores condições de vida para toda a população brasileira, atualmente é sempre necessário lembrar que, embora vivamos tempos desafiadores, temáticas importantes e caras para o fortalecimento da educação e da pesquisa crítica no Brasil, como a História da Educação, por exemplo, precisam ser compreendidas como fundamentais para a construção e manutenção de uma sociedade democrática que preza pela justiça social, os direitos humanos e a diversidade.

Neste sentido, esta pesquisa pretende se somar aos esforços daqueles que entendem que o debate, o diálogo, a troca de experiências e a possibilidade de analisar os fatos em busca das interpretações possíveis, são os caminhos para o debate plural que faz emergir a potencialidade da História da Educação e da pesquisa no Brasil a serviço da democracia.

2 O CONTEXTO HISTÓRICO QUE PERMEIA A PESQUISA

Uma pesquisa no campo da História da Educação, precisa estar assentada em estratégias que compõem e que possibilitem sua realização. Sendo assim, este capítulo terá como objetivo apresentar os fatos e as trajetórias históricas da Revista do Ensino do Rio Grande do Sul e do Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais do Rio Grande do Sul, partindo do contexto histórico, político e social que anteviu e compôs o período entre 1947 e 1971. Este objetivo está ligado à compreensão sobre a importância de uma contextualização histórica que forneça informações capazes oferecer sentidos aos dados levantados pela pesquisa, auxiliando na sua compreensão.

Assim, se parte da compreensão de que a recente história do campo educacional do Estado do Rio Grande do Sul destaca fortemente a existência da RE/RS e o funcionamento CPOE/RS como instituições públicas com atuação voltada para a orientação técnico-pedagógica e de organização do sistema de ensino e que, de importância reconhecida pela atuação e difusão de políticas educacionais, da literatura pedagógica, de práticas educativas e culturas escolares, são exemplos do uso de impressos pedagógicos e da imprensa de educação e ensino em processos de normatização e reafirmação de discursos hegemônicos de propostas reformistas governamentais.

Inicialmente, então, será realizada a discussão sobre o contexto histórico vivido no campo educacional do Rio Grande do Sul no período, considerando os movimentos políticos, sociais e reformadores que influenciaram os rumos do ensino e as políticas educacionais que regeram o período de 1947 a 1971. A esse respeito, Saviani (2011, p. 29) explica que uma política educacional “diz respeito às medidas que o poder público toma relativamente aos rumos que se deve imprimir à educação. Ao longo do século XX, podemos distinguir três momentos da política educacional no Brasil”:

O primeiro período corresponde o protagonismo do Estado na tarefa de viabilizar a oferta de escolas primárias, guiados pelo ideário do iluminismo republicano, ficando a União com o encargo de regular, num movimento pendular, o ensino secundário e superior. Essa fase se estende de 1890 a 1931. O segundo período vai até 1961 e traz à tona protagonismo da União que busca regulamentar o ensino em todo o país incorporando, de forma contraditória, o ideário renovador. O terceiro período pode ser demarcado entre 1961 e 2001 e corresponde às iniciativas para unificar a regulamentação do ensino tendo como referência uma concepção produtivista (SAVIANI, 2011, p. 29).

Na sequência, e mantendo a lógica cronológica de fundação e extinção, este trabalho discutirá a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1939-1994) e o Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais do Rio Grande do Sul (1943-1971). Destaca-se, ainda, que embora o recorte temporal da pesquisa esteja traçado entre os anos de 1947 e 1971, as trajetórias históricas da RE/RS e do CPOE/RS merecem atenção em sua totalidade e, por isso, a retomada histórica realizada incluirá a linha de tempo completa das instituições, ao invés de se ater ao recorte temporal da pesquisa. Ao mesmo tempo, as políticas educacionais em vigor no período serão consideradas para a análise dos dados obtidos e avaliação do comportamento do CPOE/RS e da RE/RS em relação às propostas governamentais para a educação.

2.1 As movimentações políticas, sociais e educacionais entre 1947 e 1971

Considerando a categorização temporal de Saviani (2011) para as políticas educacionais do período é necessário retomar o segundo período proposto pelo autor para entender o desenrolar dos acontecimentos históricos em vigor a partir de 1947. Conforme ele:

Vitoriosa a Revolução de 1930, um dos primeiros atos do novo governo foi a criação do Ministério da Educação e Saúde Pública. E em 1931, o titular desse ministério baixou vários decretos cujo conjunto compõe as reformas Francisco Campos, abrangendo a criação do Conselho Nacional de Educação, os Estatutos das universidades brasileiras, a organização da Universidade do Rio de Janeiro e dos ensinos secundário e comercial. Embora o ensino primário ainda não tenha sido contemplado nessas reformas, dava-se um passo importante no sentido da regulamentação, em âmbito nacional da educação brasileira. Como coroamento de um processo que vinha se desenvolvendo desde a criação da Associação Brasileira de Educação (ABE) em 1924, foi lançado em 1932 o “Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova” que, após diagnosticar o estado da educação no Brasil afirmando que “todos os nossos esforços, sem unidade de plano e sem espírito de continuidade, não lograram ainda criar um sistema de organização escolar a altura das necessidades modernas e das necessidades do país”, apresenta um “Plano de Reconstrução Educacional”. O Manifesto é um documento de política educativa em que, mais do que a defesa da Escola Nova, está em causa a defesa da escola pública. Suas diretrizes influenciaram o texto da Constituição de 1934 cujo capítulo sobre a educação resultou, porém, da conciliação entre as posições opostas de católicos e renovadores (SAVIANI, 2011, p. 31-32).

O autor destaca ainda que, tendo Gustavo Capanegra como Ministro da Educação a partir de 1934, o processo de reforma educacional iniciado em 1930 teve continuidade, resultando em leis orgânicas para todos os níveis de ensino, até que em 1946 foi promulgada uma nova Constituição, possível a partir do fim do Estado Novo e da retomada do processo democrático. O texto da lei definiu como “privativa da União a competência para fixar as diretrizes e bases da educação nacional” (SAVIANI, 2011, p. 34).

O Rio Grande do Sul, a partir de 1947, vivia sob os reflexos da campanha de nacionalização e o “fim da excepcionalidade política reinante desde 37” (GERTZ, 2007, p. 58) com a queda de Getúlio Vargas do governo federal e a posse do general Eurico Gaspar Dutra na presidência da República em 1946. De acordo com Gertz (2007), em janeiro de 1947 houve eleições, com a vitória de Walter Sá para o governo do Rio Grande do Sul e, até o ano de 1964, o Brasil e o Rio Grande do Sul viveram um período chamado por alguns autores de “democracia populista, que representou uma fase de grande efervescência no cenário político nacional” (FLACH; CARDOSO, 2007, p. 59).

No governo do Estado, alternaram-se: Walter Sá Jobim (1947-1950), Ernesto Dornelles (1951-1954), Ildo Meneghetti (1955-1958 e 1963 a 1966) e Leonel de Moura Brizola (1959-1962), Walter Peracchi Barcellos (1967-71) e Euclides Triches (1971-1975), sendo que os dois últimos já em um período de ditadura. De modo geral se observa algumas de peculiaridades no sistema partidário gaúcho que,

durante a década de 1940, realizou alternância entre “dois blocos dominantes divididos entre populismo (PTB) e conservadores-liberais (anti-PTB)” (FLACH; CARDOSO, 2007, p. 61) e, a partir da década de 1950 viu o retorno do “fenômeno da polarização partidária (...) fenômeno característico da República Velha, em que rivais chimangos do PRR castilhistas e positivistas, opunham-se aos maragatos do PL” (FLACH; CARDOSO, 2007, p. 61)¹¹.

Para o caso do Brasil em geral é preciso considerar que:

Entre 1946 e 1964 o Brasil experimenta uma certa oxigenação de sua sociedade civil e este é, em consequência, um período em que se movimentam muito mais os partidos, os sindicatos e as diferentes organizações civis. Debate-se desde as opções econômicas até as diretrizes educacionais para o país. Amplia-se o setor industrial e urbano (LOURO, 1986, p. 27).

Especificamente sobre o Rio Grande do Sul, Louro (1986) destaca também o esgotamento do modelo econômico baseado na agropecuária e, em consequência, o êxodo rural, como causadores de alguns problemas sociais como a pobreza, o desemprego e outros. É, assim, deste período, a preocupação com a promoção de oportunidades que levasse as populações à vida produtiva, ação que passou diretamente pela necessidade de escolarização primária, se refletindo expressivamente no aumento do número de matrículas nas escolas primárias gaúchas.

¹¹ Para mais informações, ver o texto “O sistema partidário: a redemocratização” de Ângela Flach e Claudira do S.C. Cardoso que apresenta dados e ampla discussão sobre os movimentos partidários que compuseram a história do Rio Grande do Sul no período. O material compõe o capítulo III do livro “República: da revolução de 1930 à ditadura militar (1930-1985)” da editora Méritos e que tem Nelson Boeira e Tau Golin como organizadores.

A agitação que caracterizou esta fase e a própria alternância dos partidos políticos no governo do RS permitem que se entenda porque, na condução oficial da educação do estado, esse se tenha revelado como um período com “certa descontinuidade” – no dizer de Coelho de Souza. De fato, do fim do Estado Novo (1945) até o início da década de 60, pela Secretaria de Educação e Cultura gaúcha passaram treze secretários¹², o que acarretou provavelmente dificuldades para fortalecer as decisões tomadas em cada gestão (LOURO, 1986, p. 29).

No campo da educação, desde os primeiros anos da década de 1940, se vivia os reflexos da República Velha (1889-1930), período em que se percebia na “educação, em especial na universalização do ensino primário, o elemento alavancador da constituição de novo processo civilizatório” (QUADROS; TAMBARA; BASTOS, 2007, p. 315) e, nos anos seguintes, foram estruturadas várias instituições e organizações com o objetivo de superar as deficiências na área e, especialmente, o analfabetismo, problema que tentava-se combater desde o século XIX.

A educação primária assumiu, a partir de então, papel de grande preocupação do Estado, uma vez que o analfabetismo foi um problema permanente no período, “alvo de todas as administrações, mas que sempre tem obstáculos na carência de recursos materiais e humanos” (LOURO, 1986, p. 29). Assim, no Rio Grande do Sul, “a constituição das redes de ensino assumiu formatações específicas, devido às singulares intervenções do estado nessa área, e, de modo especial, peculiar formatação socioeconômica que se constituiu a partir da inserção de fortes correntes migratórias” (QUADROS; TAMBARA; BASTOS, 2007, p. 316).

O modelo educacional para o ensino primário estava ancorado no decreto-lei nº 8.529, promulgado em 02 de janeiro de 1946, logo após a queda de Getúlio Vargas e a mudança de regime. “A volta à normalidade democrática vai ser sentida através desse decreto-lei, que já revelava certo grau de abertura e nenhum sinal da influência fascista que se podia perceber através da Lei Orgânica do Ensino Secundário” (ROMANELLI, 2001, p. 160). A autora destaca ainda que antes do

¹² De acordo com Quadros (2006), foram Secretários da Educação no período: Luiz Sarmiento Barata (16/11/1946-27/3/1947); Elói José da Rocha (27/3/1947-31/1/1951); Júlio Marino de Carvalho (31/1/1951-4/9/1953); José Mariano de Freitas Beck (4/9/1953-2/8/1954); Alter Cintra de Oliveira (2/8/1954-8/10/1954); José Mariano de Freitas Beck (8/10/1954-7/3/1955); Liberato Salzano Vieira da Cunha (7/3/1955-1957); Ariosto Jaeger (13/4/1957-3/7/1958); Adroaldo Mesquita da Costa (3/7/1958-14/2/1959); José Mariano de Freitas Beck (14/2/1959-4/1/1960); Justino Quintana (4/1/1960-23/7/1962); Raul Cauduro (25/7/62-30/1/1963); Zilah Matos Totta (30/5/1963-31/1/1964); Ariosto Jaeger (31/1/1964-30/8/1965); Lauro Leitão (30/8/1965-7/2/1966); José Carlos Kirst (12/8/1966-18/11/1966); Luiz Lesseigneur de Faria (31/1/1967-15/3/1971); Mauro Costa Rodrigues (15/3/1971-15/3/1975).

decreto, o ensino primário praticamente não possuía diretrizes traçadas pelo governo federal, ficando sob os cuidados dos Estados.

Na verdade, a não ser a obra esporádica das ordens religiosas, jamais se tinha cuidado seriamente do assunto. Isso, no entanto, não significava que o ensino primário estivesse em completo abandono pelos poderes públicos. Estes vinham desenvolvendo uma ação sobre a escola nos Estados e através deles. Era a administração estadual que cuidava do assunto e a ela estavam afetas até então as reformas por que passara esse nível de ensino (ROMANELLI, 2001, p. 160).

A partir de então, o ensino primário ficou dividido em primário elementar, de quatro anos de duração, e primário complementar com um ano de duração, para crianças de 7 a 12 anos. Para a educação de adolescentes e adultos, a previsão de ciclo de estudos primários era de dois anos de duração. O currículo foi estruturado com: leitura e linguagem oral e escrita, iniciação à matemática, geografia e história do Brasil, conhecimentos gerais aplicados à vida social, à educação para a saúde e ao trabalho, canto orfeônico e educação física.

No Rio Grande do Sul, Peres (2000) destaca que desde 1909, os Colégios Elementares começaram a ser instalados por todo o Estado e, partir de então, “o ensino primário sob a responsabilidade do Estado tinha então consolidado um modelo escolar que não mais seria abandonado” (PERES, 2000, p. 107) para, a partir de 1939, os estabelecimentos de ensino público serem considerados de dois tipos: escolas isoladas e grupos escolares.

Chega-se, portanto, aos anos 40, com um visível crescimento do número dos grupos escolares estaduais. Novamente, nesse período, procederam-se algumas modificações/alterações na estrutura do ensino público. Nesse sentido, foi extinto, em 1942, o sexto ano das escolas primárias do Estado e, a partir de 1947, de acordo com a Lei Orgânica Federal de 1946, o ensino no Estado organizou-se em curso elementar, de quatro anos, e curso complementar, de um ano. As escolas isoladas podiam oferecer somente o curso elementar, o que na prática significava que as escolas mantinham até o 4º ano escolar, e os grupos escolares ofereciam o curso elementar e o curso complementar, ou seja, mantinham do 1º ao 5º ano (PERES, 2000, p. 117).

Outro destaque para a organização do sistema de ensino no Rio Grande do Sul desde os últimos anos da década de 1940, está no papel desempenhado pelo Estado a começar pelas mudanças realizada na secretaria de estado para a pasta da educação e que resultaram na criação do CPOE/RS em 1943 com a intenção de

organizar “cursos periódicos para os professores em exercício (de modo especial os contratados em regime de emergência)” (LOURO, 1986, p. 29), mas também como uma alternativa de formação e capacitação para os professores contratados emergencialmente para atender as novas demandas, mas que não possuíam a formação idealizada e, assim, necessitavam de subsídios para exercer o ensino pretendido pela SESP/RS.

Para Quadros, Tambara e Bastos (2007) a proposta educacional em vigor no Estado no período teve início em outubro de 1937, quando, durante o Estado Novo, o general Daltro Filho assumiu o governo do Estado como interventor federal e nomeou como Secretário de Educação e Saúde Pública (SESP/RS), José Pereira Coelho de Souza “que desempenhou papel proeminente no campo educacional do estado no tempo em que esteve à frente da secretaria (1937-1945)” (QUADROS; TAMBARA; BASTOS, 2007, p. 319).

No transcorrer do mandato de Coelho de Souza junto à SESP/RS, houve intenso movimento de reforma do sistema educativo no estado e implantação do processo de nacionalização do ensino. A nacionalização do ensino, como processo amplo, abriu um campo de possibilidades à intervenção estatal, que envolveu, quatro dimensões importantes e concomitantes: 1ª) extensa e detalhada jurisprudência sobre a educação; 2ª) reestruturação técnica e administrativa da SESP/RS; 3ª) desenvolvimento de políticas de extensão da rede de ensino estatal, com construção de escolas, a contratação de professores e funcionários e ampliação do número de estudantes matriculados; 4ª) atenta orientação, supervisão e inspeção do trabalho escolar (QUADROS; TAMBARA; BASTOS, 2007, p. 319).

Embora a preocupação do SESP/RS em reorganizar o sistema de ensino gaúcho, tendo como justificativa o movimento de nacionalização, a necessidade de enfrentamento do analfabetismo, o crescente número de matrículas nas escolas primárias, e as adequações necessárias para o atendimento do decreto-lei nº 8.529, na avaliação de Romanelli (2001), a legislação teve, nacionalmente, pouca aplicabilidade: “restou apenas o espírito da lei que, revelando preocupações mais democráticas e princípios mais afins com os defendidos pelo Movimento Renovador, demonstrou que, afinal, o contexto político tem algo a ver com a legislação escolar” (ROMANELLI, 2001, p. 163).

A partir dos anos 50, já se começa a observar, conforme Louro (1986, p. 31), em algumas escolas gaúchas, “reflexos das transformações que se dão na sociedade mais ampla. Modificam-se currículos, estabelecem-se novos planos e

propostas, recebem-se visitantes estrangeiros, redefinem-se objetivos, em consonância com a fase que o país vivia”. Peres (2000) destaca também que, a partir do fim dos anos 30, e tendo como ápice os anos 40 e 50, vive-se um “momento estruturante da escola primária gaúcha que caracteriza-se pela institucionalização da renovação pedagógica” (PERES, 2000, p. 124), influenciada, especialmente, pelo trabalho desenvolvido pelo CPOE/RS.

O período é caracterizado também por fortes discussões para a elaboração de uma nova legislação educacional, resultando na Lei nº 4.024 de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, promulgada em dezembro de 1961. O período de 1956 a 1961 foi, de acordo com Louro (1986), de grandes conflitos entre a Igreja Católica com representantes de escolas particulares, tendo como foco o modelo educacional em vigor.

Falam ambos em liberdade de ensino, mas entendem-na de modo diferente. Para os primeiros, liberdade de ensino significa o indivíduo poder escolher o tipo de escola que quer frequentar e, apoiando-se na doutrina católica, acusam os defensores da escola pública de pregarem uma educação materialista, posta exclusivamente nas mãos do estado e que seria um caminho para o marxismo e para um regime totalitário. De outro lado, juntam-se educadores de diferentes concepções, que Buffa percebe como três grupos: 1) os liberais-pragmatistas (com destaque para a figura de Anísio Teixeira) da linha escolanovista e que acreditam que a educação deve adaptar o indivíduo à realidade social; 2) os liberais-idealistas, que afirmam que a educação deve ter como objetivo supremo a afirmação da individualidade, da originalidade, da autonomia ética do indivíduo; 3) pensadores de tendência socialista (como Florestan Fernandes) que defendem a escola pública na medida em que somente esta pode se configurar como instrumento eficaz na superação do subdesenvolvimento político, econômico, social e cultural em que vivem os brasileiros. [...] Por fim a lei aprovada representa uma conciliação; embora assegure algumas vantagens para os tradicionais, como recursos do estado para o ensino primário. A lei também indica que ao governo federal caberá determinar as metas educacionais a serem alcançadas, mas transfere para os estados e municípios a organização e execução, ficando ao setor federal o papel de suplementação das deficiências regionais (LOURO, 1986, p. 34).

No mesmo sentido, se destaca que a década de 1950, por ocasião da longa tramitação do projeto que deu origem à LDB 4.024/61, foi marcada por disputas entre, por exemplo, a tradição histórica e a defesa da educação pública, mas também por debates entre os ditos científicos e não científicos. Faria Filho (2010) destaca que, desde as circunstâncias da produção e circulação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, de 1932, haviam disputas internas na Associação Brasileira de Educação (ABE).

Na ABE, grupos ligados à defesa da escola pública e da necessidade de estruturação de um sistema nacional de ensino que garanta a qualidade, a laicidade e a gratuidade da escola pública, contrapunham-se a outros grupos defensores do financiamento público à escola privada, da necessidade de educação religiosa nas escolas públicas, tudo isso a partir do fundamental de que a cada família deveria ser garantida a liberdade de escolha da educação desejada para seus filhos (FARIA FILHO, 2010, p. 20).

Saviani (2011) destaca que a LDB de 1961 manteve, em boa parte, a estrutura em vigor para o ensino, porém a tornou mais flexível. Nos anos seguintes, com Leonel Brizola como secretário de educação, houve uma ampla campanha para ampliação da rede de ensino por meio do Plano de Expansão Descentralizada do Ensino Primário e com a construção de escolas “espalhadas por todo o território rio-grandense com o objetivo de atingir os setores mais carentes da população” (LOURO, 1986, p. 36). Saviani (2011, p. 34) argumenta pela importância da década de 1960 dizendo que “sob a hegemonia das ideias novas, a década de 1960 foi fértil em experimentação educativa”. Porém, após o golpe civil militar de 1964, todo o sistema de ensino começa a ser reorientado já que “a nova situação exigia adequações que implicavam mudanças na legislação educacional” (SAVIANI, 2011, p. 34).

Assim, a ditadura civil militar implantou um novo regime de organização política, e um significativo número “de pessoas foi atingido no Rio Grande do Sul por cassações, demissões, aposentadorias compulsórias, perda de direitos políticos, enfim, por ações que as afastaram do mundo do trabalho e do cenário político” (RODEGHERO, 2007, p. 83).

A prática educacional pós 64 é controlada e avaliada como fora antes. Apoia-se em modelos e sistemas e, segundo a linguagem da época deve ser “produtiva” e “eficiente”. É controlada também no sentido ideológico, sendo vigiada para que ideias “subversivas” não se infiltrem nas escolas e não desviem os jovens dos caminhos que a nova ordem política consideram corretos. [...] Na área educacional também se espera eficiência e eficácia, pois as falhas do sistema de ensino do país, (evasão, repetência, preparação inadequada para o mercado de trabalho, etc.) são vistas como responsáveis em grande parte pelo atraso brasileiro. Isso se acentua na medida em que o processo de desenvolvimento capitalista passa a exigir elementos mais qualificados para operarem com as novas tecnologias das empresas. Por tudo isso é meta do governo a reformulação e modernização da área educacional (LOURO, 1986, p. 38-39).

É inaugurado no período um modelo tecnicista de educação, apoiada na teoria geral de sistemas e na teoria do capital humano. Saviani (2011) argumenta

que foi a luz da concepção produtivista da educação que “novas medidas de política educacional foram formuladas e implementadas” (SAVIANI, 2011, p. 37). Louro (1986) também contribuí com o tema, destacando o funcionamento dos métodos de ensino pós 1964:

Como ocorrera também na época da Escola Nova, os educadores engajados na tendência tecnicista parecem entender que os instrumentos empregados são neutros, ou seja, não trazem em si mesmo qualquer posicionamento político. E se na escola tradicional a ênfase tinha sido o professor, e na escola nova fora o aluno, agora são os meios e recursos de ensino que tem a prioridade. Há uma preocupação em elaborar “programas” de ensino, seja através de material escrito (instruções programadas, estudos de fichas sequenciadas, etc.), seja através de meios áudios-visuais (gravadores, “slides”, filmes, TV, rádio e outros). O material programado origina-se sempre do diagnóstico de uma necessidade; são determinados os objetivos específicos que se pretende alcançar; o conteúdo é selecionado, considerando-se a população-alvo; a seguir ele é dividido em pequenas etapas sequenciais; é prevista a avaliação e a reavaliação (feed back). Há uma preocupação com a quantificação, clareza e precisão dos objetivos e da avaliação, numa nítida influência da matemática (disciplina que tem agora mais realce), bem como evidenciado o desejo de obter o maior controle possível sobre todo o processo, numa tentativa de prever e moldar o comportamento dos alunos. No desenvolvimento desta tendência pedagógica, frequentemente o planejamento do ensino e mesmo a programação dos materiais instrucionais é feita em gabinetes, por equipes especializadas, sejam ligadas aos órgãos educacionais governamentais, ou aos da própria escola, mas que deixam ao professor apenas o papel de executor dos programas (LOURO, 1986, p. 39-40).

O período é fortemente caracterizado pela preocupação em manter e consolidar a ordem política nos diferentes setores da vida nacional, colocando para o governo “a necessidade de normatizar tudo, imprimindo novas orientações (geralmente centralizadoras) para execução das atividades sociais, políticas, econômicas e culturais” (LOURO, 1986, p. 43) e culmina atingindo a educação, entendida como “um setor importantíssimo da formação de um cidadão adaptado ao novo momento político-institucional” (LOURO, 1986, p. 43).

Neste cenário, é promulgada a lei nº 5.692/71, incorporando ao ensino primário a tendência tecnicista. “Rege-a o espírito da produtividade, eficiência e eficácia, daí a busca de não duplicação de meios para os mesmos fins, o caráter de terminalidade dos estudos (com profissionalização ao fim do 2º grau) e uma certa ênfase nas disciplinas operacionais” (LOURO, 1986, p. 45), sendo instaurando um novo período no sistema de ensino em vigor, proposto com a intenção de, mais uma vez, acompanhar e moldar a educação ao cenário político e social em vigor. Assim, mais uma vez se reforma a educação e, desta vez, de forma profunda e de modo a

ser capaz de colocar em prática um novo modelo educacional, marco histórico que determina o fim do recorte temporal desta pesquisa.

Ao percorrer alguns dos acontecimentos que marcaram a história política e, em consequência, educacional do Brasil e do Rio Grande do Sul, se pode perceber que as políticas públicas cumpriram papel central para o sucesso dos processos reformadores do ensino. Na verdade, os projetos reformadores caracterizaram o sistema educacional por meio de conjuntos de propostas relativas ao ensino e que acompanhavam os discursos e propostas governamentais de cada período, conferindo à educação um papel central na promoção de novas formas de ordenamento social.

Outro destaque sobre a realização das reformas educacionais no Brasil do século XX está na análise de Faria Filho (2010) sobre a retórica das reformas educacionais que destaca que as propostas reformadoras, em sua maioria, têm como pedra fundamental a proposta de melhorar o sistema em vigor, em atenção aos anseios sociais. Dessa forma, o autor argumenta que, desde os anos 30, os sistemas de ensino passaram por diferentes propostas realizadas a partir da tríplice: reformar os professores, reformar os métodos, para reformar a sociedade.

Sobre as propostas reformadoras a partir da reforma dos professores, Faria Filho (2010, p. 16) explica que “a ideia básica é que é da ação dos professores que adviria uma melhor educação das crianças. Aliada a esta proposição fundamental, e reforçando-a, está a ideia de que outro indicador fundamental para se analisar a qualidade da escola era o método utilizado”.

Para exemplificar sua argumentação sobre a reforma a partir da reforma do professor, Faria Filho (2010) utiliza um parecer de Ruy Barbosa de 1947 sobre a instrução pública no Império, justificando que o texto, de uma só vez, “afirmava a importância do mestre, responsabilizando-o pelo sucesso (e pelo fracasso) da escola e deslegitimava aquilo que os professores têm de mais importante: os saberes e as experiências construídos no exercício do ofício” (FARIA FILHO, 2010, p. 18) e conclui, a partir das características básicas do parecer, o seguinte:

Em primeiro lugar, como já se disse, faz coincidir a reforma da escola com a reforma do mestre. É notável, pois, a centralidade que o parecerista dá ao professor, a ponto de fazer convergir para sua posição a própria escola. O professor, então, seria o principal responsável pelo sucesso da nova escola que se avizinhava. No entanto, não podemos esquecer o sombrio diagnóstico traçado: a escola, então, era marcada “pela mais endurecida das rotinas – a rotina pedagógica”!!! Ou seja, o professor existente, aquele que trabalhava em cada escola, era um rotineiro que precisava ser reformado para dar lugar a um novo professor que soubesse, entre outras coisas, manejar a principal das ferramentas pedagógicas: os novos métodos postos em circulação naquele momento (FARIA FILHO, 2010, p. 17-18).

Outra característica apresentada por Faria Filho (2010) para todos os projetos de reforma da educação propostos ao longo do século XX é “fazer coincidir a reforma da escola com a reforma social” (FARIA FILHO, 2010, p. 18) criando uma hierarquia dos problemas nacionais em que a educação precisa ser priorizada para a reconstrução nacional. “Esta premissa, atualizada em cada proposta de reforma da educação, é pedra de toque da retórica que nos faz acreditar que o emprego, a distribuição de renda, o desenvolvimento econômico e social, a saúde, a diminuição da criminalidade, etc., etc., tudo isso depende da educação” (FARIA FILHO, 2010, p. 21).

As retóricas de Rui Barbosa e dos chamados Pioneiros da Educação foram amplamente apropriadas pelos reformadores da educação que os sucederam. A centralidade do professor no processo educativo e a consequente responsabilização do mesmo pelo fracasso escolar; a grande importância atribuída ao método na definição do que seja uma escola de qualidade; a desqualificação da experiência do professor e a defesa enfática da necessidade de sua formação; a coincidência entre a reforma e a modernidade o combate à tradição e a afirmação de superioridade do novo e, finalmente, a reforma da escola como pedra de toque para a reforma social são apenas algumas das tópicas continuamente atualizadas nos argumentos reformistas (FARIA FILHO, 2010, p. 22).

Por fim, o autor coloca o discurso renovador como próprio de todos os discursos reformistas. “Os reformistas fazem coincidir continuamente a reforma com o novo, o novo com o moderno, o moderno com o progresso e o progresso com as melhorias que advirão com as reformas” (FARIA FILHO, 2010, p. 21) e, da mesma forma atribuiu aos reformistas o desejo de coincidir “a situação antes da reforma com o velho, o velho com o tradicional, o tradicional com o atraso, o atraso com a situação que deve ser extirpada pelo esforço reformista” (FARIA FILHO, 2010, p. 21).

A lógica apresentada por Faria Filho (2010), que detalha o funcionamento das reformas educacionais focadas nos professores, nos métodos a partir dos anseios sociais, econômicos e políticos, e ancoradas na justificativa de necessidade de novos modelos, expõe com clareza o modo pelo qual se buscou reorganizar o ensino gaúcho desde a década de 1940 e, especialmente, por meio do trabalho do CPOE/RS que, desde sua criação, foi anunciado como uma instituição com vista a oferecer subsídios para o trabalho dos professores, visando à normatização de métodos e práticas e apoiados em um discurso que se propunha estar alinhado com o novo e o científico. Da mesma forma, se justifica a atuação da RE/RS, a partir de 1956, apresentada como um veículo a serviço do magistério gaúcho, trabalhando para oferecer propostas de trabalho em consonância com os objetivos do CPOE/RS.

Percebe-se, também, que a retórica das reformas expõe as influências sobre os movimentos renovadores educacionais, demonstrando a importância que a educação assumiu para o desenvolvimento social, econômico e político e, ainda, que o Rio Grande do Sul acompanhou os movimentos políticos e sociais que marcaram a história do Brasil, sendo profundamente influenciado por movimentos de ideias pedagógicas renovadoras, conforme Quadros (2006) que destaca que a mudança educacional do Rio Grande do Sul operou nas perspectivas sobre a escola e sua função social.

Esse movimento de reforma educacional no Rio Grande do Sul, que se refletiu intensamente na perspectiva de modernização das instituições, foi mais do que um movimento administrativo. Modificou não só a legislação que regulamentava a educação e os espaços em que se realizava, mas os métodos de ensino, as relações de trabalho, as finalidades da instrução e os dispositivos por meio dos quais ela adquiria sua eficácia social (QUADROS, 2006, p. 117).

É dentro do contexto de busca pela renovação do ensino que se inicia o processo de racionalização e reorganização e “no Rio Grande do Sul, como de resto no Brasil, solidificou-se o movimento de renovação escolar consubstanciado nos princípios e diretrizes do movimento da escola nova” (QUADROS; TAMBARA; BASTOS, 2007, p. 320). Porém, é preciso ter cautela ao argumentar sobre as influências do Movimento da Escola Nova no Rio Grande do Sul devido às características peculiares que o movimento assumiu no Estado. Assim, mais do que reorganizar o ensino sob a influência da Escola Nova, o Rio Grande do Sul instituiu novas políticas públicas colocando em prática um conjunto de medidas e uma

extensa normatização do sistema de ensino, culminando na criação da Secção Técnica da Diretoria Geral de Instrução Pública e, posteriormente, do CPOE/RS. Neste contexto, se argumenta que, no período, o educativo se constituiu como político.

A reforma educacional promovida pelo estado deve ser vista, também, como uma intersecção das relações entre conhecimento, instituições e poder. Envolveu variadas instituições (governo, igreja, partidos políticos, imprensa, escolas, comunidades), que se entrelaçaram como fios do tecido da reforma. Foi resultado de uma conjunção de elementos (nacionalização do ensino, Estado Novo, crescimento populacional, circulação de discursos pedagógicos, participação de intelectuais) e, não de uma evolução ou necessidade. A partir dessa, mais do que antes, instaurou-se o reconhecimento e a supervisão direta do sistema educativo pelo Estado, bem como se abriu espaço a uma organização social e epistemológica das escolas na produção de uma disciplina moral, cultural e social da população. Com isso, a reforma educacional, além de transmitir informações, buscou instaurar novas práticas; constituir-se como ponto estratégico à promoção da modernização das instituições; como um mecanismo para alcançar o ressurgimento econômico e a transformação cultural e, sobretudo, como parte do processo de regulação social. (QUADROS; TAMBARA; BASTOS, 2007, p. 323-324).

Esse contexto reformador exigia conhecimento, planejamento e organização, sendo disseminado por meio do trabalho dos técnicos e especialistas integrantes do CPOE/RS que, com o objetivo de promover a organização e controle do sistema educativo, buscou estabelecer políticas, disciplinas e a direção da reforma. Uma série de tecnologias foi empregada para a efetivação do trabalho do CPOE/RS, tais como cursos, palestras, seminários, comunicados e, especialmente a partir da década de 1950, o uso da imprensa especializada como, por exemplo, a Revista do Ensino, com o objetivo de “expressar e concretizar a sua ação político-pedagógica buscando atingir públicos distintos [...] mas como a mesma intenção: divulgar o pensamento educacional oficial e promover a formação moral” (QUADROS; TAMBARA; BASTOS, 2007, p. 325).

A partir de 1971, o processo renovador educacional do Rio Grande do Sul passa a seguir novos rumos com a direção do secretário Mauro Costa Rodrigues na SEC/RS, com a implantação do governo militar no Brasil desde 1964 e com a promulgação da reformulação do ensino promovida pela LDB nº 5.692/71 e, neste novo cenário, a “educação passou a ser planejada em função das metas definidas nos planos de desenvolvimento econômico” (QUADROS; TAMBARA; BASTOS, 2007, p. 328).

Contudo, é possível perceber, preliminarmente, que entre as décadas de 1940 e 1970 no Rio Grande do Sul, assim como no Brasil, a necessidade de enfrentamento de problemas sociais vislumbrou na educação um mecanismo importante e capaz de fazer frente aos desafios do novo tempo ao viabilizar o planejamento governamental de progresso econômico e científico através de uma população mais educada e preparada para acompanhar as necessidades do Estado e do país.

Diante do desafio de renovar o sistema de ensino, conforme Peres (2002), o Rio Grande do Sul se utilizou, entre outras ferramentas, do discurso científico autorizado e promovido pelos técnicos e especialistas do CPOE/RS para difundir suas propostas. Em um segundo momento e, reconhecendo o potencial da imprensa de educação e ensino, as propostas do CPOE/RS passam a ser disseminadas também por meio da Revista do Ensino do Rio Grande do Sul.

Ao propor a problematização sobre o contexto histórico do projeto renovador do ensino no Rio Grande do Sul, este trabalho busca, então, demonstrar as iniciativas que realizaram significativas mudanças técnico-pedagógicas nas práticas de ensino do período e, com isso, justificar pesquisas que tenham como intenção mapear mais a fundo tais iniciativas, problematizando um importante capítulo da história do campo educacional gaúcho.

Ao mesmo tempo, para a compreensão sobre os impressos pedagógicos do CPOE/RS e da Revista do Ensino/RS, se entende necessária a compreensão sobre as transformações organizacionais que o ensino primário foi submetido no período e, por isso, se justifica o levantamento histórico e problematização proposta, que objetivaram oferecer subsídios para a compreensão do momento histórico em que o CPOE/RS surge e encerra sua atuação, e também em que a RE/RS passa a ser tecnicamente supervisionada. Na sequência, o foco de análise estará centrado na trajetória histórica da RE/RS e, posteriormente, no CPOE/RS, com o mesmo objetivo de fornecer subsídios para a compreensão sobre o surgimento, atuação e desenvolvimento de atividades realizadas por cada uma das instituições. Observando a ordem cronológica dos acontecimentos, se começa pela Revista do Ensino do Rio Grande do Sul e, na sequência, se abordará o Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais do Rio Grande do Sul.

2.2 A Revista do Ensino do Rio Grande do Sul

A discussão sobre a importância e relevância histórica da Revista do Ensino do Rio Grande do Sul praticamente já não se faz necessária, haja vista a inúmera quantidade de pesquisas e pesquisadores que se utilizam do material como fonte e objeto de pesquisa e que, por meio de releituras das páginas publicadas, tem a possibilidade de compreender os mecanismos e influências que compuseram o cenário educacional do período em que a RE/RS esteve em circulação e, conseqüentemente, presente nas diversas salas de aula e contextos escolares.

Ao mesmo tempo, a longa trajetória de atuação da Revista e a sua versatilidade, tem possibilitado análises focadas em aspectos setorializados, criando também diversos e diferentes capítulos para a história da revista, que partem e focam nos interesses de cada pesquisador. Nesse sentido é que este trabalho busca uma ampla retomada histórica da Revista, capaz de perpassar todas as fases vividas pela RE/RS de modo que a sua história, por completo, possa ser mais uma vez pesquisada, discutida e lembrada.

Como guia para essa retomada histórica da RE/RS parte-se da edição de número 174, publicada em 1992 e chamada de edição histórica. Na edição, a própria RE/RS apresenta toda a sua trajetória, organizando-a em cinco fases, elencadas já no sumário da edição e durante a Revista por meio de pequenos trechos.

FIGURA 1 - Sumário da edição nº 174 de 1992 da RE/RS.

Revista 1992 DO ENSINO SUMÁRIO					
▪ EDITORIAL – 1939					4
▪ EDITORIAL – 1992					5
▪ ONTEM – SETEMBRO/1962:					
GOVERNADOR LEONEL BRIZOLA FALA À RE					6
▪ HOJE – 20 ANOS DEPOIS:					
GOVERNADOR ALCEU COLLARES FALA À RE					9
▪ A PARTICIPAÇÃO DO LEITOR					
DO PASSADO					12
DO PASSADO PRESENTE					13
▪ MEMÓRIA – HOMENAGEM:					
ENTREVISTANDO MARIA DE LOURDES GASTAL					16
▪ MEMÓRIA					
REMINISCÊNCIAS: 1939 – 1991					19
▪ MEMÓRIA					
1ª FASE: 1939 – 1943					25
TEXTOS: PROBLEMAS – O CHARADISMO COMO FATOR EDUCATIVO					26
DIÁRIO – O QUE É					29
▪ MEMÓRIA					
2ª FASE: 1951 – 1965					33
TEXTOS: APROVEITANDO ROLHAS NO JARDIM DA INFÂNCIA					34
A ARTE E O ESTUDO DAS ÁRVORES					36
CONSTRUÇÃO DO PROBLEMA ARITMÉTICO PELO ALUNO					38
▪ MEMÓRIA					
3ª FASE: 1965 – 1975					45
TEXTOS: SUGESTÃO PARA UMA REDAÇÃO IMITATIVA					46
O QUE É ENSINAR CIÊNCIAS?					50
▪ MEMÓRIA					
4ª FASE: 1975 – 1978					54
TEXTO: MAR E MITO NA LITERATURA DO BRASIL					55
▪ MEMÓRIA					
5ª FASE: 1989 – 1991					62
TEXTOS: CENSURA À TV NÃO RESOLVE					62
QUINZE CONSELHOS COMO PRECAUÇÃO ÀS DROGAS					63
▪ 1992 – A REVISTA CONTINUA					64

REVISTA DO ENSINO	PORTO ALEGRE	ANO XXVII	Nº 174	1992	p. 64
-------------------	--------------	-----------	--------	------	-------

Fonte: Autora (2019).

Assim, de acordo com a Revista, a sua primeira fase está datada entre 1939 e 1943, tendo sido iniciada “sob os impulsos da Revolução de 30” (REVISTA DO ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL, 1992, p. 25) e “sob o patrocínio da Secretaria da Educação e Saúde Pública do Estado do Rio Grande do Sul, então presidida pelo Dr. J. P. Coelho de Souza” (REVISTA DO ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL, 1992, p. 25). Sobre este período, Bastos (2005, p. 83) destaca que “vinte e seis números foram editados até 1942, quando terminou seu ciclo de existência”. Já há

aqui um dos primeiros desencontros na história da RE/RS, uma vez que, de acordo com Bastos (2005), em um trabalho amplamente reconhecido por sua relevância e consistência teórica, a primeira fase da RE/RS finda em 1942 e, de acordo com a Revista, o ano do encerramento é 1943 quando diz que “a revista fechou em 1943, quando a 2ª Guerra Mundial desgastava as economias dos países aliados e afetava a moral de todos” (REVISTA DO ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL, 1992, p. 25).

Um dado que pode ajudar a entender tal questão está a partir da observação das publicações realizadas pela RE/RS no período. Nesse sentido, se observarmos o acervo do Centro de Documentação do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação (CEIHE) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), que guarda a coleção completa da primeira fase da RE/RS, se nota que as publicações se encerram em 1942.

FIGURA 2 - Relação de publicações da RE/RS entre 1939 e 1942.

ANO/MÊS	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
1939									Nº01	Nº02	Nº03	Nº04
1940	Nº05	Nº06	Nº07	Nº08	Nº09	Nº10	Nº11	Nº12	Nº13	Nº14	Nº15	Nº16
1941	Nº17	Nº18	Nº19	Nº20	Nº21	Nº22	Nº23	Nº24				
1942					Nº25	Nº26	Nº27					

Fonte: Autora (2019).

A relação de edições de nº 01 a nº 27 é a mesma que Bastos (2005) apresenta em sua pesquisa, o que aponta para a totalidade de 27 revistas editadas no período. Não é possível encontrar uma resposta observando o número da edição publicada em 1951, quando a RE/RS retoma as atividades, pois a partir da segunda fase, a contagem dos números de edição é reiniciada desde o nº 01.

Não foi possível localizar outros indícios que ajudem a compreender o desencontro nas datas, porém tal fato já aponta para uma das questões que cercam a trajetória histórica da RE/RS, pois embora as pesquisas de Bastos (1997, 2005, e outras) apontem para uma primeira fase da Revista entre 1939 e 1942 e a própria Revista reconheça este período de circulação, um dado trazido por Fischer (2005) a partir de uma entrevista realizada com a Professora Maria de Lourdes Gastal, reconhecida e aclamada por todos os pesquisadores sobre a RE/RS como a fundadora da Revista e cuja atuação foi decisiva para a história da RE/RS, aponta que a Revista do Ensino que circulou no período dito como sua primeira fase não seria a mesma criada e editada pela Professora Maria Gastal.

Fischer (2005), ao argumentar que sua pesquisa não tem como objetivo realizar uma análise da RE/RS em si, destaca que “estudos acerca desse periódico são feitos com muita propriedade por Bastos (1997)” (FISCHER, 2005, p. 176), mas ressalta:

Bastos analisa a RE nesse e em outros de seus trabalhos. Diante de sua competente pesquisa ousou, porém, fazer uma ressalva: afirma a autora que teria havido uma primeira etapa da Revista, entre 1939-1942, para depois ocorrer uma interrupção, vindo a publicação surgir novamente em 1951. Segundo palavras de Maria Gastal, a RE por ela criada em 1951 não tem relação alguma com revistas anteriores, das quais nem sequer tinha conhecimento (FISCHER, 2005, p. 176).

De fato, se para além de pensarmos apenas as datas, números de edição e informações já coletadas sobre a RE/RS, e compararmos a Revista que foi produzida e publicada entre 1939 e 1942 e as Revistas que compõem as outras fases, é possível perceber algumas diferenças, a começar pela criação da Revista. Conforme exposto por Bastos (2005) que conta que a RE/RS iniciada em 1939 “propondo-se servir à coletividade, pretendeu colocar-se decidida e sinceramente ao lado do professor, auxiliando-o na sua difícil e árdua tarefa” (BASTOS, 2005, p. 84), foi uma iniciativa de um grupo de professores da Universidade de Porto Alegre (UPA)¹³, liderados pelo diretor de redação e editorialista, Pery Pinto Diniz¹⁴, o qual concedeu entrevista para Bastos (2005, p. 84-85) que, sobre a criação da RE/RS, relata:

Referindo-se à sua criação, o professor caracterizou-se como um “projeto autônomo e pioneiro, cujo alvo era o magistério da rede estadual”. A iniciativa, para Diniz, vinha “ao encontro de um desejo do secretário de Educação do Estado, com o qual tínhamos as melhores relações, que prestara apoio imediato e estabeleceu um regime informal de vinculação da revista com a SESP/RS. A revista era autônoma, privada, não dependia de verbas orçamentárias, não recebia subvenção ou incentivos financeiros, apenas tinha uma colaboração técnico-pedagógica da Secretaria”¹⁵ (BASTOS, 2005, p. 84-85).

¹³ A Universidade de Porto Alegre foi criada através do Decreto Estadual nº. 5.758, de 28 de novembro de 1934, com o objetivo dar organização uniforme e racional o ensino superior no Estado e, em 1947, passa a ser denominada Universidade do Rio Grande do Sul (URGS).

¹⁴ Para mais informações pessoais e profissionais de Pery Pinto Diniz, ver Bastos (2005, p. 84), quando é apresentada ampla biografia pessoal e profissional do professor.

¹⁵ De acordo com BASTOS (2005, p. 85) a entrevista concedida por Diniz ocorreu em Porto Alegre, em 30 de junho de 1989.

Sobre o funcionamento da RE/RS no período de 1939-1942, Bastos (2005) reúne informações sobre o público alvo da Revista, já destinada ao magistério primário, sobre o foco dos artigos publicados, com um número significativo de orientações didático-pedagógicas, de tamanho reduzido, com linguagem simples e leitura agradável, sobre o sistema de circulação, com a possibilidade de vendas avulsas ou por assinaturas, sobre a presença de anúncios publicitários, que normalmente ocupavam a contracapa, mas que ao longo dos 27 números publicados, aumentaram em quantidade também no corpo da Revista, sendo de tipos variados com “livrarias, cursos e colégios que faziam sua propaganda em espaços da revista, bem como bancos, farmácias, óticas, lojas, advogados, médicos, escritórios de contabilidade, órgãos públicos municipais, estaduais e federais, entre outros” (BASTOS, 2005, p. 87) e, especialmente, apresenta informações sobre a relação entre a Revista, a UPA e a SESP/RS:

A relação entre a Revista do Ensino e a universidade era explicada pelo Professor Pery Pinto Diniz como resultado de uma amizade, pessoal e profissional, que unia as principais figuras de cada instituição e o responsável pela revista, congregando em torno de ideias, pessoas interessadas em apoiá-la. Esse fato explica o surgimento da revista e, em parte o seu encerramento. Parece que o episódio que teria afetado as relações entre o professor Pery Pinto Diniz e o secretário J. P. Coelho de Souza deveu-se ao projeto do reitor Ary de Abreu Lima de transformar a universidade em escola única, integrando primário, secundário e ensino superior como um centro cultural integrado à comunidade. O projeto pretendia incorporar instituições, tais como a Biblioteca Pública, o Museu Júlio de Castilhos, o Instituto de Meteorologia, como órgãos complementares da universidade, a fim de melhor dotá-la de elementos que lhe proporcionassem meios de cumprir sua finalidade. Esses órgãos pertenciam ao Estado, ao qual a universidade também estava ligada, mas com alguma autonomia. O secretário J. P. Coelho de Souza não apoiou a ideia – atribuindo o projeto ao professor Pery Pinto Diniz -, argumentando que representaria uma diminuição do poder da secretaria e o fortalecimento da universidade. Esse incidente afetou as relações pessoais e profissionais: “Com isso, vi que não havia mais condições de trabalho. Foi naturalmente. Eu me desinteressei pelo assunto, porque as instituições mudaram [...]. Houve um momento em que meu próprio relacionamento com a secretaria ficou afetado” (BASTOS, 2005, p. 89-90).

As informações de Bastos (2005) apontam para a dificuldade de relacionamento entre as direções da RE/RS, da UPA e da SESP/RS, como a causa para o fim da Revista. Mas, também está neste relacionamento o principal ponto de atenção sobre o modo como a Revista era conduzida, já que “a participação dos professores da UPA seria importante na configuração do projeto editorial da Revista do Ensino. Os artigos assinados por esses professores divulgavam o conhecimento

produzido na universidade” (BASTOS, 2005, p. 91), enquanto que a SESP/RS colaborava na configuração do projeto editorial da Revista com “a colaboração técnico-pedagógica de professores e técnicos da Divisão Geral de Instrução Pública, como articulistas” (BASTOS, 2005, p. 95) e, por fim, a caracterização do projeto editorial da RE/RS entre 1939-1942 conta com a “participação dos professores primários da rede oficial (pública e privada), colaborando através de vários artigos, geralmente encomendados” (BASTOS, 2005, p. 98).

Neste sentido, parece evidente compreender a RE/RS publicada entre 1939 e 1942 como, de fato, um veículo pensado e planejado para atender as demandas de um sistema de ensino em vigor, suprimindo lacunas e disseminando conhecimentos que poderiam auxiliar os professores na condução das salas de aula. Bastos (2005, p. 114), conclui sobre a RE/RS neste período:

A Revista do Ensino constituiu-se como uma tribuna de diferentes especialistas, que expressaram suas ideias e pensamentos refletindo o movimento de ideias em nível regional e nacional. Ao mesmo tempo, pretendeu ser um vínculo de divulgação da política educacional, procurando mobilizar e integrar o professor no projeto de reconstrução nacional e renovação educacional, pela normatização e homogeneização de determinados princípios e práticas escolares (BASTOS, 2005, p. 114).

Não há registros sobre os motivos que levaram ao fim da RE/RS em 1942 além daqueles destacados pela edição nº 174 e por Bastos (2005), mas o fato é que em 1951, de acordo com a edição nº 174, a RE/RS é retomada e tem sua 2ª fase datada entre 1951 e 1965.

Em 1951 renasce a Revista do Ensino, obra arrojada de três professoras primárias – Maria de Lourdes Gastal, Gilda Garcia Bastos e Abigail Teixeira. Sob a direção de Maria de Lourdes Gastal, a Revista chega à expressiva tiragem de 40 mil exemplares, sendo trocada por revistas pedagógicas de vários países e contando com assinaturas nos Estados Unidos, Itália, Espanha, Suíça, Portugal, Japão, Moçambique, Argentina, Uruguai, Chile, Peru, Colômbia e México. Na verdade, mais de 70 países recebiam o material didático elaborado no Rio Grande. Em 1965, a Professora Maria de Lourdes, depois de publicar 100 números, passou a direção para a Professora Maria Magdalena Letzenberg. [...] Era setembro, também primavera (REVISTA DO ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL, 1992, p. 33).

A esse respeito, Bastos (2005) destaca que o primeiro editorial publicado reforça os objetivos do projeto, vinculando-a a fase de 1939-1942, mas que “apesar das intenções comuns, a revista (re)inicia com características distintas” (BASTOS,

2005, p. 338). Neste período, “a revista volta-se preponderantemente a orientar o professor primário rio-grandense, divulgando diretrizes técnico-pedagógicas, material didático e legislação relativa ao ensino” (BASTOS, 2005, p. 337).

Sobre o surgimento da RE/RS proposta pela professora Maria de Lourdes Gastal em 1951, o trabalho de Fischer (2005) destaca-se pela riqueza de detalhes e nuances que recontam o trabalho desenvolvido a partir da própria fundadora, por meio de uma entrevista. Para Fischer (2005, p. 214), “de ponto em ponto, vai ali se traçando um texto que, com vagar, chega ao motivo básico da entrevista, os primórdios da Revista do Ensino”.

A narrativa dos fatos começa pela informação da publicação de 28 livros pela Professora Maria Gastal pela Editora Globo, reunindo trabalhos e textos que ela escrevia para os seus alunos. Na sequência, e por meio da insistência da pesquisadora sobre o começo da RE/RS, Fischer (2005) obtém a narração sobre a criação da Revista. Apesar de longo, o trecho da entrevista com a professora Maria Gastal, transcrito por Fischer (2005, p. 215-216), merece ser reproduzido pela importância e riqueza de detalhes que apresenta para elucidar a criação da Revista:

Eu comprava revistas estrangeiras de educação [...] e comecei a pensar. Eu digo: Mas meu Deus, nós podíamos ter uma revista! Pequena. Eu comecei a pensar: quem poderia fazer a revista?! A Ruth Ishler? A Betina... não me lembro mais do sobrenome. A minha cabeça não ajuda. – [breve instante de silêncio] – Mas eu convencia a mim mesma, que nós poderíamos fazer uma revista. E, um dia, fui lá na editora. [...] Ele veio, gentilíssimo [Henrique Bertaso], mas sempre me tratando de Dona Maria. [e disse:] A sua disposição. Sentamos lado a lado num sofá e ele me perguntou: Alguma coisa com seus livros? Eu disse para ele: Não. É outra coisa. [pequeno espaço de tempo de silêncio] O senhor estaria disposto a editar uma revista de educação para os professores primários? [espaço de tempo em silêncio] Não lembro da expressão dele... lembro bem que ele perguntou: Quem dirigiria a revista? Aí, eu tive vontade de sumir, sabe? [pequeno riso] Mas eu disse para ele: Olha, senhor Henrique, se eu puder ter a equipe em que eu penso, eu acho que eu poderei dirigir. Mas com aquelas, não com funcionárias apanhadas daqui e dali. Aquelas que são pessoas, cujo trabalho eu conheço, cujo caráter e educação, eu conheço. Só não contei pra ele que eram, quase todas, minhas companheiras de baile de carnaval! [risos] E ele concordou! Me encaminhou, na mesma hora... para uma agência... de publicidade que havia na subida da Rua da Praia, lá em cima. Eu não me lembro mais o nome dessa agência. Lá, eu conheci pessoas para quem ele me encaminhou, que me ajudaram muito. [espaço de tempo em silêncio] Eu de imprensa mesmo, eu não entendia nada. E aquelas pessoas me ajudaram muito. Especialmente, o Carlos Régis. Ele já morreu. Uma pessoa maravilhosa [pequeno espaço de tempo em silêncio] E, daí começou! [...] Chamei a Flávia, recém formada pelo instituto de Educação, disse para ela: Agora tu arranjas, traz uma das tuas colegas de turma. Foi onde ela me trouxe a Esther Malamute, uma judia muito inteligente (FISCHER, 2005, p. 215-216).

No que diz respeito ao propósito da RE/RS no período, Bastos (1997, p. 50) destaca que “a revista procurava ser para o seu público leitor, o magistério rio-grandense, um veículo das orientações didático-pedagógicas, da legislação do ensino, de notícias educacionais, em suma, da política educacional”.

Entende-se, então, que a partir de 1951, por iniciativas próprias da professora Maria Gastal é criada uma nova RE/RS que, servindo-se de ajuda especializada de uma equipe previamente selecionada e alinhada com os propósitos que se pretendia para a revista que, naquele período era de propriedade privada, elaboraram os conteúdos publicados, com caráter muito mais prático e voltado aos interesses dos professores em sala de aula¹⁶. Nesse contexto, a figura da Professora Maria de Lourdes Gastal assume papel central no desenvolvimento e consolidação da Revista do Ensino do Rio Grande do Sul.

¹⁶ Reside na comparação deste paragrafo com parágrafos anteriores que tratam sobre a criação, organização editorial e propósitos da RE/RS em sua primeira fase, as principais diferenças que colocam em dúvida se a Revista do Ensino publicada a partir de 1951 foi, de fato, uma continuidade da Revista do Ensino publicada entre 1939 e 1942. Pois, além de carregarem o mesmo nome, as informações apresentadas sobre a fundação, organização e propósitos das Revistas, dão conta de diferenças substanciais que podem ser elencadas a partir das falas de seus distintos fundadores. Primeiramente, a RE da primeira fase (1939-1942) tinha na articulação da UPA e da SESP/RS sua sustentação. Os materiais publicados, em sua maioria, tinham como objetivo dar visibilidade aos conhecimentos advindos da universidade, o que demonstra que a Revista possuía, privilegiadamente, um caráter científico, de valorização da universidade. Na segunda fase (1951-1965) as iniciativas da professora Maria Gastal foram, inicialmente, privadas, sem vínculo com a Secretaria de Educação, e com o objetivo claro de fornecer material didático, prático, atrativo e útil aos professores. Do ponto de vista técnico, o *layout* das Revistas nas duas fases pouco se assemelha, embora esse critério não possa ser determinante, pois no intervalo de tempo em que a Revista deixou de circular, muitos avanços técnicos e editoriais puderam ser alcançados. Há ainda que se considerar que a editora que finda a primeira fase - a Editora Educacional LTDA., empresa criada pelos diretores da Revista à época, de acordo com Bastos (2005, p. 88) – e que não é a mesma que a retoma em 1951, fato concretizado pela já renomada Livraria do Globo, que ao invés de dar continuidade na sequência de números da edição, recomeça a contagem, publicando a edição nº 01. Não é possível, no entanto, realizar uma “acareação” entre os envolvidos nas publicações das primeira e segunda fase da Revista do Ensino para, de fato, entender este capítulo da história, tão pouco foram localizadas informações conclusivas sobre o tema. O fato é dada a incerteza será sempre necessário destacar que não há um conclusão histórica sobre ser ou não a mesma revista. O que se tem são duas publicações de mesmo nome, com público-alvo semelhante, mas surgidas e regradas com propósitos diferentes. Se, a professora Maria Gastal, de fato não conhecia a primeira Revista do Ensino ou se buscou nela inspiração – a começar pelo nome – nunca saberemos, porém tal dúvida histórica em nada muda a reputação deste importante periódico educacional, essencial para a compreensão dos modelos educacionais em vigor no Rio Grande do Sul, nos diferentes períodos.

FIGURA 3 - Fotografia da Professora Maria de Lourdes Gastal.



Fonte: Autora (2019).

É ainda durante a 2ª fase da Revista que um marco histórico¹⁷ muito importante é registrado e precisa ser destacado: “Em 11 de novembro de 1956 a revista passa a ser uma publicação oficial sob a supervisão técnica do Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais – CPOE/RS, divulgando as orientações pedagógicas desse centro de pesquisa” (BASTOS, 2005, p. 338). A “encampação da Revista do Ensino”, realizada por meio da lei nº 3.091, foi publicada no Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Sul se ateve, quase que em sua íntegra, a dar providências orçamentarias para o funcionamento da Revista, que naquele período, enfrentava graves dificuldades financeiras que colocavam em risco a continuidade da sua circulação. Nesse sentido, a edição nº 41 de novembro de 1956 apresenta um “bilhete” destinado aos leitores que diz:

¹⁷ Acontecimento que precisa ser, especialmente, destacado neste trabalho, pois representa o ponto concreto de aproximação das trajetórias da RE/RS e do CPOE/RS, instituições centrais na análise que pretende esta pesquisa.

Ao publicarmos o número 35 desta revista, correspondente ao mês de novembro de 1955, dissemos aos nossos leitores que aquele seria o último número, pois, em face de dificuldades financeiras, nos víamos obrigados a suspender a publicação. Entretanto, dizíamos, também, que o Sr. Secretário de Educação estava inclinado a encampar a Revista e que, se tal acontecesse, ela não desapareceria. Decorreu um ano e a Revista do Ensino, enfrentando sérias dificuldades, conseguiu manter-se até que os poderes públicos deliberassem sobre a encampação. Agora, podemos, com satisfação, dizer aos professores primários do Brasil que a sua Revista não desaparecerá. Graças à compreensão e à boa vontade do Sr. Secretário de Educação, Dr. Liberato Salzano Vieira da Cunha, a Revista do Ensino continuará a sua missão de orientar e facilitar o trabalho do professor primário.

É de justiça citar o nome do deputado Dr. Poty Medeiros que trabalhou intensamente pela encampação da Revista do Ensino, removendo dificuldades e indicando rumos; da deputada Prof^a Suely Oliveira que concitou seus colegas parlamentares a votarem favoravelmente pela encampação e do deputado Dr. Mariano Beck, ex-Secretário de Educação; que, em plenário, elogiou a Revista do Ensino e felicitou o governo do Estado pela resolução tomada (REVISTA DO ENSINO, 1956, p. 02).

Sobre a mudança na RE/RS, que deixou de ser uma iniciativa privada para tornar-se pública, a edição nº 44 de maio de 1957 traz artigo assinado por Anísio Teixeira em que ele destaca que a encampação não alteraria a rotina da Revista “Não se sente nenhuma diferença. [...] O público no Rio Grande do Sul não é o “oficial”, mas o que visa ao público, o que serve ao público!” (REVISTA DO ENSINO, 1957, p. 03). Com isso, percebe-se que a encampação da RE/RS pelo Estado, momento também em que a Revista passa a ser subordinada ao CPOE/RS, representou a sua continuidade e salvação. Editorialmente, poucas mudanças podem ser percebidas no corpo da Revista e, as passíveis de percepção, estão relacionadas, especialmente, com o início de publicações assinadas pelo Centro, de caráter bastante técnico, mas sempre direcionadas a repassar orientações sobre a condução do ensino desejado.

Fischer (2005, p. 217) destaca que o período em que o CPOE/RS foi responsável pela supervisão técnica da Revista foi marcado por algumas divergências na linha editorial e destaca dado obtido por meio da entrevista realizada com a professora Maria Gastal sobre a relação da RE/RS com o CPOE/RS:

“Ele [o CPOE] se metia um pouquinho. Elas [referindo-se às integrantes do Centro] mandando artigos que, na maior parte das vezes, eu concordava em publicar, porque eu também não podia ser [a única a decidir]”. Verifico aí uma certa diplomacia política por parte de Dona Maria, o que me fez insistir no tema, buscando saber até que ponto ia a sua autonomia, não só quanto a decisões de ordem administrativa, mas também no que se referia à linha editorial que norteava a RE. Dona Maria reage: “Nunca recebi ninguém mandado por A, B ou C. Não sei se o pessoal me respeitava... Mas nunca aconteceu isso. Eu era a diretora. Quem andou me incomodando um pouquinho foi o CPOE. Que elas queriam mandar. Mas, depois, elas viram que estavam lidando com a filha da Julieta Batista de Oliveira! [risos] Se acalmaram”. [Houve discussão, pergunto.] “Não, apenas sossegaram o pito” (FISCHER, 2005, p. 217).

A autora destaca, no entanto, que houve forças de confronto entre a RE/RS e o CPOE/RS, justificando seu argumento no depoimento de outras professoras que relataram haver “ciúmes” porque a RE/RS tinha mais visibilidade e prestígio que o Centro, ainda assim, o Centro continuou a realizar a supervisão técnica e a publicação de suas orientações e comunicados na Revista até 1971, quando foi extinto.

Outro destaque registrado na fase da Revista está no ano de 1957, a partir da edição nº 48, quando, de acordo com Bastos (1997, p. 54), a RE/RS passa a publicar “um suplemento destacável com orientação para o seu aproveitamento como recurso visual em sala de aula”. Os suplementos foram um grande sucesso na trajetória da Revista, fato que dificulta, em muito, a sua localização atualmente, já que, de acordo com vários relatos de professoras¹⁸, eles eram rapidamente transportados para as paredes das salas de aulas.

Cada suplemento gráfico abarca temas específicos: plano para a organização de uma biblioteca escolar; profissões a serviço da comunidade; acontecimentos históricos do Brasil colônia; um mapa é uma representação plana da terra; animais em seu habitat; você conhece os símbolos da nossa pátria. A partir do nº58, de 1959, o suplemento didático é mensal, com orientação para o seu aproveitamento no corpo da revista. É também editado o “Índice Cumulativo”, abrangendo a matéria publicadas do nº1 até o nº 168, em 13 volumes (BASTOS, 1997, p. 54).

Uma terceira fase para a Revista do Ensino é apontada pela edição nº 174, para os anos de 1965-1975 ancorada na mudança na direção da Revista, já que após 14 anos e 100 edições publicadas, a professora Maria de Lourdes Gastal cede

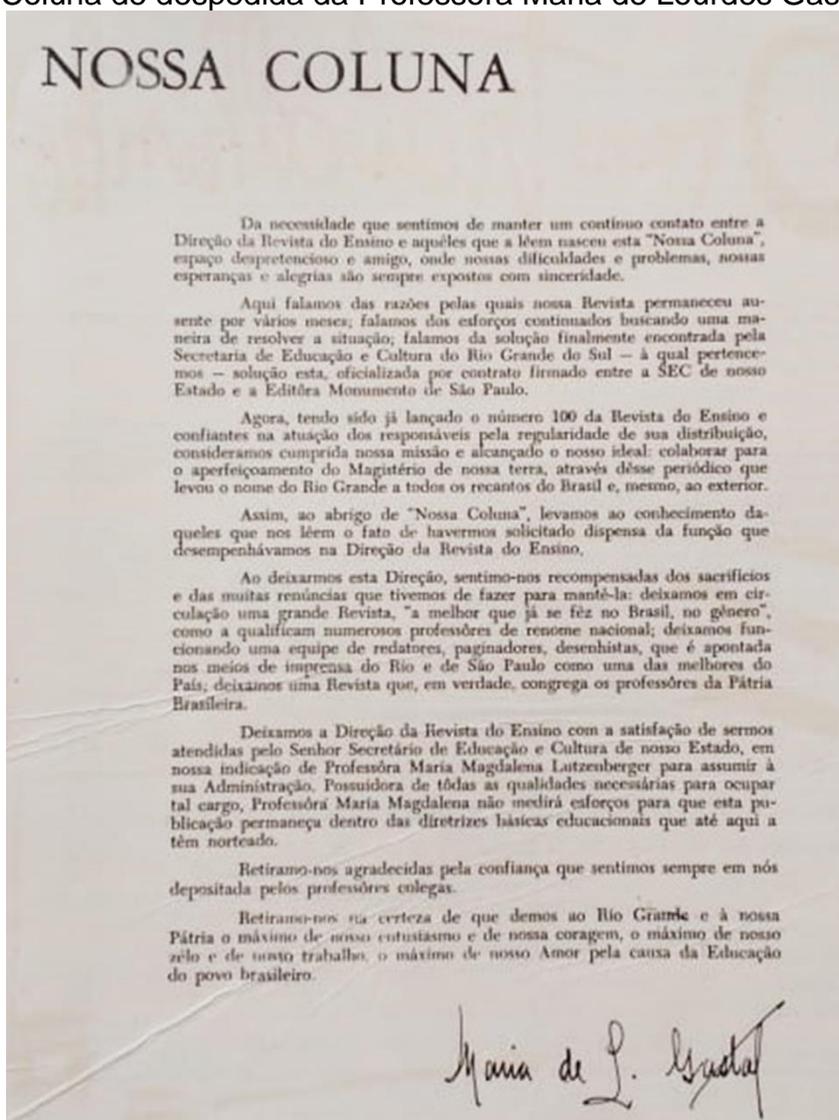
¹⁸ Para mais informações, ver estudo anterior, realizado entre 2016 e 2017 por meio de entrevistas com professoras, no município de Bagé, e que utilizavam a RE/RS em seu trabalho. Material disponível em: <http://dspace.unipampa.edu.br/handle/rii/3050>.

espaço para Maria Magdalena Letzenberg, que já há oito anos fazia parte da equipe da Revista, e passou ocupar a direção ao longo dos próximos nove anos. De acordo com a própria Revista, a nova editora tinha como principal objetivo:

[...] organizar em cada edição, uma revista didática cada vez mais aperfeiçoada, visando instrumentalizar o professor de 1º grau da melhor forma possível. E conseguiu, apesar das inúmeras e desgastantes crises financeiras da revista, apesar de alguns problemas políticos nesta época de consolidação do golpe militar. Na tiragem, bate o recorde de 52 mil exemplares, sendo que 23 mil eram destinados de assinaturas (REVISTA DO ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL, 1992, p. 45).

Para assinalar sua despedida da direção da RE/RS, a Professora Maria de Lourdes Gastal assinou carta aos leitores da Revista na edição nº 101 de 1964.

FIGURA 4 - Coluna de despedida da Professora Maria de Lourdes Gastal.



Fonte: Autora (2019).

É também nesta fase que a RE/RS atinge sua tiragem máxima, chegando a 55.000 exemplares em 1971, conforme Bastos (1997, p. 53) que também argumenta que “a tiragem é um significativo indicio da repercussão da revista no meio educacional, regional e nacional” (BASTOS, 1997, p. 58). Tal aumento de tiragem pode ser justificado a partir da ampliação da atuação da RE/RS para os demais níveis de ensino, além do primário, devido a influência da reforma do ensino promovida pela lei nº 5.692/71.

As mudanças administrativas da SEC/RS e a reforma do ensino de 1º e 2º graus em 1971 – Lei nº 5.692, que ampliou a área de abrangência da revista para outros níveis de ensino, diluindo o interesse e a especificidade – ensino primário / 1º grau, parece ter sido alguns dos fatores que contribuíram para a descontinuidade e descaracterização da Revista, ao longo da década de 1970, levando a interrupção de sua publicação no ano de 1978, com a edição conjunta dos números 167 a 170 em um único volume. [...] Tudo indica que o longo ciclo de vida da Revista do Ensino parece ter sido decorrência de dois fatores que, aliados, garantiram sua continuidade editorial: a supervisão técnica do CPOE/RS e a permanência do grupo diretivo. A Prof. Maria de Lourdes Gastal esteve na direção por 10 anos, de 1951 a 1964, sendo substituída pela Prof. Maria Magdalena Lutzemberger, de 1965 a 1975 e, pela Prof. Maria Josepha Pisacco Motta, de 1975 a 1978 (BASTOS, 1997, p. 60).

Um fato em especial marcou a terceira fase da Revista, o período em que a professora Maria Magdalena Lutzemberger esteve em sua direção e que o Secretário de Educação do Rio Grande do Sul era o Coronel Mauro da Costa Silveira (1971-1975): a destruição de boa parte da biblioteca da RE/RS. O fato foi relatado pela professora Maria Gastal em entrevista à Fischer (2005) que, ao destacar que eram raras pistas sobre adesões políticas e religiosas de sua entrevistada, destaca:

Somente um nome integrado a ala da direita não merecia jamais seu apoio. Trata-se do Coronel Mauro da Costa Rodrigues, Secretário de Educação nos idos de 70. A razão disso está diretamente relacionada à desconsideração e menosprezo que ele, segundo Dona Maria, teve com a RE. O fato a marcou sobremaneira, a tal ponto que, ao recordar aquele episódio, se enche de indignação e se transfigura, dizendo: “Tu soubeste o que fizeram com tudo que era da revista? O Coronel Mauro destruiu tudo! Botou fora” A biblioteca que nós tínhamos, de fazer inveja a muita escola. Infelizmente... Ele não podia [ter feito isso]. Se eu estivesse lá, ele tinha levado – tu desculpa, mas eu vou dizer – eu tinha lhe dado uns pontapés na bunda que [ele] estaria correndo até hoje!” (FISHCHER, 2005, p. 219-220).

O período temporal citado por Bastos (1997, p. 60) como aquele em que a RE/RS esteve sob a direção da professora Maria Josepha Pisacco Motta é o mesmo

assinalado pela edição nº 174 como sendo a 4ª fase da Revista, compreendido entre 1975 e 1978.

Nesta fase, a revista passou a ter nova orientação: foram incluídas matérias institucionais e de interesse administrativo, com abertura para o 2º e 3º graus. Além disso, boa parte de seu espaço passou a ser ocupado por temas específicos relacionados à saúde, ao turismo e ao mar, para citar três exemplos (REVISTA DO ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL, 1992, p. 54).

Não há informações sobre os motivos que levaram a interrupção da publicação em 1978, mas o que se consegue compreender, considerando as notícias que se tem sobre os acontecimentos no Brasil na década de 1970, quando o país esteve sob a tutela da ditadura civil-militar e, ainda, considerando o episódio destacado sobre a biblioteca, e mais um dado apontado por Bastos (1997, p. 60) que diz que “de 1971, quando da extinção do CPOE/RS, até 1978, são publicados somente 36 números” e considerando levantamento de dados realizados para esta pesquisa que aponta que, durante o período em que a RE/RS esteve sob a supervisão técnica do CPOE/RS, publicou 97 edições, pode-se considerar que com o fim do Centro e a influência do período da ditadura civil-militar, a RE/RS foi perdendo força econômica, diminuindo suas publicações, até interromper sua circulação.

Bastos (2005) também elenca as constantes mudanças entre os órgãos da Secretaria de Educação e Cultura e pela troca constante de editoras, como fatores que comprometeram a publicação da RE/RS no período. Na sequência, se buscou por meio da sistematização entre as edições publicadas e o mês da publicação, demonstrar a circulação da RE/RS entre 1951 e 1978.

Para leitura da figura há de se considerar que as edições que aparecem em preto pertencem ao acervo do Repositório Digital Tatu¹⁹, as edições que aparecem em vermelho, pertencem ao acervo do Hisales (História da Alfabetização, Leitura, Escrita e dos Livros Escolares) da UFPel, e as edições que aparecem em azul pertencem ao acervo do Centro de Documentação do Centro de Estudos e Investigações em História da Educação (CEIHE) da UFPel. A sequência de pesquisa se deu do Tatu, passando pelo Hisales e por fim ao CEIHE, assim sendo, é verificável edições que se repetem entre os três acervos. As edições que aparecem

¹⁹ Disponível em <http://sistemas.bage.unipampa.edu.br/tatu/index.php/revistas-do-ensino-do-rio-grande-do-sul/>.

acompanhadas de um asterisco (*) estão assinaladas porque não apresentam a definição do mês da publicação. Em junho de 1961 e novembro de 1963 há um ponto de interrogação para demarcar que não houve publicação naquele mês, fato que não é justificado nas Revistas. Em 1958 houve também a publicação de uma edição Especial, sem definição de mês ou maiores justificativas.

Tais informações são organizadas considerando BASTOS (2005, p. 340) que diz que entre 1956 e 1961 a RE/RS publicava oito números anuais, sendo de março a junho e de agosto a novembro, que, entre 1962 e 1967 a RE/RS passou a publicar dez números anuais de março a dezembro e, que, entre 1968 a 1971, a RE/RS voltou a publicar oito números anuais, de março a junho e de agosto a novembro. A autora destaca que “esta periodicidade não será sempre respeitada. Havendo anos em que são publicados quatro, seis números” (BASTOS, 2005, p. 340). Percebe-se, também, que embora o anúncio de 10 edições anuais entre 1962 e 1967, a RE/RS nunca circulou com edições em dezembro e o máximo de edições publicadas em um ano foi registrado em 1962 e 1963 com nove edições.

Assim, tendo como base os dados obtidos por meio dos acervos do Repositório Digital Tatu, do Hisales e do CEIHE, percebe-se que no período entre 1951 e 1978, lacuna temporal que engloba três fases da Revista em que não houve interrupções bruscas de circulação, apenas meses em que a RE/RS deixou de ser editada, a Revista consegue manter uma periodicidade regular e mais frequente nos primeiros anos, mas que na medida em que o tempo transcorreu, as publicações começam a ser menos frequentes, com diminuição significativa de números anuais. As edições que não aparecem na relação acima não foram localizadas em nenhum dos acervos pesquisados, mas se considera sua circulação devido a contagem do número de edição que tem continuidade.

FIGURA 5 - Relação de publicações da RE/RS entre 1951 e 1978.

ANO/MÊS	Março	Abril	Mai	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
1951							Nº 01	Nº 02	Nº03	
1952	Nº 04	Nº 05	Nº 06	Nº 07		Nº 08	Nº 09	Nº 10	Nº 11	
1953	Nº 12	Nº 13	Nº 14	Nº 15		Nº 16	Nº 17	Nº 18	Nº 19	
1954	Nº 20	Nº 21	Nº 22	Nº 23		Nº 24	Nº 25	Nº 26	Nº 27	
1955	Nº 28	Nº 29	Nº 30	Nº 31		Nº 32	Nº 33	Nº 34	Nº 35	
1956	Nº 36	Nº 37	Nº C38	Nº C38		Nº 39	Nº 40	Nº C41	Nº C41	
1957	Nº 42	Nº 43	Nº 44	Nº 45		Nº 46	Nº 47	Nº 48	Nº 49	
1958 ES	Nº 50	Nº 51	Nº 52	Nº 53		Nº 54	Nº 55	Nº 56	Nº 57	
1959	Nº 58	Nº 59	Nº 60	Nº 61		Nº 62	Nº 63	Nº 64	Nº 65	
1960	Nº 66	Nº 67	Nº 68	Nº 69		Nº 70	Nº 71	Nº 72	Nº 73	
1961	Nº 74	Nº 75	Nº 76	?		Nº 77	Nº 78	Nº 79	Nº 80	
1962	Nº 81	Nº 82	Nº 83	Nº 84	Nº 85	Nº 86	Nº 87	Nº 88	Nº 89	
1963	Nº 90	Nº 91	Nº 92	Nº 93	Nº 94	Nº 95	Nº 96	Nº 97	?	
1964	Nº 98*	Nº 99*								
1965	Nº 100*	Nº101*	Nº102*	Nº103*	Nº104*	Nº 105*				
1966	Nº 106*	Nº 107*	Nº108*	Nº 109*	Nº 110*	Nº 111*				
1967	Nº 112*	Nº113*	Nº114*							
1968	Nº 115*	Nº 116*	Nº117*	Nº 118*		Nº 119*	Nº 120*			
1969	Nº 121*	Nº 122*		Nº124*						
1970	Nº 126*	Nº 127*	Nº128*	Nº 129*			Nº 131*			
1971	Nº 132*	Nº 133*	Nº134*	Nº 135*		Nº 136*	Nº 137*			
1972	Nº 138	Nº 139 +Nº140		Nº 141		Nº 142	Nº 143	Nº 144	Nº 145	
1973	Nº 146	Nº 147	Nº 148			Nº 150	Nº 151	Nº 152	Nº 153	
1974			Nº 156	Nº 157		Nº 158				
1975	Nº 162*									
1976	Nº 163*	Nº 164*	Nº165*							
1977	Nº 166*									
1978						Nº 177	Nº 178	Nº 179		

Fonte: Autora (2019).

A retomada da RE/RS acontece em 1989, quando é iniciada sua 5ª fase, de acordo com a edição nº 174²⁰.

A administração, neste período, propôs-se a reeditar “uma nova revista, comprometida com as mudanças”. As inovações introduzidas consistiram em apresentar a revista em forma de tabloide, passando a pauta e a elaboração das matérias para a responsabilidade de jornalistas. Entrevistas e reportagens atinentes a assuntos educacionais foi a tônica dos 3 números editados nessa fase (REVISTA DO ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL, 1992, p. 62).

Apesar da significativa mudança na produção da Revista, que passa a ser dirigida por jornalistas, Bastos (1997) destaca que ela mantém sua preocupação em publicar “artigos didático-pedagógicos; relatos de experiências; legislação; entrevistas e reportagens sobre a memória e a História da Educação rio-grandense;

²⁰ Considerando os exemplares presentes nos acervos do Tatu, Hisales e CEIHE, a última edição publicada em 1978 é a de número 179. Porém, por algum motivo, a RE/RS ao retornar em 1992, publica a edição nº 174, demonstrando ter havido um erro na contagem do número de edições. A justificativa para o desencontro nos números de edições apontado como um erro está assentada no fato de que não há nas páginas das Revistas nenhuma justificativa para tal fato e nem foi encontrada nenhuma lógica que o justificasse.

assuntos da atualidade; mercado editorial; serviços; humor” (BASTOS, 1997, p. 60) e atribuí ao então Secretário de Educação, professor Ruy Carlos Ostermann, que também era jornalista, as mudanças realizadas na Revista, apresentando uma Carta ao Leitor, publicada em outubro de 1989 na RE/RS.

Estamos propondo nesta mudança também uma inovação que, se espera, trará bons resultados: a revista será feita por jornalistas jovens, jornalistas que não devem ter preconceitos em relação à educação, isto é, ideias preconcebidas. É uma tentativa de transferir professor e experiência para o centro da revista, sem que ele mesmo faça o texto e busque palavras ou ideias. Esta será a tarefa do jornalista. Ele vai perguntar, vai investigar, vai escrever, e vai se comprometer com esta fascinante tarefa da Educação (REVISTA DO ENSINO, 1989, p. 24).

A 5ª fase termina em 1991 e, no ano seguinte, a Revista é apresentada como uma retomada:

Depois de todos esses anos de trabalho, de iniciativas, de retomadas constantes, buscando a veiculação de um periódico que tantas contribuições trouxe à Educação do Estado e do País, não podemos permitir a interrupção deste processo. Hoje, a Revista do Ensino está retornando. [...] No prosseguimento deste trabalho, reiteramos o propósito de nosso empenho para que ela volte a ser um importante suporte teórico-prático no processo de ensino-aprendizagem, colaborando na atualização e aperfeiçoamento do professor (REVISTA DO ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL, 1992, p. 64).

Sobre as edições deste período, Bastos (1997, p. 61) destaca que o projeto editorial buscou “vincular-se à época de grande projeção nacional” e sendo assim, “a revista é editada com as características gráficas que a identificaram de 1951 a 1978, com uma tiragem de 4.000 exemplares e sob a supervisão do Grupo de Assessoramento Superior à Educação – GASE/DG/SE” (BASTOS, 1997, p. 61). A Secretária de Educação do período é a professora Neusa Canabarro que assina editorial reafirmando os propósitos da Revista, como campo de debate de questões político-pedagógicas, divulgando experiências, práticas, teorias, sugestões de atividades práticas, relatos de professores, abrangendo a educação pré-escolar e o ensino de 1º e 2º graus.

Sobre a edição nº 174, que norteou toda a pesquisa histórica apresentada neste capítulo, Bastos (1997, p. 62) resume:

Afirmando novas intenções e propósitos, esta edição procura resgatar a Revista do Ensino em sua trajetória histórica, republicando depoimentos, entrevistas, artigos que marcaram as distintas fases, identificadas em cinco momentos [...] Nessa revisão histórica, a equipe editorial assinala o ano de 1992 como marco de que a Revista continuaria, afirmando “o propósito de nos empenharmos para que ela volte a ser um importante suporte teórico-prático no processo ensino-aprendizagem, colaborando na atualização e aperfeiçoamento do professor”, o que tem a pautado desde a primavera de 1939, e retomado em outras primaveras – 1951, 1989, 1992... (BASTOS, 1997, p. 62).

A ampla trajetória da RE/RS é destacada por Moraes (2010) pelos diferentes momentos percebidos com “fases específicas marcadas por movimentos políticos e mudanças sociais importantes. Podemos perceber a revista como potente periódico educacional funcionando como objeto cultural” (MORAES, 2010, p. 63). A autora pontua ainda ter sido a edição nº 182, que correspondeu aos meses de outubro a dezembro de 1994, a última edição da RE/RS que se tem notícia, acreditando esta ter sido a última a ser publicada.

Para QUADROS; TAMBARA; BASTOS (2007, p. 325), a RE/RS “constitui-se num dos mais incisivos veículos com que se utilizou o Estado para divulgar as políticas públicas em relação à educação”.

Bastos (1997, p. 62) destaca também que a análise do material permite perceber o ideário que norteou o pensamento político-pedagógico rio-grandense no período e que a longa trajetória da Revista é um dos principais indicativos da sua importância. Para além deste fator, há que se considerar que a qualidade do material publicado também foi fundamental para o sucesso da Revista. A respeito do teor das publicações da RE/RS, Fischer (2005, p. 180) elenca que, na maioria das páginas da Revista, era possível encontrar:

a) textos sugestões de atividades pedagógicas, intercalados geralmente por breves contos infantis; b) textos de psicologia, em especial tratado das relações humanas ou do desenvolvimento infantil; c) textos normalizadores e prescritivos, que dizem como deve se comportar, no sentir de manter-se em comportas, a mulher professora. Entretanto, de quando em quando, abre-se uma pequeníssima fresta, para mostrar-se um discurso raro, débil, sem o vigoroso estrondoso dos demais: ele sussurra, não grita, ao falar da escola e de seus alunos carentes, da professora e de seus salários injustos (FISCHER, 2005, p. 180).

Não é exagerado, mais uma vez, destacar as palavras de Bastos (2005) sobre a vocação básica da RE/RS em oferecer orientação didático-pedagógica com sugestões de “planos de aula, atividades práticas, trabalhos manuais, músicas,

poesias, sugestões de recursos de ensino” (BASTOS, 2005, p. 342). Além disso, a autora argumenta que o sucesso da revista reside na oferta de farto material didático e de orientações metodológicas práticas ao professor, com o objetivo de auxílio diário em sala de aula.

Logo, o que se consegue concluir é que a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul é de inquestionável importância e relevância para o estudo da história do ensino no Estado. Tal argumento pode ser facilmente justificado quando se percebe a amplitude da proposta que esteve em circulação por meio das páginas da Revista que, mais do que oferecer subsídios para o trabalho do professor em sala de aula, conseguiu conquistar a credibilidade necessária para enfrentar dificuldades econômicas, técnicas e políticas, mantendo-se ao lado dos professores como um espaço de difusão de ideias, normatização de propostas e difusão de ideários. A longa trajetória de atuação da Revista do Ensino não pode ser perdida de vista para a compreensão dos papéis que ela cumpriu em cada uma das suas fases, com propósitos e formatos diferentes, mas firme no objetivo de colocar-se a disposição do magistério primário gaúcho.

Apesar de longo e repleto de datas, este capítulo se propôs a reunir informações e reviver os momentos vividos pela RE/RS, valendo-se dos trabalhos de pesquisas consagrados pela consistência teórica e vivacidade, uma vez que se entende ser impossível falar sobre a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul sem repetir as inúmeras contribuições que autoras como Maria Helena Câmara Bastos ou Beatriz T. Daudt Fischer trazem sobre o assunto, seja em seus aspectos mais técnicos, como é o caso de Bastos, como também os emocionais e pessoais, como faz Fischer ao aproximar o seu leitor do grande nome da RE/RS, a professora Maria de Lourdes Gastal.

Sendo assim, espera-se que este capítulo possa, mais do que oferecer as informações necessárias para a compreensão sobre a RE/RS que serão necessárias para a leitura do capítulo três e, especificamente, a sessão 3.2 desta pesquisa que trata sobre as publicações realizadas pela RE/RS no período em análise, mas que ele tenha sido capaz de reunir o máximo possível das informações e emoções que trilharam a história da Revista do Ensino do Rio Grande do Sul, estando assim, todas reunidas e fortalecidas sob o argumento de que as histórias e memórias podem ganhar nova vida na medida em que tem espaço para serem recontadas e revividas por novas pessoas.

2.3 O Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais do Rio Grande do Sul

Diferentemente da Revista do Ensino do Rio Grande do Sul, o Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais do Rio Grande do Sul (CPOE/RS) possui uma curta e linear trajetória histórica, já muito bem explorada pelas teses de Eliane Teresinha Peres (2000) e Claudemir de Quadros (2006), trabalhos de importância inquestionável sobre o CPOE/RS e com focos de análises distintos. Enquanto Peres (2000) busca demonstrar a organização do sistema público de ensino primário sob a égide do ideário da renovação pedagógica, tendo o discurso produzido pelo CPOE/RS como foco de análise, Quadros (2006) concentra sua pesquisa no histórico do Centro. Assim, este trabalho busca em ambas as teses referenciais para a reconstrução histórica do Centro e, também, pistas para a compreensão sobre como os discursos pedagógicos eram produzidos e disseminados pelo CPOE/RS. Neste capítulo, especialmente, o objetivo é unir-se aos esforços de Quadros (2006) para reviver a história e atuação do Centro.

Outro aspecto que diferencia o CPOE/RS da RE/RS é quanto a sua popularidade e reconhecimento, já que enquanto a Revista é objeto de análise de vários pesquisadores e ainda está presente na memória de muitos professores que recordam e reconhecem o trabalho realizado por ela, o Centro não possui tamanho prestígio e reconhecimento, embora tenha desenvolvido um trabalho fundamental e marcante para o período histórico em que esteve ativo. Para ilustrar tal argumento, Fischer (2005, p. 157) relembra um momento vivido durante a coleta de dados de sua pesquisa:

Em 1996, encontrava-me em plena fase de coleta de dados, ansiosa por encontrar materiais referentes a este que foi, sem dúvida, um dos órgãos mais importantes de pesquisa educacional em nosso estado. Dirigindo-me à moça que atende na biblioteca do Centro de Documentação da SEC, eis a respostas que recebo, ao perguntar por documentos do CPOE: “Cepê o quê?” Num primeiro momento instante, surpreendo-me: como pode alguém trabalhando ali, naquele setor, não saber do que se trata. Com o tempo, porém, vou me acostumando com esta triste constatação, sem com ela nunca me conformar. Por isso não desisto, nem de procurar, nem tampouco de aproveitar cada dia de pesquisa para informar àquelas jovens atendentes (ou seriam professoras?) a importância do CPOE na História da Educação riograndese (FISCHER, 2005, p. 157).

Embora a escassez de informações sobre o CPOE/RS entre a comunidade do Estado, entre os pesquisadores da área da História da Educação, o reconhecimento sobre a importância do Centro é consenso e Fischer (2005, p. 157) resume:

De fato, por tudo o que se lê e por tudo o que se diz, é inquestionável o grau de influência que este órgão passa a ter junto às decisões políticas da SEC, indo além dos encaminhamentos pedagógicos e independente de gestão governamental. Entre suas iniciativas destacam-se de forma considerável os projetos de ordem investigativa, cujo objetivo era diagnosticar a realidade educacional, especialmente com vistas ao aperfeiçoamento do sistema primário de ensino (FISCHER, 2005, p. 157).

Para Quadros, Tambara e Bastos (2007) a criação do CPOE/RS e o trabalho desenvolvido pelos técnicos que o integravam, contribuíram, direta e indiretamente, para significativas mudanças em aspectos teórico-metodológicos das práticas de ensino do período, visando, especialmente, instituir políticas capazes de superar a fragilidade da organização do sistema educacional, de modo que:

Mobilizou-se um conjunto de práticas que envolveram extensa normatização da função educativa; reestruturação do órgão encarregado pela gestão do sistema; profissionalização do pessoal docente; aparelhamento das escolas com aquisição de mobiliário, material de consumo e didático e, ainda, a entrada em funcionamento da Seção Técnica da Diretoria Geral da Instrução Pública, posteriormente CPOE/RS (QUADROS; TAMBARA; BASTOS, 2007, p. 323).

Nesse sentido, os autores defendem que o CPOE/RS teve um papel “proeminente no planejamento, na organização e na avaliação do processo pelo qual o Estado assumiu o problema da escola no Rio Grande do Sul” (QUADROS; TAMBARA; BASTOS, 2007, p. 324) e resumem o trabalho do Centro:

O Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais (CPOE/RS) foi criado em 1943, por transformação da Secção Técnica da Diretoria Geral de Instrução Pública. Por isso, já nasceu forte. Sua instalação aconteceu nos marcos da reforma educacional empreendida pelo estado com o intuito de construir e assumir, de forma efetiva, o controle organizacional do sistema educativo. Para tanto, buscou-se estabelecer políticas, disciplinar, monitorar, avaliar e dirigir os modos pelos quais a reforma foi constituída. Nesse sentido, as ações da Secção Técnica e do CPOE/RS significam o reconhecimento e a supervisão direta da escola pelo estado. O trabalho desenvolvido no âmbito do CPOE/RS, entre 1943 e 1971, aconteceu num cenário de expansão da escolarização, em que se destacou crescimento expressivo do número de matriculados e de professores contratados. Nesse contexto, os técnicos em educação do CPOE/RS preocuparam-se, principalmente, com a produção de um conhecimento especializado acerca dos estudantes e do processo de ensino-aprendizagem, alcançado por meio de estudos e pesquisas, e com o desenvolvimento profissional do magistério, que envolvia o planejamento, a coordenação e a avaliação do trabalho do professor, com vistas a alcançar a produção de uma força de trabalho disciplinada e mobilizada para efetivas a renovação educacional, na direção da implantação dos princípios escolanovistas (QUADROS; TAMBARA; BASTOS, 2007, p. 324-325).

Quadros (2006) detalha que o processo de criação do CPOE/RS teve início por meio da reestruturação administrativa da Secretaria de Educação em Cultura (SEC) em 1942, quando o Departamento de Educação Primária e Normal substituiu a Diretoria Geral da Instrução Pública e, a esse “departamento vinculou-se, a partir de 1943, por transformação da Secção Técnica, o Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais – CPOE/RS” (QUADROS, 2006, p. 126). O autor explica:

Instituído pelo decreto nº. 794, de 17 de junho de 1943, cabia ao CPOE/RS oferecer assistência especializada ao Departamento de Educação Primária e Normal. Essa assistência especializada vinculava-se à execução de estudos e investigações psicológicas, pedagógicas e sociais, destinadas a manter em bases científicas o trabalho escolar (art. 10). As atribuições do Centro, conforme o artigo 11 do mesmo decreto, envolviam a realização de estudos de caráter objetivo sobre a criança nos aspectos que intervêm no processo educativo: biológico, psicológico, sociológico, pedagógico; sobre a aprendizagem: princípios e leis, instrumentos e processos, conteúdo e eficiência; e relativos ao meio escolar: disciplina, instituições, recreações, relações com o meio social. Eram suas atribuições, ainda, executar atividades de orientação ao magistério, por meio de cursos e reuniões; visitar as unidades escolares; dirigir ensaios pedagógicos; responder a consultas de ordem técnica; elaborar programas, planos, comunicados, circulares e instruções; manter uma biblioteca central de obras pedagógicas e escolares; organizar o conteúdo pedagógico do Boletim de Educação da Secretaria da Educação e Cultura; indicar livros didáticos e obras para as bibliotecas escolares; e, finalmente, elaborar medidas para organização das classes; promover orientação educacional e controlar o rendimento escolar (QUADROS, 2006, p. 127).

Com o passar dos anos, novos decretos foram editados visando ampliar a atuação do CPOE/RS. Quadros (2006) destaca que, considerando os relatórios

emitidos pelo Centro sobre o trabalho desenvolvido nos seus cinco primeiros anos de funcionamento (1943-1947), “as preocupações dos seus técnicos relacionavam-se, principalmente, com a avaliação do rendimento escolar, com estudos sobre medidas da capacidade intelectual dos estudantes e com as atividades de orientação técnica ao magistério” (QUADROS, 2006, p. 134).

A partir de 1947, por meio do decreto nº 1.394, o Centro assume também a tarefa de executar experimentações para o aprimoramento do ensino, métodos de ensino e sistemas de avaliação. Neste mesmo ano são criadas diversas secções no CPOE/RS e ele passa também a realizar ações de formação e atualização de professores. É, também, a partir de 1947 que o CPOE/RS passa a publicar seus Boletins, com o sentido de informar e de promover a difusão de novas práticas. Em forma de relatórios, os Boletins eram distribuídos aos órgãos da SESP/RS e para as escolas de todo o Estado. Sobre os Boletins, Quadros (2006, p. 38-39) diz:

Esses se constituem em tecnologias utilizadas pelo Centro para circulação e proliferação dos discursos produzidos. Os Boletins e os Comunicados se configuram numa publicação institucional, oficial, inscrita numa ordem do discurso que lhe fixa um sentido. Constituem-se num objeto cultural submetido a regras específicas e inscrito numa formação discursiva (QUADROS, 2006, p. 38-39).

Os Boletins publicados pelo CPOE/RS, entendidos aqui como impressos pedagógicos, tem especial importância nesta pesquisa, pois é através deles que será realizada a análise do trabalho desenvolvido pelo Centro e, especialmente, sobre como era feita a divulgação e normatização das propostas do CPOE/RS para o ensino gaúcho. Para Peres (2000, p. 146), os Boletins apontam para as referências que influenciavam a educação no período, elencadas como:

[...] espírito científico, sólidos princípios científicos, bases científicas do trabalho educacional, bases científico-experimentais, eficiência do trabalho escolar, renovação científica, ciência pedagógica, ciência moderna, Pedagogia Moderna, movimento renovador; sociedade democrática, civilização em mudança, espírito criador, concepção democrática de educação, democracia cristã (PERES, 2000, p. 146).

Dessa forma, entende-se necessário maior detalhamento sobre estes materiais e, neste sentido, Quadros (2006, p. 39-40), contribui explicando:

O primeiro Boletim foi publicado em 1947 e nele estão anunciadas, logo nas primeiras páginas, suas finalidades, que se dirigem no sentido de informar, promover a difusão de novas práticas e vincular o trabalho desenvolvido pelo Centro com o movimento renovador em educação. Os Boletins têm o formato de 16x23,5cm, impressos em preto e branco. Oito foram impressos na gráfica da Imprensa Oficial, um pela Livraria do Globo e quatro pela Livraria Selbach. Neles, encontra-se a publicação de orientações técnicas e pedagógicas, ofícios, informações sobre atividades relacionadas a cursos, seminários, missões pedagógicas, visitas a escolas, legislação e resultados de estudos, pesquisas ou levantamentos em andamento ou concluídos. Alguns textos são acompanhados por gráficos ou figuras ilustrativas. As informações disponíveis sobre o número de volumes impressos restringem-se ao período de 1950 a 1959 e indicam que eram produzidos entre 2.500 e 3.000 exemplares. A distribuição dos Boletins era feita para os órgãos da Secretaria de Educação e Cultura (gabinete, diretorias, subsecretarias, superintendências, delegacias regionais de ensino); para as escolas normais; para orientadores de educação primária e autoridades educacionais. Os Boletins assumem uma forma de relatório e, como tal, apresentam uma pequena amostra dos principais resultados das atividades desenvolvidas pelo Centro. Suas páginas testemunham a produção e a proliferação de um discurso autorizado que remete, quase invariavelmente, para três dimensões proeminentes do trabalho desenvolvido pelo Centro: a difusão de práticas e de novos rumos para a educação, a formação de um espírito científico e o movimento de renovação educacional que, ao final, os técnicos do Centro dizem representar (QUADROS, 2006, p. 39-40).

Fischer e Fischer (2015, p. 78-79) também fazem suas contribuições no sentido de explicitar com maior clareza a natureza e propósito dos Boletins do CPOE/RS. As autoras, em uma pesquisa que visa apreender as noções sobre o ensino de matemática que foram divulgadas nos Boletins, os detalham:

Constata-se que o conteúdo, rico e diverso, incluía desde decretos e demais documentos de base legal advindos da SEC/RS, como comunicados do CPOE, informações sobre missões pedagógicas, sobre cursos de formação de professores (para a Escola Normal e também para professores em serviço), além de inúmeras sugestões de temas e atividades didáticas para as disciplinas do currículo do ensino primário, com especial ênfase para leitura e escrita, seguida da matemática. Também há convocações de gestores para reuniões e cursos, relatórios parciais e finais de ano letivo, dados estatísticos e demais informes sobre programas ou reformas efetivadas. Não raro é se encontrar assuntos específicos sobre livros e filmes recomendados às escolas e professores. Sempre com o propósito de orientação, tais materiais foram disseminados entre professoras e orientadoras ao longo do ano letivo, seja através de correspondência, seja através de cursos, palestras ou visitas às Delegacias de Educação de cada Região Escolar do Rio Grande do Sul. No final de cada ano letivo, tais documentos eram reunidos para fins de publicação em forma de Boletim (FISCHER; FISCHER, 2015, p. 78-79).

No entanto, as ações de divulgação das iniciativas do CPOE/RS não se resumiam a publicação dos Boletins²¹ e incluíam ainda a realização de cursos, formações pedagógicas e outras iniciativas sempre com vista a legitimar e propagar o trabalho desenvolvido pelo Centro, como um espaço de produção científica de conhecimento sobre a regulamentação do ensino. Sobre esta sistematização, Quadros, Tambara e Bastos (2007, p. 324), explicam:

Para tanto, recorreu-se a uma série de tecnologias: cursos, seminários, palestras, missões pedagógicas, subsídios de orientação, comunicados, que concorreram mais para organizar os processos regulamentares da pedagogia, em busca de uma nova organização científica da administração da educação do que para promover a autonomia e a criatividade dos professores, na medida em que o trabalho deles voltou-se à implementação e execução de práticas pedagógicas que foram concebidas num outro lugar. O CPOE/RS constituiu-se como campo de realização ou aplicação deste conhecimento. Um lugar, enfim, que se anunciou como espaço legítimo de enunciação do discurso da ciência, discurso orientador para a política e para as práticas (QUADROS; TAMBARA; BASTOS, 2007, p. 324).

De volta à trajetória histórica do CPOE/RS se percebe que outros decretos²² foram editados e promoveram alterações e novas atribuições ao Centro, promovendo maior autonomia e descrevendo com precisão as suas atividades, processo muito bem detalhado por Quadros (2006). Alguns desses marcos históricos, no entanto, devem ser destacados aqui por ajudar a demonstrar a trajetória histórica do Centro: em 1953, por meio do decreto nº 3.856, o CPOE/RS fica incumbido de elaborar e publicar material didático útil ao ensino, além de passar a ter maior autonomia de trabalho e a contar com a escola modelo; também em 1953, o decreto nº 4.207, descreve com maior precisão as atividades do CPOE/RS; em 1959, o decreto nº 10.354 aprova o 1º regimento do CPOE/RS; o decreto nº 17.750, de 31 de dezembro de 1965, estabelece a reorganização da SESP, incluindo o CPOE/RS como órgão de estudos e pesquisas; em 1967, por meio do decreto nº 18.415, o CPOE/RS amplia sua atuação para, em 1971, com o decreto nº 21.120 e, em um contexto de ditadura civil militar, ser extinto.

²¹ Além dos Boletins, de acordo com Quadros (2006, p. 38) o CPOE/RS emitia comunicados, instruções, correspondências, manuais e relatórios.

²² O Estado do Rio Grande do Sul possui o serviço de disponibilização *online* e digital de todas as edições do Diário Oficial do Estado, veículo que publica os decretos e legislação estadual, e que pode ser acessado no endereço digital <https://www.diariooficial.rs.gov.br/> com a possibilidade de pesquisa das edições do DOE por data.

A trajetória do CPOE/RS é marcada pela constante expansão, uma vez que é possível perceber que sempre que um novo decreto era editado, servia para ampliar o trabalho desenvolvido, fortalecendo o caráter que pode ser apreendido sobre o CPOE/RS como sendo um órgão de estudos e pesquisas que teve como objetivo muito claro reorganizar e cientifitizar o ensino gaúcho. Peres (2000, p. 139) sustenta o argumento que o CPOE tornou-se o “epicentro das decisões educacionais e o órgão que estabeleceria formas de controle sofisticadas, tanto em relação à profissão docente quanto à vida de alunos, da escola e da comunidade escolar de um modo geral”, afirmando ainda que o CPOE trabalhou “na direção de produzir e consolidar uma determinada expertise educacional” (PERES, 2000, p. 140) com vista a tornar o ensino primário mais eficaz. Assim, o trabalho do CPOE/RS caracterizou-se pela busca por dados e informações sobre o sistema, os alunos e os propósitos da educação pretendida, que fossem passíveis de serem transformados em informações postas a serviço dos ideais desejados.

Considerando as atribuições do CPOE, é possível dizer que tal Centro procurou organizar e controlar o processo escolar da sua fase inicial à fase final, já que previa, em primeiro lugar, as determinações em relação à organização das classes; em segundo lugar, a orientação do ensino (que supõe questões relacionadas ao quê e como ensinar) e, por fim, o controle do rendimento escolar (com a implantação do sistema de provas objetivas para todas as escolas gaúchas estaduais). Para isso, o CPOE mantinha uma Seção de Orientação do Ensino - subdividida em educação pré-primária, primária, especial, supletiva, rural e normal - uma Seção de Provas Escolares, uma Seção de Pesquisas, além de uma Biblioteca Pedagógica para professores/as (PERES, 2000, p. 141).

Sobre a extinção do CPOE/RS, Fischer e Fischer (2015, p. 78) destacam que o CPOE “permaneceu evidenciando competência e, igualmente, alto poder de decisão por quase três décadas, quando em 1971, no âmbito das políticas educacionais pós-golpe civil-militar, é extinto”. A esse respeito, Quadros (2006) complementa que a decisão de extinguir o Centro se deu no âmbito da direção da Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul, exercida no período pelo Coronel Mauro Costa Rodrigues (1971-1975). Sobre o ano de 1971, quando também se inicia a vigência da reforma do ensino promovida pela lei nº 5.692/71, Quadros (2006, p. 175-183) destaca:

A partir de então, educar adquire outro significado. Educa-se para promover o desenvolvimento, para levar as massas a participarem do desenvolvimento. Nesse sentido, a educação e a formação de recursos humanos eram indispensáveis ao desenvolvimento econômico e social. A estrutura, até então existente na SEC/RS, mostrava-se inadequada para o alcance desse objetivo. (...) Em 17 de maio de 1971, pelo decreto nº 21.120, reorganiza-se a SEC/RS e o CPOE/RS desapareceu da estrutura dessa Secretaria. No novo modelo de gestão do sistema educativo, não havia mais lugar para órgão como o Centro de Pesquisas e Orientação Educacional (QUADROS, 2006, p. 175-183).

Embora não haja outras justificativas para o fim do CPOE/RS, não se pode pensar no Centro como uma estrutura que foi facilmente desmontada, mas se deve argumentar pela importância do Centro por meio da análise do trabalho desenvolvido. Peres (2000, p. 144) resume:

O CPOE manteve-se, até a década de 70, praticamente como um órgão autônomo de direção, de orientação e de normatização didático-pedagógica. O discurso das técnicas educacionais do CPOE adquiriu legitimidade. Elas estabeleceram uma forma de comunicação com as professoras primárias através de circulares e comunicados minuciosos contendo orientações didático-pedagógicas sobre a organização das classes, o planejamento de aulas, os conteúdos e os métodos, os materiais a serem utilizados em sala de aula, a aplicação e a correção de provas – já que a elaboração passou a ser centralizada no próprio Centro - o uso dos livros didáticos, os festejos e as comemorações escolares, as excursões pedagógicas, etc. Em muitos casos, a mediação dessas comunicações e orientações era feita pelas Orientadoras de Ensino das Delegacias Regionais (PERES, 2000, p. 144).

De modo geral, então, se consegue perceber que o CPOE/RS teve em sua gênese, desde sua constituição e perpassando também todas as alterações e aprofundamentos propostos para o trabalho desenvolvido pelos técnicos do Centro, o espírito de uma proposta pensada e organizada para a promoção de políticas públicas capazes de dar sentido e organização ao trabalho realizado em sala de aula.

Outro caráter fundamental do trabalho desenvolvido pelo Centro está no fato de que os problemas educacionais foram a mola propulsora para as pesquisas realizadas e soluções propostas. Tal fato fica evidente quando se entende a lógica das provas objetivas realizadas pelo Centro, que serviam de balizamento para a organização do sistema educacional, mas também serviam como diagnóstico para o nível de ensino praticado e apreendido pelos alunos.

Muitas influências nortearam o trabalho desenvolvido pelo CPOE/RS mas, em resumo, o que se pode afirmar, sem sombra de dúvidas, é que todo o trabalho

desenvolvido possuía intencionalidades e objetivos muito bem definidos, que serviam ainda para garantir a confiabilidade das informações e instruções repassadas pelo Centro, e que estavam alinhadas com os ideais governamentais para a educação do período, não à toa, quando mudam os propósitos governamentais para a educação e, por meio da observância de que em um governo militar não haveria espaço para um centro de pesquisas, o CPOE/RS é, simplesmente, extinto.

2.4 Interloquções entre a RE/RS e o CPOE/RS

O recorte temporal proposto por este trabalho (1947-1971) tem no ano de 1956 um ponto de destaque por representar a concretização da aproximação entre a RE/RS e o CPOE/RS, pois segundo Bastos (1997, p. 51) é quando a RE/RS “passa a ser uma publicação oficial sob a supervisão técnica do Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais – CPOE/RS, divulgando as orientações pedagógicas deste centro de pesquisa”.

Na prática a encampação da RE/RS pelo governo do Estado e sua subordinação técnica ao Centro representou o arranjo político e econômico que tornou possível a continuidade da Revista que, no período, enfrentava importantes dificuldades para manter-se em circulação enquanto o Centro desfrutava de poderio econômico e político para firmar-se como o órgão responsável pela organização do sistema educacional gaúcho. Assim, com a encampação, a SESP/RS aproximou duas importantes instituições, tendo-as a serviço dos seus interesses.

Antes de explorar o trabalho desenvolvido pela RE/RS em conjunto com o CPOE/RS, faz-se importante destacar outras datas importantes na trajetória que aproxima a atuação das instituições: em 1965, o decreto nº 17.750 estabelece a reorganização da SESP, incluindo o CPOE/RS como um órgão de estudos e pesquisas e elencando a RE/RS como uma das sessões do Centro; e, em 1967, o decreto nº 18.415 amplia mais uma vez a atuação do CPOE/RS e torna a RE/RS uma divisão do Centro com a competência de divulgar os assuntos educacionais.

Nas páginas da RE/RS, a partir de 1956, se percebe a presença do CPOE/RS por meio da publicação da secção “Comunicados do C.P.O.E.”, espaço onde eram publicados textos, muito semelhantes aos encontrados nos Boletins do Centro em seu formato, estrutura, linguagem e proposições, sobre diversos assuntos e, em sua

maioria, dando instruções aos professores sobre a condução e organização do sistema de ensino, incluindo sugestões de atividades, aplicabilidade de provas, questões psicológicas e orientações em geral. No restante da Revista não se percebe alterações na estrutura, linha editorial ou proposta, uma vez que há a continuidade da publicação das seções habituais, das atividades, dos materiais e manutenção da linguagem empregada.

Tal observação está alinhada ao depoimento da então editora da RE/RS Maria de Lourdes Gastal para Fischer (2005) quando a professora conta que recebia materiais do CPOE/RS para serem publicados, mas que as diretoras do Centro pouco influenciavam nos demais artigos da Revista. Neste sentido e considerando a informação de que o CPOE/RS era responsável pela supervisão técnica da RE/RS, tendo, inclusive, em diversas edições da Revista, publicado a informação de que se reservava ao direito a aceitar ou não os artigos enviados para publicação pelos professores conforme os interesses editoriais do CPOE/RS, se pode supor que ou, naturalmente, a RE/RS já trabalhava alinhada com a política educacional proposta pelo Centro de modo que maiores intervenções não eram necessárias, ou efetivamente tal supervisão se deu mais centrada apenas nos materiais enviados para publicação pelo Centro do que no conjunto editorial da Revista.

Pelos impressos pedagógicos publicados pelo CPOE/RS, em uma pesquisa na coleção dos Boletins do CPOE/RS no acervo da Biblioteca Pública de Porto Alegre²³, foi encontrada apenas uma página sobre o trabalho do CPOE/RS junto a RE/RS. A referência está na edição de 1958, na página nº 249 com o título “Supervisão da Revista do Ensino”. Nela, o Boletim explica que a partir da lei nº 3.051 a RE/RS fica subordinada ao titular da Secretaria de Educação e Cultura e, detalha:

²³ A Biblioteca Pública de Porto Alegre, por meio do seu setor Rio Grande do Sul, abriga uma coleção dos Boletins do Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais do Rio Grande do Sul. O material está disponível para consultas e em bom estado de conservação. Fazem parte da coleção os Boletins de 1947, 1948-1949, 1950-1951, 1952-1953, 1956-1957, 1958, 1959, 1960, 1961-1962. De acordo com Quadros (2006) os Boletins foram publicados até 1966, quando foram descontinuados sem justificativa pública.

A Revista do Ensino, tendo como objetivo específico à divulgação de assuntos pedagógicos propicia ao magistério, não só do Rio Grande do Sul como dos demais Estados, uma constante atualização e aperfeiçoamento pela apresentação variada e interessante de trabalhos de autores nacionais e estrangeiros. O Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais vale-se dessa publicação para divulgar seus comunicados, planos, sugestões de trabalho, bem como para atender consultas de ordem técnica que são encaminhadas pelos professores, por intermédio da Revista (BOLETIM DO CENTRO DE PESQUISAS E ORIENTAÇÕES EDUCACIONAIS/RS, 1958, p. 249).

O texto também faz referência à atuação da RE/RS, focada no magistério de grau primário e adianta o interesse do Centro em ampliar o “raio de alcance da Revista até o grau médio-secundário e normal” (BOLETIM DO CENTRO DE PESQUISAS E ORIENTAÇÕES EDUCACIONAIS/RS, 1958, p. 249). Sobre o trabalho do CPOE/RS na Revista, explica:

O trabalho de Supervisão, afeto ao C.P. O.E., consiste na aprovação ou rejeição de artigos, reservando-se ao direito de apor notas esclarecedoras àqueles que em algum aspecto, possam colidir com a Orientação da Secretaria de Educação e Cultura. Durante o ano de 1958 foram apreciados 357 trabalhos, sendo rejeitados 85. O Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais publicou 52 artigos no decorrer desse ano (BOLETIM DO CENTRO DE PESQUISAS E ORIENTAÇÕES EDUCACIONAIS/RS, 1958, p. 249).

O último Boletim publicado pelo CPOE/RS foi em 1966, de acordo com Quadros (2006). Sobre a tarefa/função dos Boletins que eram emitidos pelo Centro, na busca por analisar o que eles testemunham, Quadros (2006) destaca que, apesar da sua importância, “não foram os Boletins os suportes que orientaram os professores no seu trabalho cotidiano. Possivelmente, poucos professores os tenham lido” (QUADROS, 2006, p. 3308). Tal fato pode ser entendido devido à dificuldade de circulação dos Boletins, fato que os diferencia do modo de circulação e abrangência da RE/RS, que chegava facilmente até os professores, que tinham acesso ao material por meio de compras avulsas, assinaturas ou em reuniões pedagógicas e nas bibliotecas das escolas. Já a RE/RS, conforme Bastos (1997, p. 54), pode ser considerada “como um importante, e muitas vezes único, meio de (in) formação à disposição do professor e de utilização na sua prática cotidiana”.

Tais evidências podem demonstrar que, embora o CPOE/RS fosse o responsável por repassar as orientações técnico-pedagógicas e sobre a organização do sistema de ensino aos professores, a dificuldade em circulação e credibilidade

dos Boletins, fez com que a RE/RS, material mais popular e de credibilidade, assumisse a responsabilidade de ser a porta voz das ideias que deveriam ser difundidas.

Outro argumento importante diz respeito ao fato da RE/RS ser um típico exemplar da imprensa de educação e ensino. Na prática, as revistas especializadas em educação podem ser entendidas como uma vasta e importante fonte de conhecimento e informação a respeito da História da Educação, como define Bastos (1997, p. 49). A RE/RS enquadra-se na concepção de imprensa de educação e ensino desde os seus princípios (difundir informações sobre as práticas escolares e servir de subsídio para a prática docente), como com sua periodicidade, formato editorial, organização e demais itens que a constituem como um veículo de comunicação ocupado de tratar de assuntos relacionados a educação. Já os Boletins do CPOE/RS podem ser caracterizados como impressos pedagógicos, pois também possuem o objetivo de comunicar sobre a educação, mas não consideram aspectos como circulação, periodicidade, *layout* e outros, em sua concepção.

Considera-se, então, que devido ao caráter do trabalho desenvolvido pelo CPOE/RS durante todo o seu período de atuação – que objetivava, entre outras coisas, difundir por todo o Rio Grande do Sul novas propostas educacionais, e a dificuldade de circulação e aceitação dos Boletins apontada por Quadros (2006), que o CPOE/RS se utilizou da RE/RS para assumir o papel de difusora das suas propostas, argumento que pode ser reforçado se observado que durante o período em que os Boletins e a Revista ocorreram de forma concomitante (1956-1966) foram publicados apenas as edições bianuais dos Boletins, enquanto que a Revista continuou com a sua circulação habitual, tendo mantido sua atuação e foco de trabalho mesmo quando os Boletins deixaram de circular, em 1966.

Nenhum indício ou notícia se tem sobre o motivo pelo qual os Boletins deixaram de ser publicados e, com isso, supõe-se que a RE/RS possa ter funcionado como uma substituta do trabalho desempenhado por eles, ao menos no aspecto das publicações sobre legislação e indicações/sugestões sobre conteúdos, práticas e métodos, atividade desenvolvida pela RE/RS até a sua última edição que se tem notícia, em 1994.

Assim, se considera o argumento de Peres (2000, p. 152) sobre os “conhecimentos sobre o ensino, as crianças e as professoras, produzidos pelo CPOE, impuseram-se sobre outras formas de conhecimento e outras instituições

porque eram considerados teóricos, rigorosos, científicos e, portanto, legítimos” para pensar que a validade dos discursos produzidos pelo Centro encontraram nas páginas da RE/RS a credibilidade e circulação necessárias para atingir com mais agilidade e segurança as escolas e os professores e, dessa forma, de fato, buscar os meios necessários para serem transportadas para as práticas escolares.

O CPOE teve, pois, um papel marcante nos rumos do ensino primário sul-rio-grandense: orientou, decidiu, fiscalizou, controlou, pesquisou, determinou projetos e práticas pedagógicas para/da escola primária, principalmente nas décadas de 40, 50 e 60. As imposições pedagógicas mais marcantes do CPOE estavam relacionadas ao currículo escolar, aos livros e às leituras, à organização das classes e à elaboração das provas finais. Ancoradas em práticas já existentes e estabelecendo novas práticas para a escola primária, o CPOE foi responsável pelo estabelecimento de uma cultura escolar que ainda hoje tem marcas profundas na educação do Rio Grande do Sul (PERES, 2000, p. 152).

Para além da utilização da RE/RS para a publicação das informações e orientações pretendidas pelo CPOE/RS, se pode também analisar que uma interlocução entre a RE/RS e o CPOE/RS na medida em que seus impressos, ao atuarem com propostas editoriais alinhadas, serviam aos mesmos propósitos de normatização e normalização do ensino gaúcho. Este seja, talvez, o principal motivo para o governo do Rio Grande do Sul, por meio da sua Secretaria de Educação, unir o trabalho desenvolvido pela RE/RS e o CPOE/RS, desfrutando da potencialidade de cada um e unindo-os a serviço dos interesses de organização e desenvolvimento do modelo de ensino desejado, assim como argumentam Quadros e Stephanou (2011, p. 108) quando dizem sobre a ação governamental por meio do CPOE/RS:

Em síntese, pela educação buscou-se produzir experiências pelas quais as pessoas pudessem se tornar sujeitos de uma cultura, sujeitos de estilos de vida concretos. Neste aspecto, está a contribuição ímpar do CPOE/RS para a constituição de um modo de ser da educação no Rio Grande do Sul (QUADROS; STEPHANOU, 2011, p. 108).

Tal argumento reforça a importância de estudos que abranjam a RE/RS e o CPOE/RS e que, especialmente, possam traçar um paralelo entre ambos, percebendo-os como mecanismos governamentais de produção de um saber autorização, mas, principalmente, de difusão e normatização deste saber para aqueles que seriam os responsáveis pela sua prática e garantia de sucesso: os professores e professoras.

3 A NORMATIZAÇÃO DO ENSINO PELA ANÁLISE HISTÓRICO-CRÍTICA

A análise que pretende este trabalho está baseada na perspectiva da pedagogia histórico-crítica, entendida, conforme Saviani (2013b), como a busca por um saber objetivo. De acordo com o autor, a pedagogia histórico-crítica pretende rastrear o percurso histórico da educação, tendo como objetivo viabilizar uma configuração consistente do conjunto educacional, sob o ponto de vista dessa concepção. Assim:

Trata-se de explicitar como as mudanças das formas de produção da existência humana foram gerando historicamente novas formas de educação, as quais, por sua vez, exerceram influxo sobre o processo de transformação do modo de produção correspondente. É um estudo que não se move sob o acicate das urgências imediatas de conjuntura, mas que se propõe a captar o movimento orgânico definidor do processo histórico (SAVIANI, 2013b, p. 02).

Com isso, esta pesquisa buscará os caminhos para “a crítica do existente e para a descoberta da verdade histórica” (SAVIANI, 2013b, p. 05) que metodologicamente é inerente à concepção histórico-crítica e que compõe a especificidade do saber e da educação, entendida como trabalho produtivo e material em que o produto não se separa do ato de produção, baseando-se em Saviani (2013b) que defende o trabalho educativo como “o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (SAVIANI, 2013b, p. 06).

O saber objetivo produzido historicamente, desenvolvido por meio de processos educativos e institucionalizado pela escola, permite a desmontagem da neutralidade que, de acordo com Saviani (2013b, p. 08) é impossível “porque não existe conhecimento desinteressado”.

O saber que diretamente interessa à educação é aquele que emerge como resultado do processo de aprendizagem, como resultado do trabalho educativo. Entretanto para chegar a esse resultado a educação tem que partir, tem que tomar como referência, como matéria-prima de sua atividade, o saber objetivo produzido historicamente (SAVIANI, 2013b, p. 07).

Assim, se tem o saber objetivo produzido historicamente como uma pedagogia atenta aos determinantes sociais da educação, que permite articular o trabalho pedagógico com as relações sociais, em uma perspectiva crítico-

transformadora em que “a apreensão do movimento histórico que se desenvolve dialeticamente em suas contradições” (SAVIANI, 2013b, p. 119). Assim, se “busca compreender e explicar o todo desse processo, abrangendo desde a forma como são produzidas as relações sociais e as suas condições de existência até a inserção da educação nesse processo” (SAVIANI, 2013b, p. 120).

Ainda, se pode justificar que é, no âmbito da história e do desenvolvimento de situações concretas, que se pode compreender o desenvolvimento do conhecimento objetivo e interessado, uma vez que a educação é um fenômeno próprio da natureza humana que possibilita que o homem produza as condições necessárias para a sua sobrevivência e, antecipe, em ideais e objetivos, as ações necessárias para a produção da sua autonomia.

Considerando a tarefa a que se propõe a pedagogia histórico-crítica com relação à educação escolar, resumida por Saviani (2013b, p. 08-09) como:

- a) Identificação das formas mais desenvolvidas em que se expressa o saber objetivo produzido historicamente, reconhecendo as condições de sua produção e compreendendo as suas próprias manifestações, bem como as tendências atuais de transformação;
- b) Conversão do saber objetivo em saber escolar, de modo que se torne assimilável pelos alunos no espaço e tempo escolares;
- c) Provimento dos meios necessários para que os alunos não apenas assimilem o saber objetivo enquanto resultado, mas apreendam o processo de sua produção, bem como as tendências de sua transformação (SAVIANI, 2013b, p. 08-09).

Esta pesquisa terá como foco a identificação de “formas mais desenvolvidas em que se expressa o saber objetivo produzido historicamente, reconhecendo as condições de sua produção e compreendendo as suas próprias manifestações, bem como as tendências atuais de transformação” (SAVIANI, 2013b, p. 08-09) nas publicações dos Boletins do Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais do Rio Grande do Sul (CPOE/RS) entre 1947 e 1957 e da Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (RE/RS) entre 1957 e 1971. O objetivo principal será evidenciar as propostas de normatização do ensino primário no Rio Grande do Sul entre 1947 e 1971, difundidas através dos impressos pedagógicos do CPOE/RS e da RE/RS e, assim, descortinar o saber objetivo que foi convertido em saber escolar de modo a se tornar compreensível para os alunos e professores e, assim, capaz de ser um meio para os processos de produção e transformação necessários na educação.

Dessa forma, a concepção teórica-metodológica que norteará a abordagens dos dados coletados e das fontes examinadas nesta pesquisa dar-se-á sob o prisma teórico da perspectiva histórico-crítica, que tem no autor Demerval Saviani sua base teórica-epistemológica. Outra escolha fundamental nesta pesquisa diz respeito à abordagem técnica-metodológica da coleta e tratamento de dados da pesquisa que irá se basear na análise documental, entendida como uma possibilidade de desvendar novos aspectos para a temática e o problema de pesquisa.

Com isso, esta pesquisa também se apoia na proposta de Pimentel (2001) ao realizar um processo de “garimpagem” de fontes que resultará em documentos a serem tratados tendo como orientação o problema de pesquisa. A respeito do caráter investigativo presente na análise documental histórica, Pimentel (2001, p. 192) argumenta que:

No processo de articulação do presente com o passado, o pesquisador volta-se às suas raízes, ativa ou reativa a memória, distanciando-se assim de uma possível fragmentação quando procura, na investigação, o elo entre esses dois tempos históricos da atividade humana, para além de análises presentistas que o levariam apenas a ratificar o passado e glorificar o presente (PIMENTEL, 2001, p. 192).

Entendida, então, como alternativa para organização dos dados com o objetivo de facilitar a sua leitura e compreensão, a análise documental, como método de pesquisa, parte do entendimento de que, primeiramente, é fundamental ter um problema de pesquisa estruturado de modo haja uma questão a ser descoberta e capaz de mover a pesquisa. A questão de pesquisa precisa, então, ser formulada considerando, inicialmente, as informações e inquietamentos com o tema da pesquisa e, de forma abrangente, propor uma discussão sobre os objetivos pretendidos pela pesquisa. No entanto, formular uma questão de pesquisa é um processo de idas e vindas, até que se possa, da melhor maneira possível, resumir em poucas linhas tudo o que se pretende com a pesquisa.

Na sequência, é necessário buscar e organizar fontes. O trabalho do pesquisador da História da Educação possui ainda a peculiaridade de que é preciso conseguir lidar com os documentos e vestígios do passado que ainda não sucumbiram ao tempo. Neste sentido, a etapa de busca pelas fontes de pesquisa é desafiadora, pois para além de buscar as fontes que possam conter os dados necessários para responder a questão de pesquisa, é preciso lidar com a

disponibilidade de acesso a tais fontes e, neste aspecto, se evidencia o processo de garimpagem a que Pimentel (2001) se refere.

Assim, o processo de busca pelas fontes nesta pesquisa teve início pela identificação de locais que abrigam a coleção dos Boletins do CPOE/RS. Até a descoberta de uma série de Boletins na Biblioteca Pública de Porto Alegre, muitas ligações e contatos resultaram negativos. E, por fim, ao localizar os Boletins, foi necessário pensar alternativas para lidar com o fato de que a Biblioteca não possui a coleção completa. Neste ponto da pesquisa, a análise documental foi necessária para dar ordenamento a fontes encontradas e lógica para a sua análise. A opção, por fim, foi realizar uma mudança nas fontes da pesquisa por meio de um arranjo justificável que traspôs a análise dos Boletins para as Revistas do Ensino, assim, abrangendo o recorte temporal da pesquisa e lidando com as fontes disponíveis.

De posse das fontes, o passo seguinte é, efetivamente, a execução da análise documental como método e técnica de pesquisa. Neste contexto, nesta pesquisa, foi realizada uma primeira leitura atenta de todos os Boletins e Revistas em análise, seguindo sua ordem cronológica. Desta primeira leitura, foi realizada a observação sobre as continuidades e ações normativas repetidas em cada uma das edições, tanto dos Boletins como das Revistas, mas de modo separado e sem inter-relação entre as duas publicações, pois se imagina que, havendo uma sequência cronológica entre as publicações, podem haver mudanças e discontinuidades que não permitem uma comparação entre os materiais. Além disso, se considera que as publicações dos Boletins do CPOE/RS e das Revistas são distintas em seus formatos e objetivos e, assim, não se tem a pretensão de realizar uma comparação e, sim, a possibilidade de compreensão de um processo sequencial do trabalho desenvolvido pelo Centro e pela RE/RS. Esta primeira leitura possibilitou, então, a proposição de categorias de análise que reúnem os aspectos constantes das publicações e, ao mesmo tempo em que relacionados com a concepção teórica-metodológica proposta na pesquisa, podem ser entendidos como o saber que historicamente deveria ser desenvolvido e disseminado até se tornar um saber objetivo e intrínseco aos processos de ensino em execução.

Com as categorias de trabalho desenvolvidas, uma nova leitura foi realizada em busca dos elementos que comprovam a efetivação das categorias, dando subsídios para a sua proposição e exemplificando como o trabalho dos técnicos do CPOE/RS e da RE/RS foi executado nas publicações e com vista à aplicabilidade

prática no sistema de ensino gaúcho. Assim, as categorias criadas tiveram como objetivo dar lógica e ordenamento aos dados encontrados nas fontes de pesquisa.

Para concluir a descrição do caminho metodológico percorrido na/para a análise documental, a etapa seguinte consiste em realizar o entrelaçamento dos dados coletados nas fontes, com as análises possíveis por meio do referencial teórico da pesquisa e, assim, propor a compreensão das informações levantadas e a resposta para a questão de pesquisa desenvolvida.

Sendo assim, estão em análise cinco edições dos Boletins do CPOE/RS, desde a primeira edição publicada (1947) até a edição conjunta dos anos de 1956 e 1957. Conforme demonstrado no quadro abaixo:

QUADRO 1: Publicações do CPOE/RS em análise.

Boletins do CPOE/RS ²⁴ em análise	
Edição	Ano da publicação
Edição de 1947.	1947
Edição conjunta dos anos de 1948-1949.	1949
Edição conjunta dos anos de 1950-1951.	1951
Edição conjunta dos anos de 1952-1953.	1953
Edição conjunta dos anos de 1956-1957.	1957

Fonte: Autora (2019).

Considerando os dados de que a partir de 1956 o CPOE/RS passa realizar a supervisão técnica da RE/RS, que a Revista possuía maior credibilidade e circulação do que os Boletins e, ainda, que o acervo disponível de Boletins consultado na Biblioteca Pública de Porto Alegre não possui a coleção completa das publicações, opta-se por, a partir de 1956, alterar a análise dos dados para as publicações da RE/RS, incluindo 59 edições da RE/RS disponíveis no acervo do Repositório Digital Tatu²⁵ até o ano de 1971, quando se encerra o recorte temporal desta pesquisa, já que se considera que, com a promulgação da Lei nº 5.692/71, o sistema de ensino brasileiro é completamente reformulado e passa a funcionar sob uma nova égide. O

²⁴ Os Boletins em análise fazem parte da coleção da Biblioteca Pública de Porto Alegre, sessão Rio Grande do Sul. Os documentos estão em bom estado de conservação e encontram-se para consulta pública no setor em questão. Para esta pesquisa, todos os Boletins foram fotografados, página por página, pois era necessário maior tempo de contato com o material.

²⁵ Como o acervo do Repositório Digital Tatu está em constante expansão, sendo abastecido, inclusive com a digitalização do acervo do Hisales, se determinou que a análise inclui as edições da RE/RS disponíveis no acervo do Tatu até abril de 2019.

ano de 1971 também é representativo para o fim desta pesquisa por marcar o fim do CPOE/RS e registrar o anúncio de uma nova era para a RE/RS. Assim, as publicações em análise da RE/RS estão organizadas na figura abaixo:

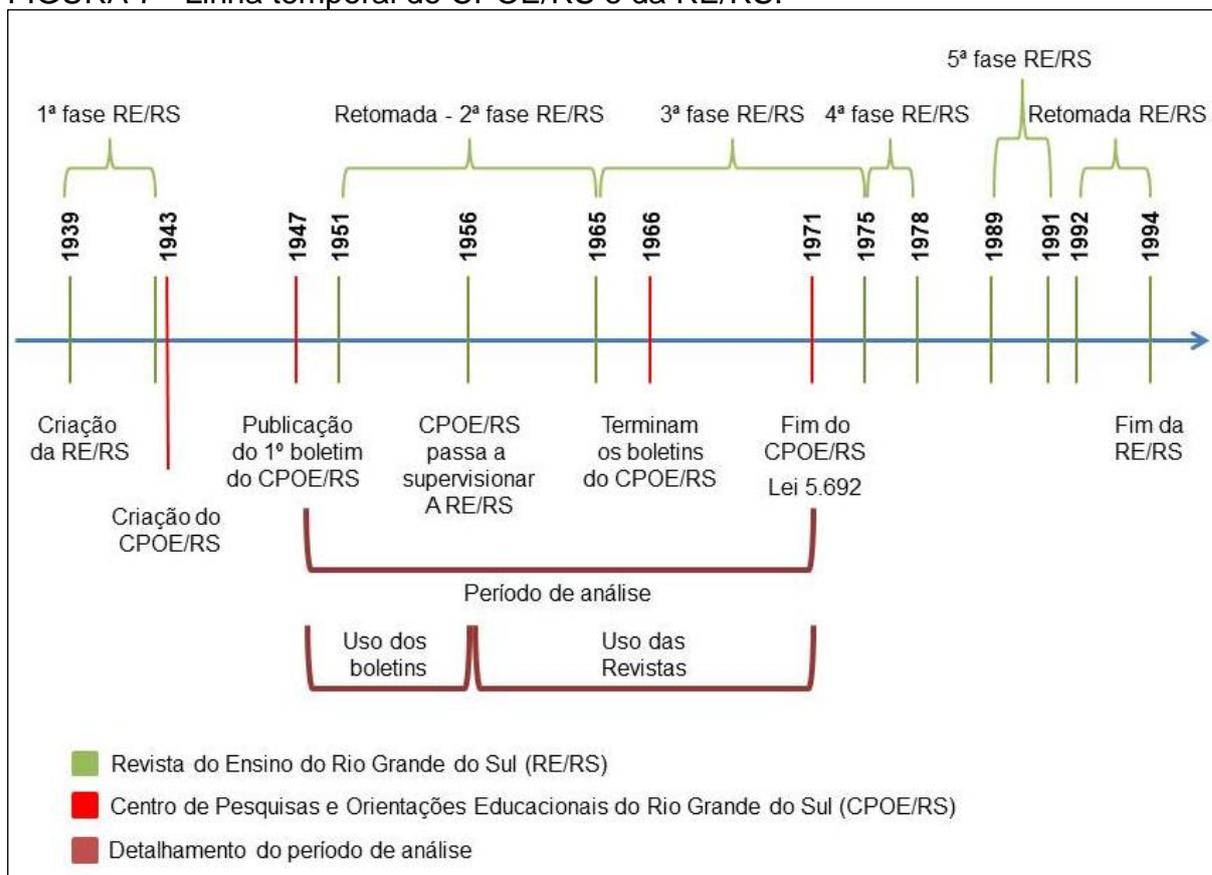
FIGURA 6 - Relação de edições da RE/RS em análise.

ANO/MÊS	Março	Abril	Maiο	Junho	Julho	Agosto	Setembro	Outubro	Novembro	Dezembro
1956								Nº C41	Nº C41	
1957	Nº 42		Nº 44			Nº 46	Nº 47	Nº 48	Nº 49	
1958	Nº 50	Nº 51	Nº 52				Nº 55	Nº 56	Nº 57	
1959	Nº 58	Nº 59		Nº 61		Nº 62	Nº 63	Nº 64	Nº 65	
1960	Nº 66	Nº 67	Nº 68			Nº 70		Nº 72		
1961	Nº 74	Nº 75	Nº 76			Nº 77	Nº 78	Nº 79	Nº 80	
1962	Nº 81	Nº 82	Nº 83	Nº 84	Nº 85	Nº 86	Nº 87	Nº 88		
1963	Nº 90	Nº 91	Nº 92		Nº 94	Nº 95	Nº 96			
1964	Nº 98*	Nº 99*								
1965	Nº 100*	Nº101*	Nº102*	Nº103*						
1966				Nº 109*						
1967		Nº113*								
1968		Nº 116*	Nº117*							
1969	Nº 121*									
1970		Nº 127*								
1971	Nº 132*									

Fonte: Autora (2019).

Como forma de ilustrar o recorte temporal delimitado para esta pesquisa, bem como exemplificar os materiais em análise, a figura abaixo apresenta uma linha do tempo que contempla o ciclo de existência do CPOE/RS e da RS/RS, assinalando ainda marcos temporais importantes para a pesquisa em curso.

FIGURA 7 - Linha temporal do CPOE/RS e da RE/RS.



Fonte: Autora (2019).

Dessa forma e tendo como base a intenção de investigar o saber objetivo e interessado produzido pelo CPOE/RS e pela RE/RS para a organização do ensino no Rio Grande do Sul entre 1947 e 1971, este trabalho visa responder o problema de pesquisa: de que modo os impressos pedagógicos do CPOE/RS e as publicações da RE/RS normatizaram propostas para o ensino primário no Rio Grande do Sul entre os anos de 1947 e 1971?

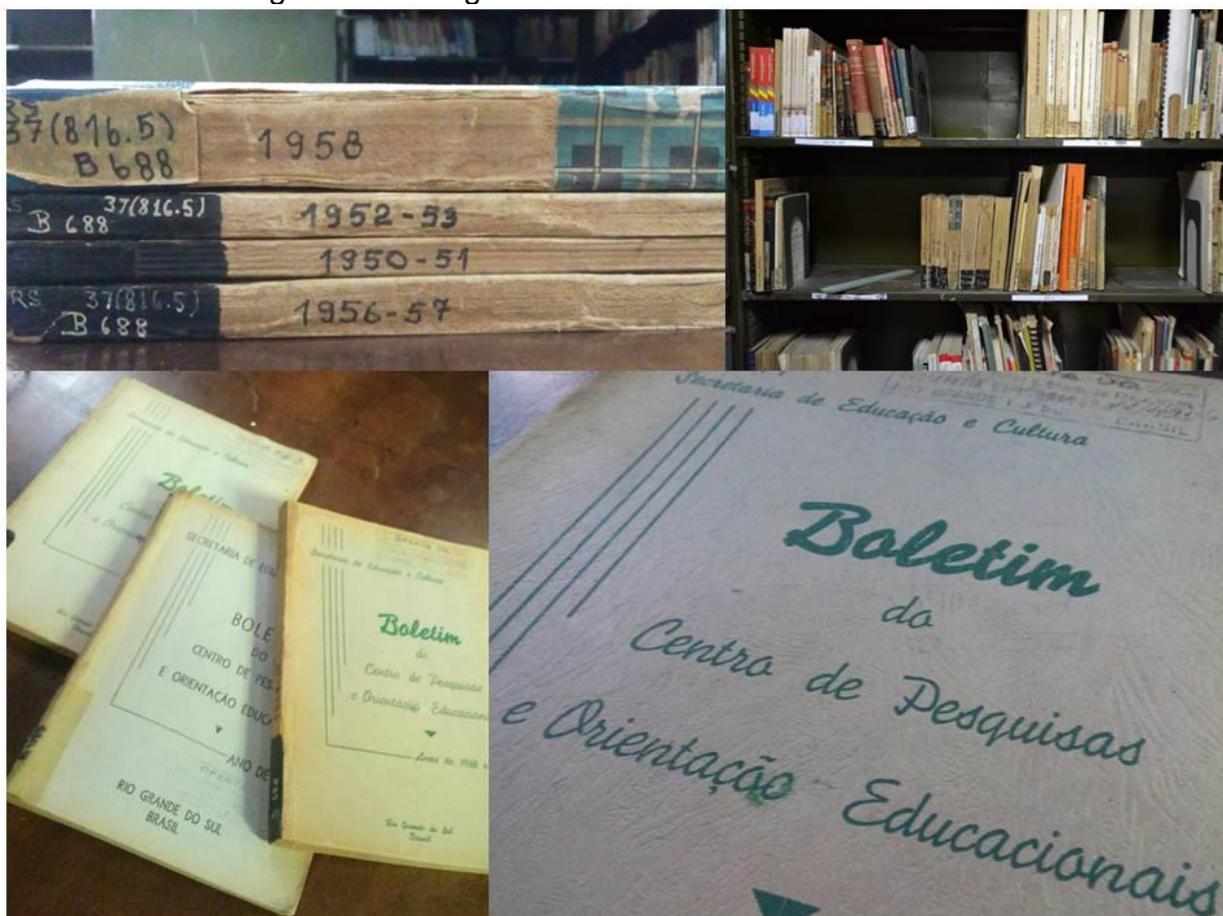
Além disso, e servindo como suporte teórico para a compreensão dos dados coletados na pesquisa, o contexto histórico em que se insere a escola primária gaúcha, o histórico de criação e atuação do CPOE/RS e da RE/RS foram revividos nos primeiros capítulos deste trabalho, compondo os objetivos específicos a que se propõe esta dissertação. Estando delimitados os objetivos e propósitos desta pesquisa, bem como a discussão teórica necessária para a compreensão dos dados apontados, os capítulos seguintes passam a analisar as páginas dos Boletins do CPOE/RS e da RE/RS, conforme o recorte temporal proposto e, em busca, dos dados necessários para responder a questão de pesquisa.

3.1 A normatização do ensino entre 1947 a 1957 nos Boletins do CPOE/RS

Dentre os objetivos destacados para o Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais do Rio Grande do Sul esteve a promoção e divulgação de iniciativas e propostas didático-pedagógicas para o sistema escolar e ensino primário do Estado, tendo, por meio da publicação dos seus Boletins, a utilização de uma ferramenta que objetivava transmitir aos professores as orientações desejadas. Assim, o primeiro Boletim do CPOE/RS foi publicado em 1947 e sua distribuição foi dirigida aos órgãos ligados à Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul.

Inicialmente, a proposta era de Boletins anuais, mas logo na sequência, eles passaram a ser editados em edições conjuntas bianuais. As publicações têm entre 160 até 600 páginas, todas com impressão em preto e branco, com raras ilustrações, tamanho A5 (148 mm de altura por 210 mm de largura) e com encadernação do tipo brochura.

FIGURA 8 - Montagem com fotografias dos Boletins do CPOE.



Fonte: Autora (2019).

O prefácio da primeira edição, assinado pela então diretora do CPOE/RS, Eloah Brodt Ribeiro, anuncia o objetivo e o espírito com que os Boletins seriam produzidos: proporcionar aos professores conhecimento sobre as experiências realizadas pelo CPOE, valorizando o patrimônio cultural do Centro e “dilatando os horizontes individuais dos professores para a formação do espírito científico necessário à compreensão dos princípios que norteiam a ciência pedagógica” (BOLETIM DO CENTRO DE PESQUISAS E ORIENTAÇÕES EDUCACIONAIS, 1947, p. 09). O texto destaca ainda as atribuições e organização do CPOE, afirmando sua atuação voltada para o ensino primário e as bases psicopedagógicas presentes nas pesquisas realizadas pelo Centro.

Ainda sobre os objetivos dos Boletins, a edição conjunta de 1948-1949 destaca a intenção de “atender aos reclamos imediatos da organização do ensino e estimular o aperfeiçoamento e a renovação da cultura profissional do professor” (BOLETIM DO CENTRO DE PESQUISAS E ORIENTAÇÕES EDUCACIONAIS, 1949, p. 09).

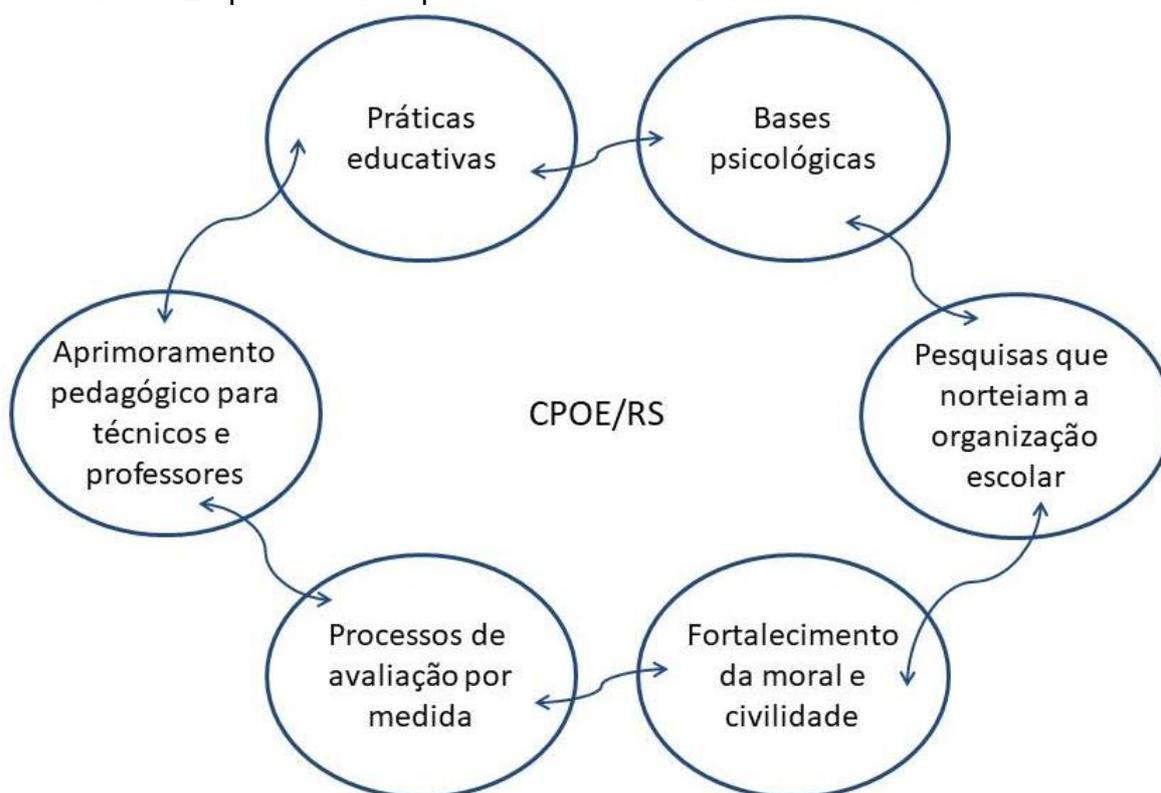
Na prática, é possível perceber que os Boletins, de fato, ofereciam subsídios aos professores e técnicos da educação, por meio de narrativas sobre os trabalhos desenvolvidos e, também, ao traçar planos de atividades com temáticas a serem trabalhadas e que não diziam respeito somente aos assuntos curriculares, mas também a formação desejada aos alunos. Percebem-se, ainda, esforços no detalhamento das propostas e justificativas e a abordagem sistemática de alguns aspectos.

Preliminarmente, então, e, tendo como objetivo encontrar os indícios que demonstrem a busca de uma normatização para o modelo de ensino proposto pelo CPOE e disseminado pelos Boletins é possível perceber a proposta de uma educação sensível às necessidades dos alunos, buscando atender aos anseios e dificuldades dos professores e bastante preocupada com a organização e justificativa dos processos pedagógicos, baseando-se em dados quantitativos e experiências concretas para realizar direcionamentos e propor soluções. Ao realizar estes movimentos, o CPOE firmou práticas e institucionalizou propostas que, a cada edição do Boletim, eram repetidas e reafirmadas.

Com o fim de buscar auxiliar na ordenação da análise proposta neste estudo, buscou-se destacar os tópicos mais recorrentes entre as edições dos Boletins analisadas, explorando-os como categorias de trabalho e, assim, ordenando a busca

das evidências que justifiquem o seu apontamento como uma estratégia recorrente adotada pelo Centro.

FIGURA 9 - Esquema com tópicos tratados nos Boletins em análise.



Fonte: Autora (2019).

Não é possível determinar para qual categoria, dentre as listadas, o CPOE/RS implica maior importância, pois os assuntos são tratados sistematicamente, em ordem aleatória entre as seções apresentadas. Considerando, no entanto, a orientação dada na edição conjunta de 1950-1951 em que é defendida uma mudança no cenário escolar quando o “professor deixa de ocupar o centro da cena e o aluno passa a ser o verdadeiro protagonista da ação pedagógica” (BOLETIM DO CENTRO DE PESQUISAS E ORIENTAÇÕES EDUCACIONAIS, 1951, p. 11), as primeiras categorias a serem analisadas neste trabalho serão as relacionadas com os alunos e, especialmente, com os objetivos propostos para a formação das crianças e jovens, relacionadas de forma mais objetiva com a categoria Fortalecimento da moral e civilidade, mas que também é plano de ação das demais categorias.

Sendo assim, já na edição de 1947 o anúncio do desejo por uma educação democrática, parece afirmar a preocupação em executar uma educação que

considera a adoção de processos didáticos compatíveis com os cidadãos que se deseja formar:

A rigidez e a uniformidade, a preocupação quase exclusiva de transmitir conhecimentos, de proporcionar habilidades mecânicas, devem ceder à compreensão ampla e ao espírito criador, ao melhoramento das características mentais e morais do indivíduo (BOLETIM DO CENTRO DE PESQUISAS E ORIENTAÇÕES EDUCACIONAIS, 1947, p. 28).

O tema da semana da pátria, recorrente em todas as edições analisadas, também demonstra a preocupação com a formação moral e cívica dos alunos. A edição de 1947 dedica o Comunicado Nº 1 ao tema, buscando justificar a necessidade de planejamento para a programação das comemorações e, ainda, apresentando objetivos, motivações finalidades e diretrizes das atividades para cada série. Sobre as atividades da Semana da Pátria, justifica:

No atual entrecchoque das mais variadas ideologias políticas e sociais, o Brasil, mais do que nunca, necessita que a escola infunda nos futuros cidadãos um amor profundo ao seu solo e lhes inspire respeito pelas tradições do país; que a honra dessa Nação lhes fortaleça o sentido cívico e, em seu conjunto social, vejam a razão de ser de sua grandeza (BOLETIM DO CENTRO DE PESQUISAS E ORIENTAÇÕES EDUCACIONAIS, 1947, p. 77).

A edição conjunta de 1952-1953 recomenda que as atividades da Semana da Pátria não devem ser limitadas ao período comemorativo, contribuindo assim, para a manutenção do amor à pátria. Considera também:

Educar, do ponto de vista moral e cívico, é fomentar o caráter do educando, fortalecer-lhe o poder da vontade, favorecer a aquisição de atitudes e hábitos, tais como o amor, fraternidade, perseverança no trabalho, colaboração e interesse pelos ideais colimados por seu país (BOLETIM DO CENTRO DE PESQUISAS E ORIENTAÇÕES EDUCACIONAIS, 1953, p. 59).

Sobre a educação moral, o Boletim argumenta que as formações do caráter, da consciência e do fortalecimento da vontade da criança e do adolescente devem constituir objeto de preocupação constante do educador, sendo trabalhados diariamente pela prática de virtudes e pela vivência de situações que levem o educando a adquirir hábitos de julgamento e discernimento entre o bem e o mal. Assim, por meio de leituras, desenhos, poesias, atividade no auditório, excursões,

visitas, conversas e outros, deveriam ser buscados os objetivos da educação moral e cívica, tais como: proporcionar aos educandos conhecimentos de exemplos de altruísmos e episódios da história da pátria; fortalecer o amor à terra brasileira; organizar um código de moral e civismo com os alunos; conduzir os alunos a práticas de atos que revelem qualidades morais e cívicas; conhecer monumentos locais históricos, instituições, reverenciado o passados e as tradições históricas.

De acordo com Peres (2000), o ensino do civismo e da moral esteve fundamentado como um dos pilares da escola primária pelo CPOE/RS, sendo considerado “parte de uma educação integral que deveria observar a formação de hábitos e atitudes necessárias a um convívio social harmônico e sadio. O ensino cívico e moral tinha como objetivo principal desenvolver o sentimento nacionalista e patriótico” (PERES, 2000, p. 307).

Na justificativa de tais propostas pode-se acrescentar o estímulo para que o aluno compreendesse o meio físico e social em que vivia, promovendo a formação de hábitos, atitudes, ideias, significação social, de caráter e personalidade, apoiados nos desejos de valorização da pátria e adoção da civilidade em sociedade. A escola e os professores, sob este ponto de vista, assumiam também o papel de formadores das personalidades dos alunos, assim como argumenta a publicação de 1956-1957, quando diz:

Tem a escola a responsabilidade do aprimoramento das novas gerações, da formação do homem do amanhã, do cidadão útil aos seus semelhantes e à Pátria. A vida e a obra dos nossos maiores, os exemplos dignificantes daqueles que elevaram a terra que lhes foi berço, contribuem para o fortalecimento cívico e do espírito de brasilidade devendo, por essa razão, serem os mesmos levados ao conhecimento dos educandos (BOLETIM DO CENTRO DE PESQUISAS E ORIENTAÇÕES EDUCACIONAIS, 1957, p. 169).

O modo como as temáticas que se relacionam com a formação moral, cívica e de personalidade dos alunos, deveriam ser trabalhadas em sala de aula está presente na categoria Práticas Educativas, que reúne as estratégias propostas para alcançar os objetivos desejados pelo Centro. Sobre este entrelaçamento, Peres (2000, p. 374) destaca:

Os discursos pedagógicos e as práticas escolares procuravam ressaltar a figura de Deus, da Pátria, da família e as benesses da escola. As condutas consideradas corretas, os deveres, a lealdade, os sacrifícios, a honra, a coragem, a devoção, a higiene eram amplamente divulgadas nas práticas escolares. Essa era considerada a principal função da escola primária. Sua finalidade não era apenas desenvolver as competências intelectuais, mas também e principalmente, a formação moral. As máximas em favor da generosidade, da honra, da coragem, da lealdade, do sacrifício, do trabalho, da higiene, as máximas em defesa da raça, dos superiores, da hierarquia, da Pátria, de seus símbolos, foram uma das formas mais intensas da ação pedagógica nesse período (PERES, 2000, p. 374).

Assim, é possível perceber um movimento constante de preocupação em realizar aproximações entre as temáticas indicadas para serem trabalhadas e o desenvolvimento das habilidades esperadas nas disciplinas curriculares. Para Peres (2002, p. 395) as propostas sobre discursos pedagógicos e práticas escolares apontam para um ensino globalizado, tido como:

[...] um processo espontâneo e natural de aprendizagem, mais de acordo com o desenvolvimento mental dos alunos e que permitiria efetivar o processo de ensino-aprendizagem em situações reais da vida, partindo sempre de observações, experiências e situações concretas. Nesse sentido, as professoras eram orientadas a trabalhar na modalidade dos sistemas de projetos ou unidades didáticas ou de trabalho (caso isso não fosse possível, a orientação era no sentido de que pelo menos se garantisse em sala de aula a associação ou correlação das matérias). A globalização é a essência desses sistemas didáticos. Além disso, subjacente aos projetos e às unidades didáticas ou de trabalho está uma concepção dinâmica e ativa da aprendizagem. Não a lição dada pelo professor, mas a experiência, a ação e os interesses dos alunos é que deveriam ter predominância no trabalho escolar (PERES, 2000, p. 395).

Como exemplificação de tal conclusão, se pode observar a orientação presente na edição de 1947, quando, ao justificar o trabalho sobre a Semana da Pátria, o Boletim recomenda: “considerando, porém, a íntima conexão das matérias, procurará o professor apelar para o concurso das demais disciplinas, globalizando-as, se possível, ou correlacionando-as” (BOLETIM DO CENTRO DE PESQUISAS E ORIENTAÇÕES EDUCACIONAIS, 1947, p. 80). Outra menção que pode ser lida como uma tentativa de busca pela globalização está na edição de 1948-1949, quando no Boletim do CPOE/RS (1948-1949, p. 20) está:

A inclusão, nos programas de algumas disciplinas, de assuntos correlatos, cujo estudo, em mais de uma matéria, contribua para melhor compreender, do ponto de vista estrutural e funcional, os fenômenos a estudar e sua influência no âmbito físico, social e profissional que envolve a escola. Assim, ao lado da sistematização do ensino, assegurada pelo desenvolvimento do programa de cada disciplina, visar-se-ia a unificação dos conhecimentos pelos numerosos laços estabelecidos entre os vários campos do saber (BOLETIM DO CENTRO DE PESQUISAS E ORIENTAÇÕES EDUCACIONAIS, 1949, p. 20).

Em outros momentos, repetem-se as sugestões de atividades práticas, partindo de uma temática como, por exemplo, planos de trabalho que abarcam a vida de Ruy Barbosa²⁶, o Tricentenário da Batalha de Guararapes²⁷, as atividades comemorativas ao Dia da Criança²⁸, ao Centenário de Joaquim Nabuco²⁹, ao Dia da Árvore³⁰, ao Ano de Santos Dumont³¹, a Semana da Pátria³² e outros, e que tinham em comum o princípio de aproveitar a temática proposta para o desenvolvimento de habilidades curriculares como a linguagem, a escrita, noções de história, de geografia e outros, em conjunto com a formação integral dos alunos. Nestes casos, eram feitas sugestões como concursos de redação e de oratória, a organização de excursões exploratórias, a realização de pesquisas sobre o tema e várias outras atividades. Ainda, há destaques para que as ações promovidas fossem observadas atentamente pelos professores, em fichas fornecidas pelo CPOE, e que teriam como objetivo avaliar a personalidade do aluno, seu ritmo de trabalho, sua disposição e, ainda, fornecer subsídios ao Centro para estudos posteriores e de avaliação das propostas.

Especificamente sobre as práticas para o desenvolvimento da linguagem oral e escrita, o Comunicado nº 2 da edição de 1947 defende que ela é constitutiva do desenvolvimento integral da criança: “ora, o individuo que não consegue exprimir com clareza seu pensamento, quer oralmente, quer por escrito, será, certamente, um desajustado social” (BOLETIM DO CENTRO DE PESQUISAS E ORIENTAÇÕES EDUCACIONAIS, 1947, p. 87) passando a apontar uma série de sugestões de trabalho, que incluem o enriquecimento do ambiente da escola, trabalhos manuais,

²⁶ Proposto pela edição de 1948-1949.

²⁷ Presenta na edição de 1948-1949.

²⁸ Há proposição de atividades sobre o tema nas edições de 1947, 1948-1949, 1956-1957.

²⁹ Proposto na edição de 1948-1949.

³⁰ Conforme edição de 1948-1949.

³¹ Na edição de 1956-1957.

³² As propostas podem ser verificadas nas edições de 1947, 1948-1949, 1950-1951, 1952-1953, 1956-1957.

excursões, apreciação e descrição de gravuras, histórias, poesias e livros, justificadas no argumento de que é “importantíssimo saber criar situações que despertem na criança o desejo e a necessidade de escrever, que ela escreva sempre com uma finalidade definida” (BOLETIM DO CENTRO DE PESQUISAS E ORIENTAÇÕES EDUCACIONAIS, 1947, p. 92).

A edição de 1950-1951 volta a tratar do tema, sugerindo a comparação de trabalhos anteriores para a verificação do progresso da escrita e de exercícios corretivos, dizendo que “processo dos mais eficientes é o que habitua a criança desde os primeiros exercícios, a julgar seus próprios trabalhos. É necessário fazer o aluno reconhecer os erros cometidos e apresentar sugestões de como corrigi-los” (BOLETIM DO CENTRO DE PESQUISAS E ORIENTAÇÕES EDUCACIONAIS, 1951, p. 50).

Percebe-se que as Práticas Educativas sobre o ensino da linguagem e da escrita foram uma constante em grande parte das atividades propostas. Elas eram sugeridas tanto para o trabalho dos temas comemorativos e, que assumem o papel de temas transversais em alguns momentos, como também foram alvo de orientações para o trabalho isolado e corriqueiro de sala de aula. Outro destaque é que as sugestões para o ensino da linguagem oral e escrita, normalmente, eram acompanhados de alertas sobre a importância da organização dos ambientes de estudo. O Boletim de 1952-1953, por exemplo, recomenda:

O ambiente da classe influi poderosamente no espírito infantil. Paredes desprovidas de quadros, cartazes, frisos sem uma nota alegre, um ambiente severo que mantenha a criança fixa em sua carteira durante todo o horário escolar, não favorece a aprendizagem nem o desenvolvimento social do aluno. A criança deve encontrar na escola um ambiente semelhante ao do próprio lar, quando este é bem organizado ou superior a ele, quando não oferecer condições básicas para a formação de bons hábitos e atitudes (BOLETIM DO CENTRO DE PESQUISAS E ORIENTAÇÕES EDUCACIONAIS, 1953, p. 67).

Chama atenção ainda a sugestão de práticas educativas que visavam atender a uma demanda de outra Secretaria por meio do desenvolvimento de uma campanha com atividades ligadas a necessidade de formação específica dos alunos para o tema. Na edição de 1948-1949 o Boletim sugere uma campanha sanitária contra a Hidatidose por solicitação da Secretaria de Saúde Pública. O texto apresenta um estudo-resumo sobre a doença e destaca como os professores, por meio de atividades específicas, podem colaborar na campanha.

Na edição de 1956-1957, dois comunicados são apresentados seguindo a mesma lógica de atenção às demandas de outras secretarias: o primeiro trata sobre um plano de higiene pessoal a ser desenvolvido incluindo alunos e os seus familiares, e o segundo é uma campanha de valorização de produtos alimentícios com origem no mar, rios e lagos, com a justificativa que o consumo desses produtos deve ser incentivado por questões de desenvolvimento econômico e de saúde. Para as três campanhas, as atividades sugeridas são leituras de frases e histórias, realizações de debates, de pesquisas e outros.

A educação rural também foi alvo constante de recomendações sobre práticas educativas. A edição de 1948-1949 elenca algumas características do ensino na zona rural, argumentando que os seus objetivos precisam ser os mesmos das escolas da zona urbana, mas que são necessárias adaptações nos planos de ensino para que eles sejam capazes de atender à natureza específica da escola rural. Assim, a edição propôs um regulamento para os cursos primários rurais, ponderando sobre o funcionamento, as disciplinas, os alunos e os professores, inclusive, com a proposta de organização de cursos de formação de professores específicos para atuar na zona rural.

A edição de 1952-1953 volta a dar recomendações sobre o ensino primário rural, dizendo:

No desenvolvimento dos programas ter-se-á em vista que a escola primária rural deve ser um centro de irradiação da cultura e trabalho para a população da zona a que serve, um centro orientador, por excelência, dos meios rurais. Para atingir este objetivo, terá o educador de considerar os interesses e as aspirações da população campesina, compreendê-la, sentir-lhe as dificuldades, sugerindo os meios de solucioná-las o que representará o necessário ajustamento do programa ao meio social, condição fundamental para que possa gozar de confiança e ascendência e exercer influência benéfica sobre a coletividade (BOLETIM DO CENTRO DE PESQUISAS E ORIENTAÇÕES EDUCACIONAIS, 1953, p. 09).

Compreende-se a recomendação do CPOE para que o ensino nas escolas rurais fosse de caráter prático, condicionado às necessidades da escola e relacionado com o clima da região, o solo e a estação do ano. A sugestão é que os conteúdos fossem trabalhados a partir das temáticas relacionadas com a vida rural e que “a teoria, quando indispensável, deveria ser ministrada de forma acessível, simples e objetiva, de modo que os alunos apreendam, aplicando-as em situações

reais de vida” (BOLETIM DO CENTRO DE PESQUISAS E ORIENTAÇÕES EDUCACIONAIS, 1953, p. 09).

Além das finalidades do ensino primário, que o professor terá sempre em vista, cabe-lhe ainda diligenciar no sentido de que a escola primária rural cumpra os objetivos específicos, abaixo discriminados:

- a) formar a consciência do valor e da dignidade do trabalho rural;
- b) manter e desenvolver o interesse pela vida das plantas e dos animais;
- c) levar o aluno a adquirir conhecimentos e a formar atitudes e hábitos necessários à conservação e ao melhoramento da vida, da propriedade e dos recursos naturais da zona rural;
- d) iniciar o educando em métodos e processos científicos aconselhados pela técnica moderna;
- e) ampliar as possibilidades econômicas do meio pelo aumento da produção e pela introdução de novas culturas, criações e pequenas indústrias.

Não deverá o professor considerar, isoladamente, os objetivos e as atribuições peculiares a cada série, mas como etapas necessárias à realização dos objetivos gerais que a escola rural se propõe alcançar (BOLETIM DO CENTRO DE PESQUISAS E ORIENTAÇÕES EDUCACIONAIS, 1953, p. 11).

O Boletim destaca o esforço necessário para a promoção de um ensino adaptado ao meio que fornecesse condições para que as pessoas permanecessem na zona rural, mas com acesso à educação e possibilidade de continuidade nos estudos, que deveriam ser semelhantes, na medida do possível, com o da zona urbana. Para tal, sugere atividades práticas adequadas para cada série, como excursões, observações de plantas e animais, o cultivo de plantas e, para o ensino da linguagem escrita, sugere historietas sobre a vida rural, a observação de trabalhos de outros alunos da escola, a resolução de problema pela observação e realização de experiências simples, argumentando que a leitura e escrita auxiliem na formação de conhecimentos e hábitos desejáveis, como o cuidado com plantas e animais, o interesse e simpatia pelo trabalho de outrem, a apreciação do resultado da ação do homem sobre a vida dos animais e das plantas, entre outros.

A maioria das indicações sobre as Práticas Educativas é acompanhada por sugestões de avaliação do trabalho desenvolvido. Considerando, então, a constante preocupação do CPOE em avaliar, tanto o desempenho de alunos e professores, como o sucesso das ações desenvolvidas a partir das recomendações promovidas pelos Boletins, é que este estudo utiliza a categoria Processos de avaliação por medida para buscar compreender a concepção de avaliação que norteou as orientações repassadas já que, facilmente, é possível perceber o destaque dado

para os processos avaliativos, de aplicação de provas e de manutenção do controle dos resultados pelo Centro.

A edição de 1947, já em suas primeiras páginas, chama a avaliação de um processo de medida. Na secção de provas, destaca que desde 1942, o CPOE é o responsável por elaborar as provas finais dos grupos escolares do Rio Grande do Sul, versando sobre as exigências mínimas para a promoção em cada ano e afirmando que as provas “medem aspectos fundamentais da matéria estudada dentro do sentido de consideração das situações reais de vida e das experiências comuns à classe que frequentam os examinados” (BOLETIM DO CENTRO DE PESQUISAS E ORIENTAÇÕES EDUCACIONAIS, 1947, p. 53). Tal argumento evidencia a intenção de uniformizar a promoção escolar com a adoção de critérios racionais que transformam resultados em dados estatísticos e em parâmetros úteis para a compreensão de problemas e situações comuns ao cotidiano escolar.

A condução das avaliações foi detalhada na edição de 1950-1951, na secção de provas, quando o Boletim apresenta exemplos de avaliação em cada disciplina e série, sugere quais aspectos observar e priorizar, fazendo sugestões de como realizar a avaliação. Chama a atenção que para a disciplina de português são dedicadas quatro páginas, enquanto para a matemática, são apenas duas páginas e, para os estudos sociais e naturais, dois parágrafos, de orientações sobre como realizar a avaliação. O maior detalhamento na disciplina de português reforça a preocupação do CPOE com o desenvolvimento da linguagem escrita e oral, alvo de inúmeras recomendações, fato justificável se considerarmos que o Estado vivia ainda o período de nacionalização do ensino, enquanto que as demais disciplinas possuem recomendações mais escassas.

Outras orientações dizem respeito a elaboração das provas, que deveriam ser feitas pelo professor e submetidas a aprovação da direção da escola, e sobre a linguagem das provas que deveria ser acessível ao nível de desenvolvimento da classe. Além disso, apresenta normas e regras para avaliação e promoção dos alunos, por meio de uma tabela disponibilizada pelo CPOE. Diz ainda:

A avaliação deverá incluir parte da matéria desenvolvida no mês e aspectos já tratados anteriormente, considerados significativos para julgar o aproveitamento do aluno e sistematização do sistema de ensino. [...] Os conhecimentos devem ser medidos, tanto quando possível, em situações semelhantes àquelas que a vida apresenta. [...] A prova deverá incluir questões cuja solução exija processos mentais diferentes. Embora apresentadas sob várias formas, algumas questões podem ser resolvidas pela simples evocação (BOLETIM DO CENTRO DE PESQUISAS E ORIENTAÇÕES EDUCACIONAIS, 1951, p. 18).

Também era recorrente a sugestão para a realização de provas diagnósticas com o objetivo de verificar os conhecimentos que não foram bem apreendidos pelos alunos no ano anterior. A edição de 1952-1953 pede que o professor, na correção da prova, observe todos os erros e acertos dos alunos, assinalando os tipos e apontando as maiores dificuldades demonstradas. A edição disponibiliza um exemplo de prova, extremamente detalhada, que, inclusive, apresenta as frases que deveriam ser ditas pelos professores durante a execução da prova, e apresenta gráficos para o professor anotar os resultados conforme exemplificação.

As justificativas para a realização das provas estavam sempre relacionadas com a preocupação em guiar o aprendizado pelo nível de conhecimento apresentado pelos alunos, argumentando que os resultados deveriam ajudar a balizar as medidas a serem tomadas para que todos os alunos pudessem alcançar a aprendizagem.

A constante preocupação em compreender e avaliar os problemas que os alunos poderiam ter e que influenciavam no aproveitamento escolar, buscando a solução em bases científicas fica evidenciada na edição de 1948-1949 que diz entender “os problemas educacionais como força propulsora que inspira, vitaliza, renova e aperfeiçoa as técnicas educativas” (BOLETIM DO CENTRO DE PESQUISAS E ORIENTAÇÕES EDUCACIONAIS, 1949, p. 44). Tal argumentação introduz outras duas categorias usadas neste trabalho e que abarcam a utilização e o tratamento dos dados obtidos nas provas realizadas com os alunos, que passam a servir para a organização escolar a partir de bases psicológicas. São elas: Pesquisas que norteiam a organização escolar e Bases Psicológicas.

Sendo assim, são recorrentes as argumentações sobre a necessidade de atenção com os problemas que poderiam atrapalhar ou dificultar o aproveitamento escolar. A edição de 1952-1953 diz que:

Um princípio fundamental de ensino considera que a aprendizagem deve sempre começar onde o conhecimento do escolar cessa. A não observância deste princípio resulta em duas tentativas insensatas: ensinar ao aluno o que ele já conhece ou ensiná-lo em um nível acima de seus atuais conhecimentos. O único meio de salvaguardar aquele princípio é uma frequente e segura verificação do progresso do aluno (BOLETIM DO CENTRO DE PESQUISAS E ORIENTAÇÕES EDUCACIONAIS, 1953, p. 06).

O caminho para a compreensão do nível de aprendizagem de cada aluno estaria, de acordo com o Boletim, na realização de uma diagnose lenta, complexa e adequada, capaz de fornecer, aos professores, contribuições e informações sobre as crianças, suas necessidades e a natureza dos seus erros, balizando a organização do ensino.

Outra ferramenta à disposição dos professores para a avaliação do nível de aprendizagem dos alunos e organização do sistema de ensino era, de acordo com o Boletim de 1950-1951, a realização dos testes ABC³³, conforme proposto por Lourenço Filho³⁴, por serem capazes de detectar retardos mentais e de aprendizagem. Para os alunos com dificuldades, o Boletim sugere “tratamentos pedagógicos”, aplicados pelos professores conforme cada caso. Os testes ABC voltaram a ser explorados na edição de 1956-1957, quando o tema foi a sua aplicação:

O período de adaptação da criança à escola, a escolha dos elementos que deverão aplicar os testes, o preparo do material a ser usado, o local da prova, são aspectos que não podem ser descuidados e que dizem respeito à direção da escola. Outrossim, o conhecimento do teste e de sua técnica de aplicação bem como a avaliação das provas são atribuição direta do professor (BOLETIM DO CENTRO DE PESQUISAS E ORIENTAÇÕES EDUCACIONAIS, 1957, p. 09).

³³ Os testes ABC tinham como finalidade verificar a maturidade dos alunos, avaliando sua capacidade de aprendizagem da leitura e da escrita. De acordo com Silva e Schelbauer (2007), os testes ABC permitiam “uma forma eficaz, segura e que apresentasse dados quantitativos e qualitativos sobre a capacidade de aprendizagem dos alunos. Dessa forma, os Testes ABC, na época, atendiam a esses quesitos, proporcionando tanto o diagnóstico quanto o prognóstico de aprendizagem da criança. Podiam ser utilizados como critério seletivo, para definição do perfil das classes assim como sua organização homogênea, além disso, os testes eram de aplicação rápida, visto que se gastavam, no máximo, oito minutos em sua aplicação, fator esse que auxiliava os educadores quanto a seleção dos alunos” (SILVA; SCHELBAUER, 2007, p. 126).

³⁴ De acordo com Saviani “Lourenço Filho foi uma figura-chave no processo de desenvolvimento e divulgação das ideias pedagógicas da Escola Nova no Brasil. Por mais de cinquenta anos, desde que se formou, em 1914, pela Escola Normal Primária de Pirassununga, animou o ambiente pedagógico do país até sua morte, em 3 de agosto de 1970, no Rio de Janeiro, quando foi acometido de um colapso cardíaco duas horas antes de proferir palestra sobre sua obra no Ministério da Educação e Cultura (MEC)” (SAVIANI, 2013a, p. 206).

As edições de 1947 e de 1948-1949 também apresentam pesquisas realizadas a partir dos resultados obtidos pelos alunos nos testes psicológicos, nas provas diagnósticas e nas observações dos professores e que usam de bases psicológicas para dar significado e ordenação aos dados obtidos, utilizando-os como subsídio para novas propostas de organização escolar. No ensino de ortografia, por exemplo, os estudos psicológicos são utilizados para justificar a proposta pedagógica de ensino que parte dos recursos visuais, para os auditivos, considerando o uso dos significados das palavras, por meio de ditados, rimas e charadas. As bases psicológicas também foram destacadas para o atendimento de crianças com dificuldades de aprendizagem ou necessidades especiais.

Preocupou-nos, por outro lado, o quadro escolar, clínico, constituído por crianças que apresentam dificuldades especiais de adaptação, não aproveitando o ensino ministrado por processos comuns, desajustamentos provenientes, em alguns casos, de condições intrínsecas – anormalidades sensoriais, da palavra, deficiência da inteligência ou anormalidade do caráter, em outros, de causas exógenas, algumas vezes de caráter transitório. Enquanto os que se enquadram no primeiro caso necessitam geralmente de tratamento especial, em instituição adequada, atendida por pessoal especializado, os segundos poderão ser tratados com êxito nas escolas comuns, desde que exerçam estas uma ação preventiva e reeducativa, pela modificação das condições ambientais e pelo auxílio prestado à família, no sentido de orientá-la para atender e educar a criança dentro de seu ambiente, de modo apropriado. Fornecer aos professores elementos que possibilitassem essa influência salutar da escola, constituiu uma das atividades da Clínica de Conduta Infantil que, nessa função, estudou 37 casos de crianças difíceis, os quais exigiram visitas domiciliares a escolas, entrevistas com crianças, mães e professoras, preenchimento de fichas com dados relativos à vida escolar, familiar e social, autobiográficas, exames médicos, aplicação de testes psicológicos e, finalmente, análise dos dados colhidos e indicação de tratamento. A assistência a criança levemente retardadas do ponto de vista mental ou com pequenas deficiências sensoriais, da palavra, ou do caráter, nas escolas em que estão matriculadas, é possível, e, até mesmo, aconselhável (BOLETIM DO CENTRO DE PESQUISAS E ORIENTAÇÕES EDUCACIONAIS, 1947, p. 13).

Neste sentido é possível compreender a ação do CPOE ao oferecer orientações relativas à organização mais racional das classes por meio do intercâmbio de experiências e da tentativa de aproximar dos professores uma consciência pedagógica que lhe permita adequar os métodos educativos aos processos de aprendizagem dos alunos, tendo como base uma consciência psicológica. Nota-se, também, a preocupação constante em aparelhar metodologicamente o professor, visando a aprendizagem do aluno, não somente por

meio das orientações repassadas pelos Boletins, mas também com a realização de cursos, da Hora Pedagógica e das Missões Pedagógicas.

Os relatos das atividades para formação de professores e técnicos da educação, aliados a recomendações sobre a necessidade do estudo contínuo para que os professores e técnicos da educação estejam preparados para os desafios educacionais, contemplam a última categoria proposta neste estudo, chamada de Aprimoramento pedagógico para técnicos e professores.

Sobre a realização dos cursos de aperfeiçoamento para professores de nível normal e primário promovidos pelo Centro, o Boletim de 1952-1953 diz que o objetivo das atividades foi de “proporcionar oportunidades para renovar processos didáticos e elevar o nível cultural de professores rio-grandenses” (BOLETIM DO CENTRO DE PESQUISAS E ORIENTAÇÕES EDUCACIONAIS, 1953, p. 44), dando ênfase ao curso de orientação psicopedagógico, que buscou orientar professores, assistentes sociais, mães e colaboradores das instituições, para, dentro das respectivas esferas de ação, atender convenientemente à criança excepcional.

Todas as edições seguintes dos Boletins apresentam relatos sobre a realização dos cursos que, em sua maioria, são de aperfeiçoamento didático específico para cada disciplina. Também são bastante recorrentes os cursos de psicologia e psicopedagogia. Na edição de 1956-1957 as Missões Pedagógicas³⁵ são citadas pela primeira vez como:

[...] assistidas especialmente por professores do curso primário, mas também por professores do curso secundário e normal, tiveram como objetivo precípua colaborar no aprimoramento das técnicas de ensino, oportunizando aos mestres o estudo e discussão de problemas relativos à educação. Assim, em 1956, enviou o C.P. O.E. Missões Pedagógicas a Bajé, Sto. Ângelo e Estrela e, em 1957, às localidades de Passo Fundo, Pelotas, Alegrete, São Leopoldo e Santa Cruz (BOLETIM DO CENTRO DE PESQUISAS E ORIENTAÇÕES EDUCACIONAIS, 1957, p. 141).

³⁵ Sobre as Missões Pedagógicas, Peres (2000, p. 171), explica: as missões pedagógicas tinham como principais objetivos orientar e aperfeiçoar o magistério gaúcho e “colaborar no aprimoramento das técnicas de ensino, oportunizando aos mestres o estudo e a discussão de problemas relativos à Educação” (BOLETIM DO CENTRO DE PESQUISAS E ORIENTAÇÕES EDUCACIONAIS, 1957, p. 141). Atendendo solicitações das Delegacias Regionais de Ensino e também de entidades particulares e das Diretorias de Ensino das Prefeituras, nas missões pedagógicas as especialistas educacionais do CPOE promoviam sessões de estudos com o professorado de nível primário, secundário e normal dos diferentes municípios gaúchos. As missões duravam em média uma semana. O número de sessões em cada município variava muito. Os temas de cada uma das sessões de uma missão também eram diversificados.

Os temas das Missões Pedagógicas citadas na edição incluem administração escolar, didática geral, orientação educacional, educação rural, metodologia da linguagem, verificações mensais, fundamentos sociológicos da educação, psicologia, psicologia evolutiva e metodologia da matemática, tendo como público-alvo professores, orientadores educacionais e professores fixos do ensino particular.

Por fim, é importante destacar o ofício publicado na edição de 1956-157, sobre a reafirmação dos propósitos da educação desejada:

Ao considerarmos a complexidade do problema educacional, visto ser a educação o principal processo da formação e do aperfeiçoamento do homem, somos levados a atentar sobre o papel preponderante da escola que deve, antes de tudo, “ensinar a viver”, fazendo com que o educando adquira ideais e maneiras de perceber, de pensar, de agir e de sentir, acordes com a dignidade humana.

Dai a responsabilidade dos mestres em sua dignificante missão; dai a necessidade de imprimirem ao seu trabalho docente uma orientação consentânea com os objetivos da educação.

Assim, ao dirigirem a aprendizagem das várias disciplinas que integram os currículos escolares, devem os professores utilizar métodos ativos, processos socializados, que ofereçam aos alunos experiências que contribuam para a sua perfeita integração no seio da coletividade.

Todas as disciplinas, ensinadas de maneira racional e atraente, considerando os interesses e necessidades do educando, suas emoções, suas atitudes, seus valores e capacidades, oportunizam à farta tais experiências (BOLETIM DO CENTRO DE PESQUISAS E ORIENTAÇÕES EDUCACIONAIS, 1957, p. 181).

Contudo e, considerando os apontamentos feitos a partir da leitura dos Boletins que teve como intenção buscar similaridades e constâncias que possibilitam a compreensão, de um lado dos saberes objetivos produzidos historicamente que eram propostos e disseminados pelo CPOE, e de outro lado, a proposta de normatização para o ensino primário do Rio Grande do Sul, se percebe um ensino sensível aos alunos e suas necessidades, mas que se apoiava na organização e em exigências básicas para a manutenção da ordem proposta.

Talvez não seja possível propor uma terminologia que abarque o modelo de ensino proposto pelo CPOE, mas a leitura dos Boletins permite compreender as diretrizes que compunham o que se desejava que fosse praticado em sala de aula e dessa forma, aponta o sentido de normatização realizado. Nesse mesmo sentido, Peres (2002, p. 400), argumenta:

Discutir os métodos de ensino, no entanto, é algo extremamente difícil. Ele é sempre resultado de múltiplas determinações: das concepções, representações e experiências de quem ensina, das condições do aprendiz, do conteúdo a ser ensinado, dos suportes materiais utilizados, das condições concretas da escola, das correntes e tendências pedagógicas em voga. Não é possível demarcar linhas divisórias na história do ensino afirmando que o uso de um determinado método pedagógico esteve em vigência em um determinado período e depois foi simplesmente substituído por outro. As formas de ensinar adquirem legitimidade e tradição. Há alguns métodos que do ponto de vista das teorias pedagógicas tem maior ou menor legitimidade e hegemonia em épocas determinadas. Na prática escolar, porém, coexistem métodos, ou seja, formas diferentes de ensinar (PERES, 2000, p. 400).

Percebe-se, então, de modo bastante objetivo, que as orientações giravam em torno da preocupação com a formação integral, intelectual e moral do aluno; consideravam os estudos e pesquisas realizadas que, em comum, tinham o interesse em compreender as dificuldades de aprendizagem ou necessidades especiais dos alunos de forma a promover uma aprendizagem significativa e que atendesse os níveis mínimos desejados, tanto dos conteúdos curriculares como das habilidades tidas como necessárias para a boa vida em sociedade; preocupavam-se com a estimulação constante para que os professores buscassem formação e aperfeiçoamento profissional, promovendo o reajustamento evolutivo do ensino; mantinham em bases psicopedagógicas e científicas os estudos e pesquisas realizadas, que eram levados aos professores e equipes técnicas das escolas com sugestões de ajustamentos de trabalho ou de atividades a serem desenvolvidas; e, encerrando o ciclo, consideravam a avaliação das atividades um hábito constante dos professores, fosse para validar os conhecimentos repassados ou fosse para balizar as próximas iniciativas a serem tomadas.

Ao apontar alguns indicadores para o que chama de renovação pedagógica, Peres (2000) destaca a criação do CPOE/RS como um esforço para pautar administração educacional em princípios técnico-científicos, descrevendo para o trabalho desenvolvido pelo Centro a fórmula “descobertas científicas + mediação de técnicos + aplicação prática + centralização do processo de avaliação = eficiência pedagógica” (PERES, 2000, p. 130) e que, embora, com nomenclaturas distintas, demonstra conclusões parecidas com as apontadas nesta pesquisa quando se percebe o trabalho desenvolvido pelo Centro girando em torno das categorias Fortalecimento da moral e civildade, Práticas Educativas, Processos de avaliação por medida, Pesquisas que norteiam a organização escolar, Bases Psicológicas e

Aprimoramento pedagógico para técnicos e professores como iniciativas que tinham como objetivo organizar e promover o trabalho, dando bases científicas para o ensino gaúcho, com vista ao melhoramento da qualidade da educação.

As características do ensino proposto incluíam sempre recomendações para a atenção com crianças “desajustadas” ou com dificuldades especiais de aprendizagem, defendendo a realização de testes e observações constantes com esses alunos. Os testes propostos eram padronizados, embora os professores devessem considerar a realidade e contexto dos alunos na hora do apontamento dos resultados. Também foram diretrizes constantes a preocupação com a estimulação do pensamento e com a necessidade de evitar o afastamento entre teoria e prática.

Para o ensino primário rural, diretrizes específicas foram elaboradas e reforçadas a cada edição dos Boletins, mantendo o espírito de oferecer um ensino de qualidade, atento a realidade dos alunos e da escola, mas que atendesse as exigências mínimas do ensino praticado nas escolas da zona urbana.

A busca pela eficiência da aprendizagem era atribuída aos professores e técnicos de ensino, que deveriam ter aperfeiçoamento profissional e liberdade docente para conduzir o ensino conforme as necessidades dos alunos e, a partir, dos dados obtidos com testes e observações, que serviriam para ordenar o sistema de ensino. Neste sentido, a psicologia atuou a serviço da educação na medida em que contribuiu para entender os processos pelos quais os alunos passavam e por onde se deveria seguir.

Na estruturação dos Boletins percebe-se que os assuntos eram abordados aleatoriamente, por meio de Comunicados, Ofícios e Secções. Os Comunicados serviam, em sua maioria, para normatizar as soluções propostas pelo CPOE, mesmo quem em tom de sugestão. Os Ofícios esclareciam dúvidas e repassavam orientações imperativas, assuntos que deveriam ser trabalhados e ter seus resultados remetidos ao CPOE. As Secções apresentavam trabalhos realizados pelas Secções de Pesquisa, de Provas e outras do CPOE. As edições também reservavam algumas páginas finais dos Boletins para a transcrição de leis e decretos relacionados com a educação.

Por fim e, considerando o argumento de que a “finalidade precípua da educação no nível pré-primário e primário é de servir de campo de prática, orientação e experimentação pedagógica” (BOLETIM DO CENTRO DE PESQUISAS

E ORIENTAÇÕES EDUCACIONAIS, 1957, p. 153) argumenta-se que o CPOE, por meio dos seus Boletins, buscou fornecer orientações para questões do cotidiano escolar, mantendo seu objetivo de dar bases científicas para as soluções propostas, mas que a forma como os Boletins eram organizados (anualmente e, após, com edições bianuais) criava uma lacuna bastante grande entre a vivência das questões e as soluções propostas. Mesmo que os Boletins funcionassem como a reunião de todos os Comunicados e Ofícios já distribuídos, a sua demora até chegar os professores pode ser entendida como um dos fatores para a sua descontinuidade a partir de 1966.

Em paralelo, a partir de 1956, quando o CPOE assume a supervisão técnica da Revista do Ensino do Rio Grande do Sul, um material reconhecido pela fartura de sugestões de trabalho e abordagem de questões educacionais, se imagina que o Centro passe a utilizar da credibilidade da revista para transmitir suas orientações e manter o trabalho realizado. Nesse sentido, a próxima seção deste trabalho buscará encontrar nas páginas da RE/RS similaridades que demonstrem e representem o trabalho desenvolvido pela Revista na organização e orientação do ensino no Rio Grande do Sul entre 1956 e 1971, assim como fez com os Boletins e o trabalho realizado pelo CPOE entre 1947 e 1957.

3.2 A normatização do ensino entre 1956 e 1971 na RE/RS

A longa trajetória da Revista do Ensino do Rio Grande do Sul já é um demonstrativo da importância e sucesso do periódico que, em variados momentos, se utilizou do espaço das suas páginas para reforçar o compromisso com o magistério primário e dar espaço para que professores e técnicos da educação expusessem suas opiniões sobre o trabalho desenvolvido pela Revista. A edição nº 41, de outubro-novembro de 1956, por exemplo, foi aberta com uma nota relembando uma publicação de 1955 em que a RE/RS se despediu dos seus leitores por razões financeiras. No entanto, a nota diz que “Graças à compreensão e a boa vontade do Sr. Secretário de Educação, Liberato Salzano Vieira da Cunha, a Revista do Ensino continuará sua missão de orientar e facilitar o trabalho do professor primário” (REVISTA DO ENSINO, 1956, p. 02).

Assim, a edição, ao mesmo tempo em que inaugura o período de encampação da RE/RS pelo governo do Estado e, conseqüentemente, dá início a

supervisão técnica do CPOE/RS sob a Revista, aproveita a oportunidade da publicação para reforçar a importância do material ao apresentar uma série de declarações de professores colhidas durante o I Congresso Estadual de Educação de São Paulo, que contou com a participação da fundadora da Revista, Professora Maria de Lourdes Gastal. As afirmações sobre a RE/RS ajudam, neste trabalho, a reforçar o já debatido papel desenvolvido pela Revista. Porém desta vez, sob o ponto de vista dos professores que tinham acesso ao material, além de argumentar a favor da relevância da RE/RS. Em resumo, os depoimentos definem a RE/RS como que:

[...] atende perfeitamente as necessidades e interesses do professor em seu trabalho didático; não se limita à teoria e à doutrina, mas apresenta ao professor elementos de caráter prático e imediata utilização no trabalho docente; o motivo de maior interesse que a Revista desperta, no Brasil, é o cunho prático e útil de suas seções, fornecendo ao professorado, periodicamente, soma apreciável de orientação, matéria de aula e elementos para trabalhos didáticos; e órgão de divulgação educativa e de orientação didática que dignifica o magistério gaúcho e honra as tradições de cultura do valoroso Rio Grande do Sul; a revista do ensino é a expressão máxima da cultura e do entusiasmo de um grupo de professores que trabalham denodadamente pela melhoria do sistema educacional brasileiro. Difundido ideias, propalando métodos e técnicas moderníssimas, ela é indispensável a todo professores primários e a quantos se interessem pela solução dos problemas infantis; Tão inteligentemente realiza ela a almejada adequação teoria-prática, que seu emprego consciente vale, por si só, como fator decisivo de renovação escolar; essa Revista orienta, ensina e apresenta farto e excelente material (REVISTA DO ENSINO, 1956, p. 02-04).

A edição de 1956 é também a primeira edição em análise neste trabalho, já que, como mencionando, representa o início da trajetória conjunta da RE/RS e do CPOE. Além dela, outras 58 edições estão em análise.

FIGURA 10 - Montagem com as 59 capas das RE/RS em análise.

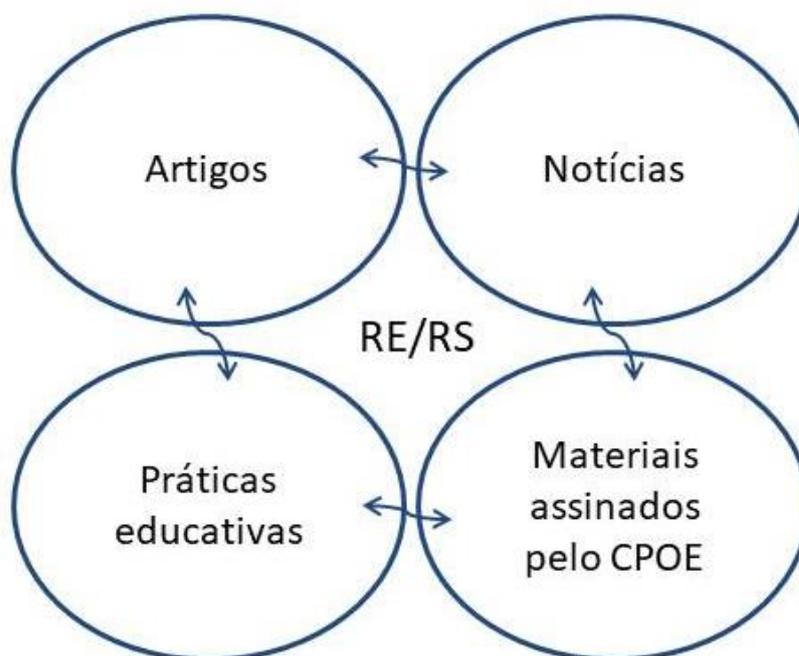


Fonte: Autora (2019).

A leitura realizada nas Revistas segue a mesma lógica da aplicada aos Boletins do CPOE/RS: a identificação dos elementos propagados com a intenção de que fossem assimilados pelos professores e, assim, postos em prática para a formação do sistema de ensino no Rio Grande do Sul. Dessa forma, se busca as similaridades, os elementos que se repetem e, dessa forma compõem o saber objetivo produzido historicamente (SAVIANI, 2013b) e que, dessa forma, fazem parte do processo de normatização do ensino em vigor no Estado.

A representação gráfica que aponta as categorias elaboradas neste trabalho para a atuação da RE/RS no período em análise possui quatro grandes áreas: Práticas Educativas, Artigos, Notícias e Materiais assinados pelo CPOE/RS.

FIGURA 11 - Esquema com tópicos tratados nas RE/RS em análise.



Fonte: Autora (2019).

Se detalhadas cada uma das categorias apontadas acima, se pode perceber que o trabalho desenvolvido pela RE/RS mantém a regularidade na seguinte forma: Materiais assinados pelo CPOE incluindo os comunicados, os ofícios circular e os planos de trabalho; as Práticas Educativas com sugestões sobre o trabalho a ser desenvolvido, experiências, músicas, trabalhos manuais e desenhos para colorir, catequese, ditado, temáticas relacionadas ao período do ano, histórias, contos, poemas, poesias, jogos, teatro e gravuras temáticas; os Artigos, com publicações que integram a secção “Falamos os educadores brasileiros”, artigos de professores e técnicos que discutem questões relacionadas ao ensino, artigos de outras instituições (INEP, MEC, FAO, por exemplo) sobre iniciativas bem sucedidas pelo Brasil e artigos que relatam experiências de professores em outros Estados; e, por fim, a categoria Notícias, que reúne relatos sobre a participação de professores gaúchos em congressos e encontros patrocinados ou realizados pela Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul.

Também no caso da RE/RS não é possível estabelecer relações de superioridade entre as categorias elaboradas, uma vez que os temas são tratados aleatoriamente e sistematicamente entre as Revistas. No entanto, com a intenção de propor um sentido para a análise realizada neste trabalho, opta-se por iniciar pela

categoria Materiais assinados pelo CPOE, já que um dos focos principais de atenção desta pesquisa é a atuação conjunta da RE/RS e do Centro.

A edição de 1956, talvez ainda em um período de transição, não apresenta nenhum material assinado pelo CPOE/RS. Os comunicados, ofícios, planos de trabalho e artigos começam a aparecer na edição seguinte, em março de 1957, identificados já no sumário da Revista.

Assim, a edição nº 42 apresenta já nas primeiras páginas um ofício do CPOE que dispõe sobre as regras para a promoção dos alunos, a organização das classes de adaptação ou preparatórias, que determina quem são os alunos que poderão se matricular na 1ª série, e define os critérios para organização da 1ª série em três grupos tendo como base os resultados dos testes ABC, sendo que, de acordo com o ofício, cada classe deverá receber tratamento adequado conforme seu grau de desenvolvimento. O ofício, ainda, dá orientações sobre a elaboração das provas, considerando os tipos de questões, as quantidades, a distribuição e a padronização.

Outro material assinado pelo CPOE na edição apresenta um programa de atividades para as classes de adaptação ao primeiro ano da escola primária, repassando orientações sobre atividades a serem realizadas com os alunos como, por exemplo, observações de gravuras, excursões, dramatizações, poesias, jogos de linguagem, com o objetivo de que os professores conhecessem melhor os alunos. E, por fim, a RE nº 42, traz artigo do CPOE sobre tarefas para os professores repassem aos alunos com o objetivo de dar à criança hábitos de estudo em casa.

Os deveres são empregados com vantagem, quando apresentados em momento oportuno e quando necessários e não como parte de um ritual diário ou semanal. Em geral o número de deveres aumenta, segundo o grau a que se destina. Se os deveres obrigam o aluno a empregar processos e materiais que lhe são novos ou que não tenham sido suficientemente dominados, a criança poderá valer-se de outros (pais, irmãos, tios) para a sua resolução, o que não será aconselhável; ou desse trabalho surgirão erros tão grandes e numerosos que exigirão muito tempo, na aula seguinte, para corrigi-los (REVISTA DO ENSINO, 1957, p. 07).

Já na segunda edição em análise fica bastante evidenciado o modo como o CPOE trabalhou junto a RE/RS: mantendo a manutenção da publicação das suas sugestões, divulgando o resultado de trabalhos e pesquisas como alternativas para a orientação e a organização do ensino, repassando orientações técnicas para a condução das classes e sobre temas já reconhecidos, como a psicologia, a

orientação pedagógica, a aplicação de provas, a elaboração de propostas de atividades e os serviços de organização da gestão escolar. É recorrente, ainda, o trato de temas como a educação primária rural, as propostas de realização de atividades de cunho prático e em grupo, como hortas, excursões, teatros e outros, e o incentivo e valorização da aplicação de testes psicopedagógicos, seja por meio dos comunicados, dos ofícios circulares e, de forma inovadora, do apresentando nos Boletins, por meio de artigos de cunho científico e assinados pelos técnicos das diferentes secções do CPOE/RS.

Nas edições que seguem, pode-se ainda destacar, a título de exemplificação do trabalho realizado, o ofício circular em abril de 1957, editado a pedido da Secretaria de Agricultura, Indústria e Comércio, sobre a conservação de recursos naturais e que diz ser parte da função social da escola a promoção da:

[...] inter-relação entre os diversos programas de ensino, de modo que as disciplinas que integram o currículo sejam desenvolvidas não isoladamente, mas deem sua contribuição específica para o estudo de problemas reais, através de objetivos pré-estabelecidos, que demonstrem a sua universalidade e o valor do estudo em bases científicas (REVISTA DO ENSINO, 1957, p. 05).

O ofício destaca outra prática bastante comum que é de oferecer um texto base sobre a importância da preservação dos recursos naturais, com os objetivos a serem trabalhados, o plano de aula, o tema central e os conteúdos programáticos envolvidos (psicologia, trabalhos manuais, economia doméstica, educação física, recreação e jogos, música, desenho, ciências sociais linguagem, desenho, matemática e ciência físico-naturais).

Na edição de agosto de 1957 também é inaugurada uma prática com a publicação de um comunicado em atendimento “à solicitação de professores da Capital, relativo a diversos problemas de ordem técnica” (REVISTA DO ENSINO, 1957, p. 02). O comunicado trata sobre as diretrizes para o ensino de matemática no 1º ano, e diz que:

Convém que o professor atente para o fato que ocorre comumente as crianças dessa idade: recitam a série numérica mecanicamente, sem ter noção do que os números significam, uma vez que lhes faltam experiências concretas relativas às quantidades que eles representam ocorrendo o mesmo com as noções referentes às ideias de tamanho, forma, peso e outras. É necessário levar a criança, pouco a pouco, a dar significação aos conceitos numéricos, bem como a outros conceitos matemáticos exigidos pelo programa vigente. Este objetivo, que deve ser o máximo de cada professor, só poderá ser atingido através de experiências concretas variadas e interessantes que levem os alunos a manipular materiais, recortar, desenhar, modelar, usar a representação gráfica. Com um trabalho assim dirigido, poderá o professor levar o aluno, através da indução, a elaborar conceitos, descobrir relações numéricas e construir um vocabulário quantitativo (REVISTA DO ENSINO, 1957, p. 02).

A publicação de diretrizes para o ensino também podem ser destacada na edição de outubro de 1960, quando começam a ser publicadas atualizações de conceitos para o ensino de estudos sociais, ciências e geografia, seguindo a argumentação apresentada na edição de setembro de 1961 que justifica:

Ou porque a geografia, como ciência, tenha aproximadamente, apenas um século, ou porque, no Rio Grande do Sul o progresso da ciência geográfica tenha repercutido mais lentamente, vem os professores estaduais lutando com o problema das fontes bibliográficas onde encontrar material para atualizar conceitos que devem fundamentar suas atividades, bem como os que devem ser comunicados, aos alunos, na situação de estudo. Através de vários pareceres já emitidos, tem este Centro respondido inúmeras consultas sobre aspectos do conteúdo da aprendizagem de Estudos Sociais no curso primário, controversos uns, insuficientes outros. Agora, para que se fixe posição deste Centro e para que possa haver unidade de pontos de vistas na aprendizagem em todo o Estado, temos enviado, às escolas comunicados sobre “Atualização de conceitos de Estudos Sociais” para que sirvam de imediato à orientação de nossos professores (REVISTA DO ENSINO, 1961, p. 02).

Também foram localizadas orientações que tratam de temáticas específicas, como a educação do consumidor (setembro de 1958), a vida de Santos Dumont (setembro de 1959) e com indicações sobre a adoção de práticas e métodos, como na edição de agosto de 1959 em que o artigo do CPOE/RS é dedicado a recomendação da adoção da letra *script* nos primeiros anos da escola primária, sob a justificativa:

A criança não pode escrever como adulto; este executa movimentos simultâneos, cuja complexidade e dificuldades já não sente: dedos, mãos, antebraço, cotovelo e ombro operam simultaneamente e o translado e a mudança de posição necessárias sem ter consciência dos mesmos. O ensino deve levar a criança a esse domínio muscular e nervoso, o que só se pode alcançar progressivamente e dissociando os movimentos fundamentais: 1) flexão dos dedos; 2) rotação da mão e, depois, do antebraço sobre o cotovelo.

O Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais da Secretaria de Educação e Cultura do Estado do Rio Grande do Sul, em seus planos para resolver os problemas que apresenta o emprego de estilos de escrita complexos para ensinar as crianças a ler e escrever, resolve adotar para um certo número de escolas, em caráter de experiência, a escrita tipo "script". [...] Em face do que foi apurado, embora não haja um resultado total para a experiência, pode-se concluir o seguinte: que a escrita tipo script auxilia o professor na alfabetização quando ao desenvolvimento do processo educativo, quanto ao tempo de alfabetização e quanto a legibilidade e rapidez; que a escrita script vai de encontro as necessidades da criança na fase de desenvolvimento psicofísico (REVISTA DO ENSINO, 1959, p. 04).

Outro tópico recorrente é o que relaciona as orientações técnico-pedagógicas e que são direcionadas a capacitação dos professores e técnicos da educação. Em setembro de 1957 é apresentado um artigo sobre a educação e orientação educacional dizendo que suas práticas visam "o bem estar individual e coletivo. Servindo-se de todas as técnicas, apelando para toda a personalidade, levando em consideração todos os planos de vida do orientando, é educar no sentido mais lato" (REVISTA DO ENSINO, 1957, p. 37). Destaca-se também o comunicado da edição de abril de 1959 que repassa instruções para a organização e funcionamento da Hora Pedagógica, com a intenção de auxiliar os professores designados a orientar a atividade.

A edição nº 59 de abril de 1959 merece outro destaque, pois apresenta material assinado pelo CPOE com o objetivo de citar as características que envolvem o desenvolvimento da aprendizagem, considerando a necessidade de atenção aos interesses básicos dos estudantes, com a promoção de novas aprendizagens a partir dos interesses, intenções e inspirações dos alunos. De acordo com o texto do CPOE, é um fundamento da educação o desenvolvimento da criança na escola primária relacionando a aprendizagem e o desenvolvimento físico e motor.

Um desenvolvimento harmonioso e integral é a meta de toda educação. Para cada fase da vida há um nível de desenvolvimento correspondente, de acordo com fatores sócio-culturais que condicionam e solicitam esse desenvolvimento. Para atingir esses níveis de desenvolvimento, condicionados e solicitados pela cultura, o indivíduo se apresenta com todas suas potencialidades que vão se realizar pela incorporação de estímulos do mundo que lhe são significativos: essa é a base do desenvolvimento (REVISTA DO ENSINO, 1959, p. 04).

Tendo como tema base a psicologia, se destacam as publicações nas edições de outubro de 1957, de março de 1958, e de setembro de 1961, que trazem comunicados com temas sobre a aplicação dos testes ABC, com sugestões de estudos sobre obras psicopedagógicas e a elaboração de bibliografias para os professores sobre psicologia infantil, e com artigo sobre sentimentos de medo e ansiedade e suas influências na aprendizagem, respectivamente, e que eventualmente são retomados em outras edições.

Entende-se também importante destacar o comunicado do CPOE publicado na RE/RS de novembro de 1959 que trata sobre uma campanha escolar em prol da formação e fortalecimento de uma opinião pública a favor da mudança da capital do Brasil para Brasília. A campanha tem como objetivos:

[...] esclarecer e mobilizar a opinião dos alunos e, através do Círculo de Pais e Mestres das famílias e da comunidade, com demonstrações da extrema necessidade da mudança da capital, como uma das medidas de salvação nacional; realçar as vantagens gerais para todo o país e para a cidade do Rio de Janeiro, em especial, que adviriam dessa transferência; proporcionar maior conhecimento dos aspectos históricos, sociais e geográficos do futuro distrito federal (REVISTA DO ENSINO, 1959, p. 03).

A proposta da campanha demonstra claramente a postura do Centro em assumir o papel de disseminador de ideais necessários para a organização social e que encontra na educação uma ferramenta eficiente para ser propagado e rapidamente assimilado. Com a justificativa de que a partir de Brasília, a “irradiação do progresso se faz do centro para a periferia” (REVISTA DO ENSINO, 1959, p. 03) é que a edição de abril de 1960, ao mesmo tempo em que inaugura um novo layout da Revista, apresenta uma edição especial e temática sobre Brasília.

Decidimos levar até você, educador brasileiro, um número de nossa revista sobre Brasília, o qual, apesar de todas as dificuldades, hoje aqui está. (...) Bem sabemos que o que ora apresentamos é um trabalho modesto, que não visa outra coisa senão mostrar aos professores primários do Brasil fatos e aspectos relativos à nova capital federal, fatos e aspectos esses que simplificamos bastante, sem que, contudo, perdessem suas qualidades e significados especiais. Simplificamo-las com o intuito de melhor orientar o professor, facilitando-lhe a utilização da presente matéria, de maneira amena e interessante, contribuindo com elementos para a elaboração de seus trabalhos didáticos, que proporcionem ao aluno amplo aproveitamento. Professor: colocamos, pois, em suas mãos esta edição especial sobre Brasília. A Brasília cor de esperança. Eldorado que o arrojo, a inteligência, a tenacidade, o labor de uma plêiade de brasileiros entrega hoje ao mundo (REVISTA DO ENSINO, 1960, p. 02).

Entre os materiais produzidos há uma síntese histórica, profecias sobre Brasília, explicação sobre o significado do nome, a designação gentílica da população, detalhes sobre o clima, sobre aspectos físicos, a religião e a organização do sistema de educação, e detalhes sobre algumas construções como o Catetinho, o lago de Brasília e os núcleos estáveis da cidade. Por fim, foram publicadas poesias e um texto intitulado “Sede Nacional da esperança”. Entre os materiais didáticos disponibilizados, o jogo de armar com o mapa do Brasil, tem com o objetivo “fixar o conhecimento da nova capital do Brasil, em relação com os outros Estados” (REVISTA DO ENSINO, 1960, p. 34). A edição é encerrada com artigos sobre o papel de Brasília na redenção do nordeste, sobre Oscar Niemayer e os coqueirinhos de Brasília.

A publicação temática com vasta oferta de materiais também foi uma estratégia utilizada na edição de março de 1959, que publicou atividades baseadas nas músicas, histórias, hábitos e tradições dos índios brasileiros.

Durante o desenvolvimento do trabalho sugerido nesta revista as crianças poderão viver a vida indígena. Reconhecendo, através de gravuras, os diferentes tipos de índios, elas poderão eleger uma tribo para dela fazer parte simbolicamente. Cada criança confeccionará seus adornos corporais, procurando copiar os modelos da tribo escolhida. Para tal fim a criança recolherá folhas para fazer tangas, fiará algodão para tecer pulseiras e cintos; recolherá conchas e sementes variadas para fazer colares. Para pintar o corpo à maneira indígena usará alvaiade de carvão e rouge em substituição à tintas usadas pelos índios (REVISTA DO ENSINO, 1959, p. 32).

Entre as informações publicadas, estão artigos sobre religião, música e danças, trabalhos manuais como a tecelagem, plumária e cerâmica. Os meios de transporte, as lendas, os serviços de proteção aos índios, uma biografia sobre

Marechal Rondon, destaque para o dia do índio, e termos e nomes próprios no idioma Carajá e do vocabulário Tupi, além de publicar uma pequena bibliografia para o professor e o aluno.

Também valem destaque as edições nº 83, de maio de 1962, que publica uma circular do CPOE/RS buscando repassar orientações sobre a legislação educacional vigente e visando sanar dúvidas, explorando aspectos da lei nº 4024 promulgada em dezembro de 1961, e a edição nº 103 de 1964 com o comunicado do CPOE/RS publicado que trata sobre a escolha do livro didático, recomendando que seja considerado o aluno a que se destina o livro, o programa que será desenvolvido e a comunidade em que ele estará inserido. “O livro como um auxílio ao professor, mas nunca para o substituir” (REVISTA DO ENSINO, 1964, p. 04) por exemplificar dois aspectos recorrentes nos materiais do CPOE/RS publicados na RE/RS e que dizem respeito a peculiaridades da legislação do ensino e também repassam orientações sobre a conduta de decisões dos professores.

Para finalizar e resumir a análise dos Materiais assinados pelo CPOE/RS na RE/RS se consegue destacar a manutenção da preocupação do Centro em oferecer suporte ao trabalho dos professores, mesmo que se possa perceber uma diminuição nos apelos por atenção às necessidades dos alunos, que são substituídos por demonstrações de preocupação com as necessidades e dificuldades dos professores. Nota-se, também, que os assuntos apresentados não são mais tão detalhadamente explorados e justificados e, apresentam-se como orientações mais práticas e objetivas, mesmo que continuem adequadas aos objetivos do CPOE/RS.

É visível ainda a manutenção da proposta de um ensino integral, prático, inovador e preocupado em orientar as diretrizes dos conteúdos curriculares, atualizando e uniformizando conceitos e conhecimentos transmitidos. Do ponto de vista dos professores, mantem-se os incentivos para a descoberta das dificuldades e interesses dos alunos, de modo que eles possam ser utilizados para ordenar e impulsionar a aprendizagem. As orientações objetivam formular propostas para facilitar o trabalho dos professores e, ainda, claramente, demonstram o papel desempenhado, tanto pelo CPOE/RS como pela RE/RS, em disseminar e homogeneizar as ideias e propostas governamentais para a sociedade.

A segunda categoria proposta para a análise da RE/RS neste trabalho é, também, a reunião de propostas sobre práticas e métodos entendidos como os mais adequados para o bom funcionamento do ensino primário gaúcho. A categoria

Práticas Educativas é a que reúne mais vasto material e que, de forma sistemática, publica suas orientações nas páginas de praticamente todas as RE/RS em análise nesta pesquisa.

As Práticas Educativas propostas incluem experiências para o ensino de ciências e geografia, músicas (com a publicação de partituras e propostas de canto orfeônico³⁶), sugestões de trabalhos manuais (como entalhar madeira, trabalho com couro repuxado, feltro, retalhos de lata, arranjos florais, atividades para recortar, dobrar, alinhar tecidos e papéis, desenhos para pintar e outros), a realização de jogos (atividades que incluem desde jogos educativos como caça-palavras, liga os pontos, charadas, até jogos com bola, em grupo e individual), propostas para teatros e encenações, historietas, contos, poemas e poesias, que, na grande maioria das propostas, estão relacionadas com a temática da Revista, organizada conforme o calendário de datas comemorativas³⁷.

São escassas as justificativas para as propostas das atividades. Destaca-se, no entanto, o artigo da edição de março de 1958, que justifica a utilização de teatros:

O mais simples teatrinho de fantoches ajudará o professor, não só a melhorar suas habilidades e a auxiliar a aprendizagem de seus alunos, como também, e, principalmente, a proporcionar às crianças um escape de seus recalques ou de seus problemas íntimos e familiares. O uso de fantoches não se limita apenas à representação de peças pré ensaiadas, mas também ao manejo livre dos bonecos para que a criança possa criar algo com sua imaginação, concretizando assim suas experiências infantis e desenvolvendo sua capacidade de expressão (REVISTA DO ENSINO, 1958, p. 38).

Destaca-se também a justificativa para o trabalho com música na escola, na edição de abril de 1959:

³⁶ Canto orfeônico é um tipo de prática de Canto coletivo amador, tendo esse nome em homenagem a Orfeu, deus da mitologia grega, que encantava e amansava as feras com sua música. O Canto orfeônico passou a fazer parte do currículo do ensino primário a partir de 1961, com a promulgação da primeira LDB.

³⁷ As edições de março tem como tema a Páscoa ou Dia das Mães. Em Abril o tema foi o Dia das Mães. Em maio, São João. Em junho, o Dia dos Pais. Em agosto, a primavera. Em setembro, o Dia dos Professores. Em outubro, o Dia da Bandeira ou o Dia das Crianças. E, nas edições de novembro, o tema foi o natal.

A missão do professor de música dentro de uma escola não se resume em ensinar a cantar, seu campo de ação é imenso, pois, por meio desta poderemos atingir vários objetivos muitas vezes difíceis de serem alcançados, e seu sucesso dependerá do entrosamento de seu programa com os referentes às demais disciplinas. Encontramos sua valiosíssima colaboração com o programa de português, onde os sinônimos, ponto tão importante em nosso idioma a ponto de encontrarmos dicionários sobre os mesmos, nos quais, as letras dos hinos e canções oferecem vasto repertório imaginado. Haverá melhor oportunidade para correção de erros fonéticos e gramaticais que por ocasião do canto em conjunto? Onde todas as sílabas e sons devem ser corretamente emitidos, possibilitando ao professor conseguir uma sonoridade perfeita? Onde são feitos exercícios para a boa emissão dos sons? Esses métodos são os usados nos cursos de oratória e declamação, com resultados magníficos (REVISTA DO ENSINO, 1959, p. 53).

A observação de tais justificativas ajuda a compreender a importância que RE/RS atribuía ao desenvolvimento de práticas educativas que permitissem espaço para a descoberta, a criatividade, a expressão e, de maneira prática, intencional e lúdica, possibilitassem também o desenvolvimento de habilidades entendidas como importantes para o desenvolvimento escolar, tais como a linguagem, a oratória, a desinibição e outros. Para as outras práticas, especialmente as de caráter mais prático e exploratório, as sugestões de atividades são apresentadas de forma pronta, sem justificativa e tão pouco os objetivos pretendidos com o seu desenvolvimento.

Sobre as práticas educativas relacionadas com a realização de cursos de catequese, é importante o destaque para a edição nº 49, de novembro de 1957, em que foram publicadas instruções sobre o decreto nº 4.898/54 que regulamenta o ensino religioso nas escolas do Rio Grande do Sul e diz “O ensino religioso, constituído disciplina integrante do plano de estudos dos cursos primário, rural, secundário, normal e profissional, é de matrícula facultativa” (REVISTA DO ENSINO, 1957, p. 02). No entanto, a partir desta edição, passam a ser publicadas informações e orientações para a organização do ensino religioso e, especialmente da catequese.

Na edição de março de 1958, um artigo trata sobre a metodologia do ensino religioso. Nele, é feita breve apresentação da Madre Teresa de Cristo Lézier, religiosa francesa, dedicada a “observar e pesquisar para melhor sentir, na prática, os problemas fundamentais da mocidade de hoje” (REVISTA DO ENSINO, 1958, p. 20) para anunciar a contribuição da religiosa na Revista:

A Revista do Ensino congratula-se com seus leitores pela oportunidade que Madre Teresa nos dá de divulgar uma iniciativa original, pioneira, no setor de formação religiosa. Iniciamos hoje a publicação do 1º de uma série de trabalhos práticos que estão se realizando nos cursos primário, secundário e universitário da Faculdade Santa Úrsula, Rio de Janeiro (REVISTA DO ENSINO, 1958, p. 20).

O artigo diz ainda que “o ensino religioso visa à formação religiosa do homem inteiro” (REVISTA DO ENSINO, 1958, p. 20) e que “a doutrina cristã não é um fim em si mesma: ele deve conduzir a Deus. Não se aprende a religião só para sabê-la, mas sabe-se para melhor viver” (REVISTA DO ENSINO, 1958, p. 21). Nas edições seguintes, outros artigos apresentam a história da catequese, relatam sobre quem deveria ser o catequista, os métodos catequéticos, a sala de catequese e a relação entre a catequese e a grandeza do homem. Neste sentido, a RE/RS parece atuar na conciliação entre católicos e os defensores de um ensino laico, pois ao mesmo tempo em que diz que o ensino religioso é facultativo, apresenta sugestões de trabalho para aqueles que o desejarem fazer.

Outras duas práticas educativas são bastante incentivadas: o ditado e a educação física. A edição de novembro de 1956 trata sobre o ditado no ensino primário, argumentando que o seu objetivo é evitar o erro da grafia das palavras e averiguar os resultados dos exercícios empregados. Sugere o uso de palavras que transmitam conhecimentos úteis, e que sejam ditas pelo professor de forma pausada, clara e bem articulada. “Vale a pena frisar que o ditado não é absolutamente um processo para ensinar a escrever, mas para verificar o resultado dos exercícios” (REVISTA DO ENSINO, 1956, p. 32). Na edição de abril de 1959, há recomendações sobre como se deve realizar e corrigir o ditado, já que “a maneira de preparar, realizar e corrigir o ditado liga-se diretamente aos objetivos visados pelo professor ao planejar essa atividade escolar” (REVISTA DO ENSINO, 1959, p. 37). Nota-se, então, que o ditado continua a ser compreendido como uma ação avaliativa que mede resultados concretos obtidos, sendo que para tal, necessita manter a padronização e uniformidades necessárias para a comparação dos resultados.

As orientações para a realização dos ditados estão diretamente relacionadas também com a preocupação constante da RE/RS em preparar os professores para o trabalho sobre linguagem oral, escrita e, especialmente, com a gramática, entendida como:

A gramática pelo método funcional apresenta a linguagem como uma função, isto é, como um instrumento útil à conduta humana e social, útil à vida. O ensino gramatical é tarefa delicada, deve ser levada ao estritamente necessário. A gramática serve para julgar se o que escrevemos ou falamos está certo. Ela desenvolve o pensamento e através dele a linguagem. Isto justifica a sua presença no programa da escola primária. A gramática funcional é dada em todas as séries do curso primário, articulada com todas as matérias do currículo escolar. Na 1ª série, quando a professora leva o aluno a interpretar a leitura, está aplicando a gramática funcional, sem regras, sem princípios, sem nomenclaturas (REVISTA DO ENSINO, 1959, p. 18).

Neste sentido, destaca-se que está presente em praticamente todas as edições da RE/RS em análise nesta pesquisa a seção “Gramática Funcional”, espaço em que são apresentados aspectos da gramática que deveriam ser trabalhadas com os alunos em cada uma das séries (adjetivos, verbos, pronomes e outros) Também são bastante frequentes as orientações sobre ortografia, sendo objetivo do ensino da ortografia que o aluno “domine a correta expressão escrita dos vocábulos de uso mais comum e geral, assim como dos que se relacionam com a linguagem específica das disciplinas do currículo” (REVISTA DO ENSINO, 1959, p. 28).

Sobre as práticas educativas propostas para o ensino de educação física pela RE/RS, a edição de março de 1958 apresenta as diretrizes para o ensino de educação física nos estabelecimentos de ensino primário do Rio Grande do Sul.

A educação Física nas escolas primárias do Rio Grande do Sul, que inicialmente se resumia em exercícios físicos baseados no método francês e em alguns esportes de competição, segue hoje um campo de atividades mais amplo e mais completo. O professor terá liberdade de incluir no seu programa geral de trabalho, como exercícios físicos baseados em diferentes métodos ou sistemas contestes, danças, acrobacias, excursões, escotismo, iniciação aos desportos como natação, atletismo, basquetebol e muitas outras atividades similares que trata de criar interesse para ocupar as horas de lazer e contribuir para a educação integral da criança. Para acompanhar essa evolução, deverá o professor especializado em Educação Física manter-se perfeitamente atualizado a fim de enfrentar as obrigações didáticas que se lhe depare. Não se existe professor que siga tal ou qual método ou sistema, mas sim que tenha método em seu trabalho. A Educação Física nas escolas primárias deve estar em perfeito entrosamento com as demais disciplinas a fim de contribuir para a educação integral. Por Educação Física deve-se entender educar por meios físicos (REVISTA DO ENSINO, 1958, p. 44).

São perceptíveis os esforços da RE/RS em repassar orientações específicas e gerais sobre o ensino das disciplinas curriculares e que apresentam panoramas sobre o que se espera/objetiva com o ensino de cada disciplina e em cada ano do

ensino primário. Sobre as práticas educativas para o ensino de matemática foram publicadas orientações específicas de vários conteúdos curriculares e visando cada um dos anos do ensino primário, mas que na edição anual de 1967 tem sintetizado o objetivo do ensino de matemática como:

O ensino da matemática na escola primária deve visar dois objetivos, sem o que tornar-se-á vazio de significação: desenvolver a habilidade da criança operar inteligentemente com números – objetivo matemático; desenvolver a habilidade da criança aplicar os conhecimentos matemáticos em situações de vida – objetivo social (REVISTA DO ENSINO, 1967, p. 26).

Também no ensino de matemática há prioridade por atividades práticas e que consideram os interesses dos alunos. Assim, “se a criança de primeira série traz para a escola bolas de futebol, pingue-pongue e gude, seu professor usa essa oportunidade para desenvolver a ideia de tamanho, aproveitando o interesse da criança” (REVISTA DO ENSINO, 1968, p. 10).

Sobre o ensino de história, a edição de abril de 1957, resume:

As principais características da moderna orientação do ensino de História, segundo os Programas Mínimos para o Curso Primário são, entre outras, o apelo maior à reflexão do aluno, o exercício de sua capacidade interpretativa e de relacionamento e crítica dos fatos históricos. O essencial não é a memorização de datas e nomes, mas a compreensão, pelos alunos, da causalidade ou da continuidade histórica, e de que o presente é uma consequência do passado e uma preparação para o futuro (REVISTA DO ENSINO, 1957, p. 46).

Seguindo esta diretriz, a edição de agosto de 1961, recomenda a utilização da pesquisa na escola primária:

A escola tem, entre outros, o objetivo de tornar os alunos capazes de adquirir, ampliar e aplicar conhecimentos. Um dos meios mais eficazes para a realização desse objetivo é introduzir na classe o hábito da pesquisa. Mais importante que o tema da pesquisa são o exercício e a prática inerentes a ela (REVISTA DO ENSINO, 1961, p. 19).

Outras propostas de práticas estão relacionadas com o aluno que se pretende formar, prática muito recorrente nos Boletins do CPOE/RS, e também evidenciada nas RE/RS analisadas. As recomendações sobre o ensino da educação moral e cívica passam a ser mais frequentes a partir de 1964. A edição nº 99 publicou um artigo com o título “Princípios para uma pedagogia do civismo”.

Civismo é essencialmente educação. Tem aspectos de disciplina informativa quando estuda a Constituição do país, o mecanismo da elaboração das leis, as estruturas dos órgãos de governos ao nível nacional, estadual e municipal, as agências governamentais ou particulares da sua comunidade, etc. Em tudo mais será uma prática educativa dentro e fora da escola. Não pode haver Civismo sem formação moral. Já estamos cansados de ver a ostentação do civismo como máscara da absoluta falta de caráter. A antiga Instrução Moral e Cívica ficou desprestigiada quando a mocidade percebeu a irrealidade dos discursos patrióticos e dos elogios das virtudes. [...] A educação cívica deve esclarecer a juventude sobre as vantagens da democracia da nossa república, da nossa formação cristã, da nossa filosofia política e da nossa política econômica. Deve dar em argumentos para que se defendam dos pregadores de doutrinas contrárias ou subversivas. Eles não têm escrúpulos em politizar a juventude e será tolice adotarmos uma atitude suicida de neutralidade. A educação cívica visa, sobretudo, criar cidadãos ativos e eficientes para a nossa Pátria (REVISTA DO ENSINO, 1964, p. 35).

Assim, a partir da edição nº 102, de 1964, se percebe que a RE/RS passa a tratar do tema “democracia”³⁸ e volta atenção especial para o trabalho da educação moral e cívica em suas edições. A edição destaca que:

Democracia é vida – é maneira de ver, de sentir, de agir: é maneira de observar, de julgar, de avaliar; é maneira de compreender, de aceitar, de estimar. Democracia é ritmo individual em compasso do grupo. Democracia real é consequência de educação real. Quanto mais cedo a criança compreender, entender o que é democracia, mais cedo lutará por ela e para ela. Algumas atividades podem mais objetivamente oportunizar a compreensão e o uso mais consciente da democracia. Assim, o professor lançará mão destas situações funcionais, chamando a atenção das crianças para certos aspectos que julgar de maior importância (REVISTA DO ENSINO, 1964, p. 45).

Neste mesmo sentido, a edição nº 103, também de 1964, traz a necessidade de participação de toda a comunidade para a manutenção da democracia, defendendo o engajamento dos alunos desde os primeiros anos do ensino primário na compreensão do significado real da liberdade e responsabilidade. “O professor, consciente da necessidade cada vez mais imperiosa de preparar cidadãos – homens dignos de viver e conviver em democracia – não poderá furtar-se, em sua tarefa educativa, de dinamizar, de incentivar, de impulsionar, de aprimorar a compreensão

³⁸ Em 31 de março 1964 um golpe civil-militar passou a redesenhar o panorama político, social, econômico e cultural brasileiro. A agitação política teve início desde os primeiros anos do presidente de João Goulart, conhecido como Jango, com reações contrárias da direita a medidas propostas pelo novo governo e, culminou com os militares tomando o poder, depondo Jango e editando o AI-1 (Ato Institucional número 1) em 9 de abril de 1964 como um decreto militar realizado para depor o presidente e iniciar a cassação dos mandatos políticos. No mesmo mês, o marechal Castello Branco assumiu a presidência com um mandato até 24 de janeiro de 1967, iniciando a Ditadura Militar no país. O período se estendeu por duas décadas (1964-1985) e estabeleceu a censura à imprensa, restrição aos direitos políticos e perseguição policial aos opositores do regime.

das liberdades únicas do homem, que são as liberdades democráticas” (REVISTA DO ENSINO, 1964, p. 26) e passa a elencar ligações entre liberdade e responsabilidade:

O homem tem liberdade para falar, podendo dizer o que pensa para todos aqueles que o queiram escutar – através de atividades simples e funcionais, o professor promoverá um ambiente onde a criança sentir-se-á à vontade e em segurança para expressar seus pensamentos, suas ideias, suas opiniões. Todo aluno será ouvido, desde que suas palavras se revistam de verdade e desejo de contribuir. O homem tem liberdade para usar a imprensa escrita e falada – dinamizando atividade de auditório e algum jornal de classe já existente, o professor levará a criança à noção de que a imprensa escrita, o rádio, a televisão, são recursos da comunidade e para a comunidade. O homem tem liberdade para professorar a religião que escolher – aproveitando as oportunidades que surjam na aula, o professor levará a turma à conscientização de que – qualquer seja ela – é a religião uma necessidade imperiosa na vida de todos nós. O homem tem liberdade para recorrer às forças públicas - tendo por apoio o estudo da comunidade e dos recursos humanos que ela oferece, o professor levará sua classe a conhecer e valorizar aquelas entidades organizadas exclusivamente para dar proteção a cada cidadão. O homem tem liberdade para julgar e exigir que o julguem – em todas as oportunidades é preciso que o professor saliente o quanto é perigoso, negativo e prejudicial acusar-se alguém de alguma coisa, sem que para isso exista absoluta certeza. Aprenderá a usar a liberdade de fazer e exigir que para si façam justiça. O homem tem liberdade para dirigir-se às autoridades constituídas, diretamente ou através dos serviços burocráticos – na movimentação abrangente das atividades variadas da classe, a criança sentirá vivo e autêntico o sabor da liberdade que tem procurar aqueles que ocupam cargos de lideranças dentro da sala de aula, na escola e na comunidade. O homem tem liberdade para escolher sua profissão – na observação direta da vida real, a criança será levada a verificar o quanto liberalmente pode o indivíduo escolher trabalho, usando como critério suas aptidões, desejos, ambições. O homem tem liberdade para votar – desde os primeiros anos escolares é preciso que a criança aprenda todo o benefício de que se pode valer, pela possibilidade de indicar candidatos a cargos eletivos e de votar de acordo com consciência, naquele que julgar melhor capacitado a preenchê-lo (REVISTA DO ENSINO, 1964, p. 26-28).

A RE/RS parece deixar clara sua posição sobre o tema democracia, liberdade e responsabilidades, buscando incentivar o trabalho de professores e alunos, especialmente, quando diz que “O homem deve saber usar, com harmonia, sua liberdade nas liberdades comuns a todos os homens” (REVISTA DO ENSINO, 1964, p. 28) e talvez possa ser compreendido como os primeiros reflexos do novo momento político-social que o Brasil passou a viver com a ditadura civil-militar.

A temática ganha novos contornos nas páginas da RE/RS a partir da edição nº 109, de 1966, quando é publicado artigo sobre as atividades a serem desenvolvidas a partir do decreto que instituiu o “Ano da Educação Cívico-

Democrática no Rio Grande do Sul”, publicado em 31 de março de 1966. De acordo com o artigo:

Coube à Secretaria de Educação e Cultura coordenar a realização de um plano de Educação Cívica no meio escolar e social, visando primordialmente a formação cívica e o fortalecimento das qualidades de boa cidadania da nossa crianças e do nosso jovem, e o aprimoramento da vivência democrática nas comunidades gaúchas. No cumprimento deste plano, várias atividades têm sido realizadas. Entre elas destacamos: cursos sobre democracia e liderança pedagógica para o magistério; desenvolvimento nos estabelecimentos de ensino de planos educativos, elaborados pelo Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais da SEC, que objetivem a prática democrática e dinamizem o currículo no sentido democrático; jornadas de estudo e seminários sobre problemas da comunidade; campanhas de divulgação e observância dos princípios de cidadania; comemorações das grandes datas da pátria (REVISTA DO ENSINO, 1966, p. 04).

Na edição nº 117, de 1969, também se percebe a busca pela naturalização do trabalho com a temática da educação moral e cívica, especialmente, com a recomendação de correlacionar o assunto com o desenvolvimento das demais habilidades trabalhadas no ensino primário. Exemplo é a recomendação sobre as aulas de linguagem, em que a RE/RS mantém a estratégia de recomendar uma educação integral, interligando assuntos, e aproveita para destacar que os temas, quando oportunos, poderão ser trabalhados em paralelo no desenvolvimento de habilidades.

Em muitas de nossas aulas de linguagem, quando o sentido do texto em prosa ou poema que utilizamos se prestar, podemos fazer os dois trabalhos num mesmo momento: enquanto propiciamos o desenvolvimento da linguagem falada e a capacidade de interpretação, refletimos sobre os valores que queremos atingir. Por outro lado, quando, num trabalho em grupo com nossos alunos os levamos a uma reflexão sobre os valores que atraem e orientam nossa vida, favorecemos também a linguagem e a capacidade de interpretação. Assim sendo, sempre estamos avançando no plano educacional integral (REVISTA DO ENSINO, 1969, p. 44).

O plano de aula sobre o trabalho de valores morais publicado pela edição afirma que a “educação moral deve levar o aluno ao conhecimento de si mesmo e ao exercício da liberdade humana” (REVISTA DO ENSINO, 1969, p. 04). A edição nº 120 de 1968 apresenta a peculiaridade de se anunciar como uma edição especial que:

Procura apresentar novos aspectos, novos ângulos, novas disposições de um tema abordado de maneira mais abrangente e mais aprofundada em determinados detalhes. A presente edição da Revista do Ensino foi elaborada com o intuito de mostrar o Brasil de agora, dentro de seu contexto sócio-cultural e de sua realidade humana, oferecendo assim, ao professor, material de consulta para embasamento de suas aulas e de enriquecimento pessoal. [...] Nosso objetivo é trazer informações e esclarecimentos com orientações didática, é sugerir atividades com ilustrações e material audiovisual. É, também indicar bibliografia credenciada e séria relativa ao Brasil. Nas páginas da RE, portanto, o leitor encontrará um esboço do que é e de como é o nosso país na atualidade. Um esboço traçado com a certeza de que o conhecimento conscientizado do Brasil incentiva e fortalece – em todos nós – aquele amor que nos leva a lutar pela solução de seus problemas e pela conquista de sua paz e de sua prosperidade (REVISTA DO ENSINO, 1968, p. 02).

A edição apresenta dados, números, questões relativas aos recursos econômicos do Brasil, destacando recursos minerais, extrativismo vegetal, pecuária, agricultura, avicultura, apicultura, questões energéticas, pesca, indústria, comércio e sugere uma série de atividades com o objetivo de aprimorar os conhecimentos dos alunos sobre o Brasil, deixando evidente o esforço de demonstrar o desenvolvimento econômico vivido pelo país. Também chama a atenção uma nota no sumário da Revista que diz: “Nota da Redação: tendo sido orientado e revisado por pessoas tecnicamente credenciadas nos assuntos abordados, foi esse número especial liberado para publicação, isento do parecer do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais e de Execução Especializada” (REVISTA DO ENSINO, 1968 p. 01) e que pode ser interpretada como uma influência direta e expressa do momento vivido no Brasil com a ditadura civil-militar que atua na educação como um vetor para o fortalecimento do regime imposto, oferecendo informações e subsídios para, por meio do convencimento sobre sua importância e valor, promover seu fortalecimento.

Este aspecto parece reforçar a justificativa sobre a importância da leitura das informações e conhecimentos publicados pela RE/RS para a compreensão do momento e influências de determinado período histórico. Ao mesmo tempo, demonstra que, conforme já argumentando, a RE/RS acompanhava os movimentos políticos e sociais que influenciavam a educação, tendo sido utilizada como ferramenta para a disseminação e normatização dos ideais políticos, econômicos e sociais do período.

Com o avanço da ditadura civil-militar, também se intensificam as orientações que valorizam o regime em vigor. Na edição nº 127, de 1970, o tema tratado é o exército brasileiro.

De um melhor conhecimento do Exército Brasileiro poderão surgir, ou firmarem-se, vocações militares. E, através do trabalho apresentado, os professores mostrarão aos alunos a atuação do exército na paz. Enganam-se os que julgam caber ao Exército Brasileiro apenas missões de guerra. A ele, fator de unidade e segurança nacional, são confiadas missões de paz, auxílio nas calamidades públicas, assistência social, educação, manutenção de indústrias, comunicações, engenharia (REVISTA DO ENSINO, 1970, p. 30).

Na sequência a edição traz o plano básico para educação moral e cívica, apresentando seus objetivos e propósitos. A RE/RS publica, ainda, na íntegra as normas elaboradas por uma comissão designada para a realização de estudos sobre a inclusão da Educação Moral e Cívica nos currículos do Ensino Primário e Médio no Rio Grande do Sul. O texto destaca:

Tendo em vista o Decreto-Lei 869-69, o Parecer 101-70 do Conselho Federal de Educação, o ofício 7-69 do Presidente da Comissão Nacional de Moral e Civismo, aprovado pelo Ministro da Educação e Cultura, e o ofício do Conselho Estadual de Educação, a Comissão constituída para estudar a inclusão, em caráter obrigatório, de Educação Moral e Cívica nos currículos dos estabelecimentos do Sistema Estadual de Ensino, quer públicos, quer particulares, estabeleceu as seguintes normas que deverão ser observadas pelas escolas de todos os graus e modalidades: o número de aulas obrigatórias da disciplina de Educação Moral e Cívica será de duas (2) semanais; A disciplina de Educação Moral e Cívica exigirá em todas as séries frequência e avaliação da aprendizagem pelos mesmos processos das demais disciplinas obrigatórias; O cumprimento da obrigatoriedade da inclusão da Educação Moral e Cívica, como prática educativa no Ensino Secundário, no Ensino Técnico e no Ensino Normal far-se-á através de calendário escolar em datas comemorativas, quer cívicas, com respeito e culto aos símbolos nacionais, quer socioculturais ou religiosas com aplicação dos princípios da disciplina desenvolvidos pelo educador (REVISTA DO ENSINO, 1970, p. 38-39).

Para tal, o decreto estabelece que a Educação Moral e Cívica deverá ser executada como prática educativa incluída entre as demais disciplinas, e realizada com caráter prático, com projetos, solenidades, clubes de civismo, jornais, hora cívica, teatro e etc.

De forma curiosa, a única edição em análise do ano de 1971 não faz nenhuma referência para a normatização do ensino de educação moral e cívica, questão que foi amplamente resolvida com a lei nº 5.692/71 que deu as diretrizes, uniformizando o trabalho a ser desenvolvido em todo o sistema de ensino brasileiro. Aliás, a necessidade de uma normatização por meio de legislação já havia sido defendida pela própria RE/RS na edição nº 109 de 1966 que apresenta artigo em que defende a padronização do currículo e da avaliação, além de trazer amplo

material sobre o Brasil com a justificativa de proporcionar para as crianças uma visão mais clara e um conceito mais real e verdadeiro sobre o país.

Em conclusão sobre o desenvolvimento da categoria Práticas Educativas se pode destacar que elas compõem a maioria dos conteúdos publicados pela RE/RS, seja ao propor o desenvolvimento de atividades que são apresentadas com todas as suas etapas de desenvolvimento detalhadas e, dessa forma, são publicadas como sugestões prontas e que não permitem margem para a improvisação e adequação por parte do professor para a realidade da sua turma (ou as práticas servem para serem aplicadas conforme exposto ou não servem e, simplesmente, devem ser descartadas), ou seja, por meio de propostas específicas para cada uma das disciplinas e ano do ensino primário, com o desenvolvimento de objetivos específicos.

A esta parte do conteúdo publicado pela RE/RS é que parece que os professores que utilizavam o material referem-se com mais frequência, tendo em vista seu caráter prático e, inclusive, alguns esforços em aliar a teoria à prática, na medida em que as discussões promovidas, em alguns casos, são acompanhadas de sugestões para transposição direta em sala de aula.

Em análise sobre o tipo de práticas e métodos que são sugeridos pela RE/RS e que são evidenciados nesta categoria, percebe-se o alinhamento com as propostas já disseminadas pelo CPOE/RS, de um ensino centrado na prática e nos interesses dos alunos e organizado a partir das deficiências e potencialidades de cada turma. Outro aspecto recorrente entre o trabalho desenvolvido pelo CPOE/RS e a RE/RS está na psicologia e na preocupação em pensar sobre ações e atitudes dos alunos que mereciam atenção pela percepção que poderiam interferir em sala de aula.

Neste sentido, se destaca a publicação da secção “Educação para o Lar” a partir da edição nº 85, de julho de 1962, com a justificativa de repassar orientações sobre as responsabilidades da escola em auxiliar no preparo das crianças para a vida no lar, tornando-a um elemento útil no lar e, conseqüentemente, na sociedade. As orientações tratam sobre boas maneiras, atividades que as crianças podem desenvolvem em casa, economia doméstica, boas atitudes corporais e outras em que reproduz tarefas para que as crianças executem, sempre relacionando os trabalhos domésticos com as meninas, até afirmar ser “natural tendência feminina para as lidas domésticas” (REVISTA DO ENSINO, 1962, p. 69).

No mesmo sentido, a RE/RS passa a publicar a secção “Problemas de pais e filhos” em que, ao responder dúvidas recebidas de seus leitores, explora assuntos de carácter psicológico atribuídos como dificuldades enfrentadas pelas famílias, mas que se não resolvidas, poderão afetar o desenvolvimento dos alunos. Tal constatação pode demonstrar a realização prática da ação do CPOE/RS com a RE/RS, propagada nas próprias páginas da Revista, de realizar a supervisão, revisão e aprovação técnica dos artigos e materiais publicados pela RE/RS e que se mantinham em consonância com os pressupostos do trabalho do Centro.

A publicação de artigos compõe a terceira categoria de análise proposta nesta pesquisa para a RE/RS, já que são também bastante frequentes e abrangentes as publicações, abordando diversos aspectos relacionados com o ensino. A categoria de análise está sendo chamada de Artigos. Os artigos assinados por professores do Rio Grande do Sul e de outros Estados, por instituições como o Ministério da Educação (MEC), o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP) ou, ainda, a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), relatam teorias e experiências de ensino de sucesso ou realizam argumentações teóricas sobre diferentes correntes relacionadas ao ensino.

Como exemplos, se pode citar: artigo do INEP, na edição de agosto de 1957, com um roteiro para coleta de dados sobre fontes para estudo da História da Educação no Brasil a partir de proposta realizada pelo Serviço de Bibliografia do INEP no Distrito Federal; a apresentação da campanha da FAO na edição de março de 1957, sobre a organização das Nações Unidas para a agricultura e a alimentação. A secção que reunia estes artigos foi, em várias edições, chamada de “Fundamentos da Educação”.

Outra secção, chamada de “Direção da aprendizagem” reunia os artigos apresentados por professores do Rio Grande do Sul e de outros Estados que, por meio dos seus textos, compartilhavam e argumentavam sobre concepções teóricas em diversos assuntos relacionados com a organização e condução do ensino. É possível observar que, predominantemente, os artigos circulam entre temas relacionados com os aspectos psicológicos e suas implicações no ensino.

Alguns exemplos: artigo na edição de 1956 sobre métodos de leitura, que ressalta a necessidade de escolha de métodos que considerem a natureza do processo de leitura e a forma como cada método desenvolve este processo; artigo na edição de abril de 1957, que apresenta um estudo de caso sobre um aluno com

necessidades especiais encaminhado ao serviço especializado do Distrito Federal; artigo na edição de setembro de 1957 sobre a importância da educação física na elevação da moral de um povo; artigo em maio de 1958 sobre o método de projetos, defendido como um novo conceito de educação, que concilia teoria e prática; artigo em junho de 1959 sobre neurose em crianças; artigo em maio de 1961 sobre crianças bem dotadas; artigo na edição de outubro de 1964 sobre o laboratório de matemática; artigo na edição anual de 1968 sobre o processamento da aprendizagem em estudos sociais.

Também faz parte da categoria Artigos a seção chamada “Falamos os educadores brasileiros” que esteve presente em várias edições durante todo o período da análise, mantendo a mesma lógica de funcionamento: apresentar entrevistas com educadores, realizando relatos e contribuições para a educação a partir do trabalho que realizam. As entrevistas incluem também as impressões pessoais dos educadores sobre a RE/RS, com sugestões para o aprimoramento do trabalho e temas que poderiam ser abordados pela Revista.

Os artigos e reportagens que compõem esta categoria são vastos em orientações e múltiplos em concepções sobre o ensino. Demonstrem a pluralidade de argumentações possíveis e que encontravam na RE/RS um espaço de divulgação. Do ponto de vista técnico sobre a RE/RS, os artigos apresentam e representam grandes aglomerados teóricos, em textos longos e com raras ilustrações.

Sobre a seção “Falamos os educadores brasileiros”, Bastos (1997) argumenta que por meio da leitura da seção é possível perceber como se estabeleciam e circulavam “os discursos de formação da identidade do professor e de sua mobilização como agente da política do Estado” (BASTOS, 1997, p. 63).

Falando de professor para professor, a Revista do Ensino, através de um discurso idealizador e idealizado – moralizador, formador da postura – individual e social – do professor, objetiva cristalizar determinadas práticas e crenças quanto a sua conduta, pela sacralização da função docente. O projeto editorial fará uso de diferentes estratégias e mecanismos de persuasão de seu leitor, tecendo e homogeneizando o pensar de uma categoria profissional, perpetuando alguns sentidos em detrimento de outros e produzindo um discurso de construção do leitor-ideal. [...] A seção “Falamos os Educadores Brasileiros” esteve presente, na Revista do Ensino/RS, do número 20, de março de 1954, ao número 100, de 1965, perfazendo 43 entrevistas com educadores, técnicos, administradores – mestres experientes: uma aproximação amistosa e fecunda entre educadores de todos os quadrantes do Brasil (BASTOS, 1997, p. 63-64).

Por fim, a categoria Notícias reúne os relatos e informações sobre atividades, congressos, encontros e outros, convidando os professores a participar das atividades e, também, apresentando os resultados e apontamentos levantados durante as programações.

Com fim de exemplificação, se destacam: as informações sobre o I Congresso Estadual de Educação de São Paulo, que contou com a presença da Professora Maria Lourdes Gastal e foi destacado na edição de 1956; as notícias sobre o I Congresso de Infantil de Economia em Porto Alegre, na edição de março de 1957; o III Congresso Nacional de Professores Primários na edição de março de 1958; o VI Congresso Nacional de professores Primários, realizado no Recife e relatado na edição de novembro de 1959; e o VI Congresso Nacional de Professores Primários que contou com a apresentação do artigo “As revistas pedagógicas e a atualização do professor” escrito pela Professora Maria de Lourdes Gastal e foi relatado na edição anual de 1968.

A iniciativa de dar ampla divulgação e incentivo aos professores com relação a participação em eventos, congressos e encontros, poderia estar relacionada com os esforços em manter a motivação dos professores em buscar atualização profissional e acompanhar as inovações e propostas para a condução da aprendizagem. Ao mesmo tempo, na medida em que a RE/RS publicava relatos e resumos sobre os resultados de cada evento, congresso ou encontro, ela tornava os conhecimentos produzidos durante as atividades acessíveis para todos aqueles que somente podiam acompanhar as novidades à distância. Dessa forma, a Revista cumpria com o seu objetivo de ofertar subsídios teóricos e de trabalho aos professores, ao mesmo tempo em que permitia que o CPOE também reafirmasse suas intenções de dar bases científicas ao trabalho que os professores deveriam executar em sala de aula.

Parecem ser exatamente os professores o alvo principal das publicações da RE/RS, mesmo que de forma mais sutil, quando demonstra a preocupação em oferecer soluções e propostas de trabalho aos professores, ou de forma mais direta, quando se refere diretamente ao professor, seja para homenageá-lo ou para reafirmar as características essenciais profissionais de todos aqueles que decidem exercer o magistério. A mensagem aos professores, publicada na edição de outubro de 1959, diz:

Creemos na capacidade de doação daqueles que, através de todas as vicissitudes, dourados ao sol da primavera ou açoitados pelos ventos do inverno, estão sempre prontos para a íngreme escalada do dever e a busca suprema dos bens eternos [...] aos professores, pois, com ternura e carinho de todos os instantes, a gratidão comovida de todas as gerações (REVISTA DO ENSINO, 1959, p. 02).

No mesmo sentido, a edição de março de 1958, publicou uma carta fictícia de um pai para uma professora:

Esta semana vamos enviar-lhe nosso filhotinho. Durante os próximos 12 anos, nas escolas primárias e secundárias, irá a Sr^a. tê-lo em suas mãos, será a pessoa que maior influência exercerá sobre ele, depois de sua mãe e de mim. [...] Faça um bom trabalho e algum dia sentir-se-á tão orgulhosa de seu aluno como eu me sinto, agora, de meu filho (REVISTA DO ENSINO, 1958, p. 02).

Na sequência, a edição apresenta um artigo com o título “A vocação do professor” em que diz:

A função essencial do professor é ajudar a criança a desenvolver os seus conhecimentos e a sua personalidade, a fim de integrá-la na sua comunidade de maneira mais completa possível, através da assimilação da nossa cultura. Para conseguir isto, o professor moderno utiliza não somente as aulas, mas procura, sobretudo, que cada aluno descubra por si mesmo as diferentes realidades (históricas, geográficas, matemáticas, linguísticas), através da observação direta, do desenho ou da descrição, das leituras e pesquisas pessoais. O Professor moderno é, por conseguinte, uma pessoa que procura, antes de tudo guiar, orientar, encorajar, estimular, descobrir e canalizar os interesses dos alunos; procura para isto, cercar-se de vasto material colhido pelos discípulos (plantas, animais, rocas, cartões postais de todos os países do mundo e de todas as regiões do país, fotografias, filmes, cubos, encaixes, etc., etc.) (REVISTA DO ENSINO, 1958, p. 03).

As edições dos meses de agosto e setembro são repletas de poemas, orações e homenagens aos professores, além de incluir referências sobre a árdua missão desempenhada diariamente por eles. Dessa forma, e se somada com a preocupação constante em atuar com objetivo de beneficiar os professores com diferentes métodos de trabalho, a RE/RS demonstra com clareza e exatidão a sua postura e importância dada ao magistério. Foi para os professores que a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul existiu e trabalhou. Tamanho esforço, se imagina, pode ter sido recompensado com o grande reconhecimento e credibilidade que a Revista possuía entre o professorado e que lhe rende até os dias atuais o

reconhecimento como um dos mais importantes e valiosos materiais de pesquisa sobre as práticas docentes e propostas técnico-pedagógicas do Rio Grande do Sul.

3.3 Similaridades, diferenças e aproximações

O período em que o trabalho desenvolvido pela Revista do Ensino do Rio Grande do Sul e pelo Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais do Rio Grande do Sul foi realizado de maneira conjunta, mesmo que em uma relação de subordinação da Revista com o Centro, merece atenção e cuidado pela particularidade que representa, pois acontece também como uma alternativa para salvar financeiramente um material de credibilidade e importância reconhecidas em todo o Estado, como era a RE/RS, que passa a ser supervisionado tecnicamente por um jovem e ainda em busca de afirmação, Centro de Pesquisas.

Dessa forma, o que imediatamente é possível de ser percebido por meio da leitura dos Boletins do CPOE/RS e das RE/RS (após a encampação) é que o modo como a educação era conduzida, planejada e difundida não se altera. Os comunicados, ofícios e outras informações do CPOE/RS são incorporados na RE/RS sem alterar drasticamente a estrutura da Revista, que continua a publicar seus materiais e propostas em sintonia com os ideais propagados pelo Centro. Até mesmo em razão de que todos os artigos, planos de aula, materiais didáticos e lúdicos, eram submetidos à aprovação e controle do CPOE/RS, conforme destacado pelo Boletim de 1958 e amplamente divulgado nas edições da RE/RS, que frequentemente traziam o aviso:

O Serviço de Supervisão Técnica da Revista do Ensino se reserva o direito de não só aceitar ou rejeitar as colaborações enviadas, como ainda, o de apor notas esclarecedoras àquelas que, em algum aspecto, possam colidir com a orientação da Secretaria de Educação e Cultura (REVISTA DO ENSINO, 1961, p. 01).

Do ponto de vista prático, por meio de similaridades, diferenças e aproximações entre o trabalho desenvolvido pelo Centro com os Boletins e com as Revistas, nota-se o foco da RE/RS voltado para a proposta de práticas, com sugestões de trabalho que visam principalmente o desenvolvimento de habilidades curriculares e que não se atém especificamente no tema com o qual as atividades serão realizadas. Diferentemente das sugestões de práticas realizadas pelo CPOE,

que destacam sempre a intencionalidade sobre o perfil e personalidade do aluno que desejava formar e, com isso, se preocupava com os temas e assuntos que dariam origem as atividades.

Em vários momentos, consegue-se distinguir o trabalho realizado pelos Boletins como com a intencionalidade de pensar o “porquê” de determinada atividade, ao passo que, na RE/RS as propostas estão focadas em pensar o “como” das atividades. Exemplos são as orientações sobre os ditados, que nos Boletins envolvem um aprofundamento teórico que justifica a importância, significado e utilizações e que nas Revistas está desenvolvido no sentido de demonstrar a realização da prática, mesmo que de forma breve traga os objetivos pretendidos com ela.

Especificamente sobre as orientações percebidas nos Boletins, destaca-se o foco de preocupação no aluno, no seu grau de desenvolvimento e aprendizagem e na utilização de técnicas para potencializar e realizar a educação mais adequada aos interesses e necessidades do aluno. A proposta é de uma educação integral, que pensa na formação social e comunitária dos alunos, lançando mão de propostas práticas que envolvem o desenvolvimento de habilidades curriculares específicas ao mesmo tempo em que promovem a formação de hábitos e costumes desejáveis. Os textos são longos, extremamente detalhistas e com raras ilustrações. Os Boletins sintetizam o ano de trabalho do Centro, ao reunir comunicados, ofícios, legislação e outras orientações desenvolvidas pelo CPOE/RS.

Já as Revistas demonstram interesse em aliar orientações teóricas e práticas, com a particularidade de fazer suas proposições focadas nos professores, suas dificuldades, dilemas, necessidades e angústias. Neste sentido é que a Revista é também um veículo de comunicação dos professores que encontram espaço para a divulgação de seus artigos científicos, compartilhando práticas, métodos, propostas e concepções teóricas e, dessa forma, todos os artigos publicados pela Revista são assinados. Por ser um material com maior periodicidade e natureza diferente, a RE/RS é amplamente mais farta de sugestões, exercícios e atividades, que normalmente seguem a temática da edição, ligada ao período do ano em que a Revista foi publicada. Entre os temas mais recorrentes nas páginas da RE/RS destaca-se o uso da psicologia para problemas na educação, o ensino da linguagem oral e escrita, da matemática, a necessidade de participação da família na educação, e outras práticas complementares à educação curricular.

Especialmente em comum entre ambos os materiais está a possibilidade de compreensão como espaços institucionais de promoção de discursos hegemônicos a serviço de propostas que se utilizam da educação para reafirmar políticas de reformas governamentais e, principalmente, educacionais, e que criam lugares onde especialistas passam a anunciar aos demais atores do sistema educacional o discurso científico autorizado.

Nesse sentido e considerando as observações realizadas nos Boletins do CPOE/RS e na RE/RS argumenta-se pela sua ação a serviço da normatização e legitimação de propostas educacionais, estratégia muito utilizada por governos que entendem a educação como um mecanismo para a legitimação de modelos políticos, econômicos e sociais. Assim, discursos apoiados institucionalmente, ganham força de disseminação e intensidade de normatização na medida em que são proliferados como modos de fazer baseados em referenciais da ciência pedagógica, tal como era feito pela RE/RS e pelo CPOE/RS, ou seja, “os discursos inscritos nesses impressos produzem formas de ver, falar, pensar e de agir, ou seja, conformam o espaço no qual se pretendia que as ações e o comportamento de pessoas e de instituições transcorressem” (QUADROS, 2006, p. 277).

Os ideais de renovação estatal, tão fortemente vividos durante os períodos de ação da RE/RS e do CPOE/RS e, que inclusive, também ajudam a justificar suas existências, ganharam a imprensa por meio dessas instituições e moveram iniciativas em que o grande objetivo de realizar a transformação de hábitos, costumes, comportamentos, valores e ideias da população, visava modernizar o Estado, promovendo seu progresso apoiado no sistema de ensino.

Neste mesmo sentido, Fernandes (2008, p. 21) destaca que em sua tese de doutorado (2006) procurou demonstrar o papel desempenhado por duas revistas tanto na circulação como na produção de saberes, como teorias, ideias, modelos, práticas e outros ligados à educação, chegando à conclusão que, “as revistas, ao mesmo tempo em que veicularam um discurso pedagógico, ajudaram, de forma decisiva, a produzi-lo” (FERNANDES, 2008, p. 22). Ela afirma também que “a análise das referências veiculadas pelas revistas pode evidenciar em que medida tais publicações contribuíram para o processo de configuração do campo pedagógico” (FERNANDES, 2008, p. 22).

Desse mesmo modo se pode analisar o papel desempenhado pela RE/RS e pelos Boletins do CPOE/RS, acrescentando-se, ainda, o fato de se tratarem de

publicações oficiais subordinadas à Secretaria de Educação e Cultura do Estado e, tendo assim, abertamente a intenção de serem veículos oficiais de propagação de propostas e processos de estruturação do campo pedagógico. À RE/RS e ao CPOE/RS cabia o papel de operar as dimensões científicas, política e educacional especializada, ao produzir e normatizar discursos em educação, mas que também eram portadores de uma ideia de progresso e reorganização.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As movimentações políticas, econômicas e sociais ocorridas no Brasil e, conseqüentemente, no Rio Grande do Sul entre as décadas de 1930 e 1970, por si só, já apontariam justificativas suficientes para pesquisas que se dediquem a inventariar os fatos e histórias que marcaram o período. Porém, se para além dos marcos políticos, econômicos e sociais, pensarmos que o sistema educacional do período foi fortemente influenciado por ideias renovadoras, especialmente, a partir da compreensão do seu potencial para a instituição e manutenção das políticas necessárias para alavancar as mudanças pensadas para o desenvolvimento nacional, é simples a proposição de pesquisas históricas que objetivem evidenciar tais processos para a compreensão sobre como eles se deram. Aliado a tais argumentos, ainda se tem a forte atuação de instituições criadas e mantidas com a intenção de promover a organização e renovação do ensino, colocando em prática a lógica da retórica das reformas educacionais.

Assim, se percebe o período como de intensas e profundas mudanças que acabaram por refletir na educação, e que necessitavam encontrar meios para fazer com que as ideias propostas fossem, de fato, levadas à prática escolar. Era preciso encontrar alternativas para comunicar aos professores sobre como a condução do ensino deveria ser realizada, encontrando nos impressos educacionais os veículos para transpor para a prática o que era planejado e organizado a partir da ciência.

No Rio Grande do Sul, este cenário fica ainda mais marcado a partir de 1943 com a criação do Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais, com o propósito de dar bases científicas ao ensino, que passa a ser planejado e organizado para acompanhar e promover as mudanças sociais desejadas. As propostas elaboradas pelos técnicos do Centro eram transmitidas para os gestores do ensino e professores, entre outras formas, por meio da publicação de Boletins. Esses materiais, entendidos nesta pesquisa como impressos pedagógicos, transmitiram orientações sobre a organização e propósitos do ensino, sobre as práticas de ensino, o perfil do aluno desejado, a necessidade de avaliação dos processos, a importância da formação dos professores, e as bases psicológicas que poderiam ser aplicadas para a organização e leitura dos processos de ensino, reunindo as informações, pesquisas e conhecimentos produzidos pelo Centro por, até, dois anos.

Para que o trabalho dos técnicos do CPOE/RS obtivesse sucesso era preciso que as recomendações chegassem com força de convencimento e argumentos passíveis de aplicabilidade até os professores e, nesse sentido, é que se reconhece a importância dos Boletins, que serviam como caminho para que o conhecimento produzido no Centro pudesse ser repassado aos professores. As orientações eram repetidas sempre mantendo o sentido, de modo que, se seguidas à risca, poderiam, de fato, normatizar o ensino praticado.

Na esteira de ampliar o trabalho desenvolvido pelo CPOE/RS e, ainda, como uma alternativa para salvar a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul, que passou por problemas financeiros que colocavam em risco a sua continuidade, em 1956, o Governo do Estado realiza a encampação da Revista e a coloca sob a supervisão técnica do Centro. Com este movimento, a SESP/RS ganha mais uma aliada para a promoção de suas propostas que passam a ganhar as páginas da RE/RS, veículo representante da imprensa de educação e ensino e historicamente reconhecido por sua credibilidade e atuação. Na prática, as páginas da RE/RS passam a publicar orientações, comunicados, sugestões do CPOE/RS que também anuncia supervisionar todos os artigos publicados pela Revista de modo a garantir que as publicações mantivessem a linha proposta para o ensino do período.

Da leitura dos Boletins do CPOE/RS e da RE/RS se elaborou categorias de análise que buscam representar e reunir as indicações que se repetem ou que estão alinhadas. As categorias e suas características principais elaboradas a partir do trabalho do CPOE/RS por meio dos Boletins estão descritas e resumidas nos tópicos a seguir com a intenção de resumir e didatizar a proposta:

- Fortalecimento da moral e civilidade: focada no perfil de aluno que se objetivava formar. Buscava apresentar bons exemplos e formar hábitos e atitudes entre os alunos para formar alunos de boa moral e civilizados para a vida em sociedade;
- Práticas Educativas: inclui todas as proposições sobre como conduzir os conteúdos curriculares, evidenciando aqueles que tinham mais atenção e os seus propósitos;
- Pesquisas que norteiam a organização escolar: a base que o trabalho do CPOE/RS pretendia realizar estava no desenvolvimento de pesquisas para oferecer soluções e alternativas para os problemas de ensino e educacionais;

- Bases Psicológicas: demonstra a busca na psicologia para as respostas interpretativas dos problemas e eventos do cotidiano escolar;
- Processos de avaliação por medida: evidencia a grande importância atribuída aos processos avaliativos que deveriam ser realizados com os alunos para balizar a organização e novas providências no sistema de ensino;
- Aprimoramento pedagógico para técnicos e professores: é constante a recomendação para que os professores e técnicos do ensino busquem aprimoramento e atualização pedagógica objetivando melhorar a qualidade do ensino oferecido aos alunos.

Sobre os resultados percebidos por meio da análise das categorias acima, de modo geral, se pode perceber, proposições que promoveriam uma educação sensível às necessidades dos alunos, buscando atender aos anseios e dificuldades dos professores e bastante preocupada com a organização e justificativa dos processos pedagógicos, baseando-se em dados quantitativos e experiências concretas para realizar direcionamentos e propor soluções. Assim, fica evidenciado, que era fundamental pensar no perfil do aluno que se desejava formar, como alguém educado para a moral e a civildade, apto para a vida em sociedade e o mundo do trabalho, realizando um ensino baseado na vida cotidiana, com atividades práticas e resultados, constantemente obtidos por meio de provas e avaliações meticulosamente aplicadas, que deveriam ser balizadores sobre o sucesso ou fracasso dos alunos e, ainda, servindo de subsídio para a organização do sistema de ensino ao ser analisados com ajuda de conhecimentos psicológicos. Aos professores, era constantemente reforçada a necessidade de atualização e busca por aperfeiçoamento, especialmente, pela participação em seminários, cursos, encontros, e etc.

Da leitura das RE/RS também foram elaboradas categorias que reúnem informações semelhantes e visam resumir a atuação da Revista, buscando demonstrar as constâncias e as intenções das propostas para o ensino. As categorias estão organizadas nos tópicos a seguir, com breve resumo:

- Materiais assinados pelo CPOE/RS: representa a presença mais significativa e visível do CPOE/RS nas páginas das Revistas. Inclui a publicação de comunicados, orientações, propostas de atividades e recomendações dos técnicos do Centro;

- Práticas Educativas: engloba todos os materiais, propostas de atividades, discussões práticas sobre o ensino e outras proposições sobre a condução das classes. É a categoria que engloba a maior quantidade de materiais publicados pela Revista, podendo ser considerada como o carro-chefe da Revista pela possibilidade que os professores tinham de transportar facilmente as orientações para o seu cotidiano devido seu caráter prático;
- Artigos: são todos os artigos e textos opinativos publicados pela Revista. Todos são assinados e é possível perceber a variedade de assuntos tratados e de professores participantes, com registros de professores de todos os cantos do Brasil;
- Notícias: reúne as notícias que eram publicadas para divulgar os acontecimentos, seminários, eventos, atividades promovidas pela SESP/RS e que contavam com a participação de professores gaúchos e, especialmente, da direção da RE/RS.

A leitura das RE/RS e análise das categorias permite uma percepção das Revistas mais focada em práticas e métodos, com menos discussão teórica sobre os assuntos a serem trabalhados, trazendo sugestões de trabalho com temas aleatórios, que se aproximam bastante com a temática proposta pela Revista (na maioria dos casos, relacionada com o período do ano). Desse modo, se consegue entender as Revistas como um complemento dos Boletins, cabendo aos Boletins apresentar orientações sobre “o quê” e a Revista sobre “como”. Também se percebe que, devido a sua periodicidade, as orientações são massivas e até repetitivas, sendo que a estrutura da Revista se mantém durante as edições com seções teóricas, com artigos (em formato de artigos científicos) de professores que argumentam para determinado ponto de vista teórico, e com grande maioria de seções práticas com exercícios e atividades para todas as disciplinas.

Se nos Boletins o foco parece ser o aluno, na RE/RS o foco é o professor e, facilmente, se pode argumentar que a Revista foi feita pensando em atender ao magistério. Em termos de propostas para a organização do ensino, a RE/RS mantém a postura de propor um ensino sensível às necessidades do cotidiano e que buscava oferecer soluções e propostas apoiadas em um conhecimento científico, elaborado e refinado. A psicologia permanece presente em boa parte das recomendações, assim como o incentivo para que os professores buscassem atualização constante.

Assim, a partir da leitura dos Boletins e das edições da RE/RS, mais do que argumentar pela importância de estudos sobre o CPOE/RS ou a RE/RS para a análise de capítulos e nuances do ensino gaúcho praticado no período, este trabalho utilizou como pressuposto geral a compreensão dessas instituições enquanto lugares utilizados para a propagação de ideias que estiveram a serviço de políticas públicas de um Estado, que percebeu na educação um precioso suporte para a manutenção e fortalecimento de práticas governamentais e, especialmente, para o modelo econômico e político em vigor. Portanto, se buscou identificar as principais constâncias no trabalho desenvolvido, atentando para as repetições, coerências e busca por padronizações para pensar os impressos pedagógicos e a imprensa de educação e ensino a serviço de mecanismos de doutrinação social que visavam à normatização do ensino do Estado do Rio Grande do Sul.

O que se pretendeu com este trabalho foi evidenciar a proposta de uma escola pensada e planejada de forma a atender as demandas políticas, econômicas e sociais e que, na medida em que promovia um regramento, realizou a normatização do ensino ao propor que todo o sistema fosse regido pela mesma lógica de manutenção do controle hegemônico da sociedade. Esta proposição somente foi possível por meio do trabalho desenvolvido pelo CPOE/RS e que encontrou na RE/RS mais uma tecnologia para a propagação dos ideais propostos.

Assim, considerando a questão que norteou esta pesquisa e que buscava apontar de que modo os impressos pedagógicos do CPOE/RS e as publicações da RE/RS evidenciaram e normatizaram propostas técnico-pedagógicas para o ensino primário no Rio Grande do Sul entre os anos de 1947 e 1971 é possível concluir que os Boletins publicados pelo Centro e as Revistas contribuíram fortemente para a difusão da normatização do ensino no período, publicando orientações, justificando algumas escolhas, impondo propostas, sugerindo atividades e, especialmente, agregado aos materiais a justificativa da sua importância e valor na medida em que empregaram a eles o ideal científico, renovador e, assim, promissor para o sucesso de um modelo educacional propagado como o ideal.

Argumenta-se por tal conclusão por meio da percepção que os saberes transmitidos pelos Boletins e pelas Revistas possuem o potencial de serem entendidos como saberes historicamente construídos a partir de situações concretas em que é possível compreender o desenvolvimento do conhecimento que se torna

acessível para professores e alunos e, assim, é capaz de se tornar um meio para os processos de produção e transformação necessários na educação.

Ainda assim, este trabalho não objetiva se apresentar como conclusivo. Ao contrário, trata-se de um estudo em aberto, provocador de outras tantas questões, suscitando ainda mais o desejo de continuar pesquisando em torno do tema. Em estudos posteriores, talvez, se buscará compreender de que forma esses ideais eram transpostos nas práticas escolares, avaliando seus reais impactos no sistema de ensino gaúcho do período. Também se pode apontar como possível pesquisa posterior a investigação sobre a relação entre os resultados obtidos e a influência do movimento da Escola Nova, buscando encontrar similaridades e distanciamentos e, assim, problematizar os formatos que o movimento tomou no Rio Grande do Sul. Também surge como possibilidade de pesquisa observar as anotações, rabiscos e marcas que os professores realizavam nos materiais do CPOE/RS e da RE/RS e que testemunham suas impressões, concordâncias, apontamentos e descontentamentos com as propostas publicadas. De igual forma, todas as pesquisas que tenham como objeto de análise o trabalho desenvolvido pelo CPOE/RS ou pela RE/RS são de importância fundamental para a historiografia do Rio Grande do Sul e merecem sempre atenção.

Para finalizar, se ratifica a proposição máxima deste trabalho: reafirmar a importância do Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais do Rio Grande do Sul, da Revista do Ensino do Rio Grande do Sul e dos impressos educacionais como ferramentas para a normatização do ensino primário gaúcho nas décadas de 1940 a 1970, para mais uma vez destacar a importância de novas interpretações sobre os contextos em que o CPOE/RS e a RE/RS se inserem e, especialmente, para olhares focados na sua articulação como grandes e necessários desafios de investigação.

REFERÊNCIAS

BASTOS, Maria Helena Câmara. As revistas pedagógicas e a atualização do professor: a Revista do Ensino do Rio Grande do Sul (1951-1992). *In*: CATANI, Denice Bárbara; BASTOS, Maria Helena Câmara (org.). **Educação em Revista: a imprensa periódica e a História da Educação**. São Paulo: Escrituras, 1997. p. 47-92.

_____. Apêndice – A Imprensa Periódica Educacional no Brasil: de 1808 a 1944. *In*: CATANI, Denice Bárbara; BASTOS, Maria Helena Câmara (org.). **Educação em Revista: a imprensa periódica e a História da Educação**. São Paulo: Escrituras, 1997. p. 173-187.

_____. Espelho de papel: a imprensa e a História da Educação. *In*: GATTI JÚNIOR, Décio; ARAUJO, José Carlos Souza (org.). **Novos temas em História da Educação brasileira**. Campinas: Autores Associados, 2002. p. 151-174.

_____. **A Revista do Ensino do Rio Grande do Sul: o novo e o nacional em revista (1939-1942)**. Pelotas: Seiva, 2005.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto-lei nº 8.529, de 2 de janeiro de 1946**. Dispõe sobre a organização do Ensino Primário no Brasil. Rio de Janeiro: Presidência da República, [1946]. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-8529-2-janeiro-1946-458442-publicacaooriginal-1-pe.html>. Acesso em 15 dez. 2018.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 5.692, de 11 de agosto de 1971**. Fixa diretrizes e bases para o ensino de 1º e 2º graus, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, [1971]. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1970-1979/lei-5692-11-agosto-1971-357752-publicacaooriginal-1-pl.html>. Acesso em 15 dez. 2018.

CATANI, Denice Barbara. A imprensa periódica: as revistas do ensino e o estudo do campo educacional. **Revista Educação e Filosofia**, ano 10, n. 20, p. 115-130, jul./dez. 1996. Disponível em: <http://www.seer.ufu.br/index.php/EducacaoFilosofia/article/viewFile/928/842>. Acesso em: 20 dez. 2018.

CENTRO DE PESQUISAS E ORIENTAÇÕES EDUCACIONAIS DO RIO GRANDE DO SUL. **Boletim do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais: 1947**. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1947.

_____. **Boletim do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais: 1948-1949**. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1949.

_____. **Boletim do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais: 1950-1951**. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1951.

_____. **Boletim do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais: 1952-1953**. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1953.

CENTRO DE PESQUISAS E ORIENTAÇÕES EDUCACIONAIS DO RIO GRANDE DO SUL. **Boletim do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais**: 1956-1957. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1957.

_____. **Boletim do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais**: ano 1958. Porto Alegre: Livraria Selbach, 1958.

FARIA FILHO, Luciano Mendes de. A retórica das reformas. *In*: FARIA FILHO, Luciano Mendes de; NASCIMENTO, Cecília Vieira; SANTOS, Marileide Lopes (org.). **Reformas educacionais no Brasil**: democratização e qualidade da escola pública. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2010. p. 13-26.

FLACH, Ângela; CARDOSO, Claudira do S. C. O sistema partidário: a redemocratização (1945-64). *In*: GERTZ, René; GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. (org.). **História Geral do Rio Grande do Sul - República**: da Revolução de 1930 à ditadura militar (1930- 1985). Vol.4. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 59-82.

FERNANDES, Ana Lúcia C. O impresso e a circulação de saberes pedagógicos: apontamentos sobre a imprensa pedagógica na História da Educação. *In*: MAGALDI, Ana Maria B. de M.; XAVIER, Libânia Nacif (org.). **Impressos e Histórias da Educação**: usos e destinos. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008. p. 15-29.

FISCHER, Beatriz T. Daudt. **Professoras**: histórias e discursos de um passado presente. Pelotas: Seiva, 2005.

_____. Revista do Ensino/RS e Maria de Lourdes Gastal: duas histórias em conexão. **Revista História da Educação**, Porto Alegre, v. 14, n. 30, p. 61-79, jan./abr. 2010. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/asphe/article/view/28911/pdf>. Acesso em: 20 maio 2018.

FISCHER, Beatriz T. Daudt; FISCHER, Maria Cecilia Bueno. Boletins do CPOE/RS (1947-1966): recortes sobre o ensino da matemática e a gestão dos processos avaliativos. **Acta Scientiae**, v. 17, n. especial, p. 76-93, 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/161503>. Acesso em: 20 maio 2018.

GRAMSCI, Antônio. **Concepção dialética da história**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

GERTZ, René E. Estado Novo. *In*: GERTZ, René; GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. (org.). **História Geral do Rio Grande do Sul - República**: da Revolução de 1930 à ditadura militar (1930- 1985). Vol.4. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 29-58.

IVASHITA, Simone Burioli. Fontes para a História da Educação: a importância dos arquivos. *In*: REUNIÃO CIENTÍFICA REGIONAL DA ANPED, 10., 2014, Florianópolis. **Anais [...]**. Florianópolis: ANPED Sul, 2014. p. 1-18. Disponível em: http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/144-0.pdf. Acesso em: 25 jun. 2018.

LOPES, Sonia de Castro. Obreiros do progresso ou párias da sociedade? Professores primários na imprensa pedagógica do Rio de Janeiro e Lisboa em fins do século XIX. *In*: CARDOSO, Tereza Fachada Levy (org.). **História da profissão docente no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2014. p. 79-100.

LOURO, Guacira Lopes. **História, educação e sociedade no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Educação e Realidade Edições, 1986.

QUADROS, Claudemir de. **Reforma, ciência e profissionalização da educação: o Centro de Pesquisas e Orientação educacionais do rio Grande do Sul**. 429f.: il. 2006. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2006. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/8911> Acesso em: 03 dez. 2017.

_____. Boletins do CPOE/RS (1947-1966): produção, circulação e leitura. *In*: CONGRESSO LUSO-BRASILEIRO DE HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO, 6. 2006, Uberlândia. **Anais [...]** Uberlândia: COLUBHE, 2006. p. 3301-3309.

QUADROS, Claudemir de; TAMBARA, Elomar Calegari; BASTOS, Maria Helena Camara. A educação (1930-80). *In*: GERTZ, René; GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. (org.). **História Geral do Rio Grande do Sul - República: da Revolução de 1930 à ditadura militar (1930- 1985)**. Vol.4. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 315-333.

QUADROS, Claudemir de; STEPHANOU, Maria. Reforma educacional e produção de modos de ser e pensar: A experiência do Rio Grande do Sul nos anos 30 a 50 do século 20. **Rev. Lusófona de Educação**, Lisboa, n. 18, p. 97-110, 2011. Disponível em http://www.scielo.mec.pt/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1645-72502011000200007&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 20 dez. 2018.

MAGALDI, Ana Maria B. de M.; XAVIER, Libânia Nacif (orgs.). **Impressos e Histórias da Educação: usos e destinos**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2008.

MAGALDI, Ana Maria B. de M.; DAVID, Juliana Vital Abreu. Prevenindo o professor-problema: o impresso como estratégia de divulgação na higiene mental e de formação do professor na sociedade brasileira (anos 1930). *In*: CARDOSO, Tereza Fachada Levy (org.). **História da profissão docente no Brasil e em Portugal**. Rio de Janeiro: FAPERJ, 2014. p. 173-188.

MORAES, Lenir dos Santos. **Projetos na pauta de duas revistas pedagógicas. (1939-2009)**. 168f.: il. 2010. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade do Vale do Rio dos Sinos. Programa de Pós-Graduação em Educação, Porto Alegre, 2010. Disponível em <http://www.repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/2007>. Acesso em: 03 dez. 2017.

PERES, Eliane Teresinha. **Aprendendo formas de pensar, de sentir e de agir – a escola como oficina da vida: discursos pedagógicos e práticas escolares da escola pública**. 507f.: il. 2000. Tese (Doutorado em Educação) - Universidade Federal de Minas Gerais. Programa de Pós-Graduação em Educação, Belo Horizonte, 2000. Disponível em <https://wp.ufpel.edu.br/hisales/files/2015/02/Tese-Eliane-Peres.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2017.

PIMENTEL, Alessandra. O método da análise documental: seu uso numa pesquisa historiográfica. **Cadernos de Pesquisa**. São Paulo, n. 114, p. 179-195, nov. 2001. Disponível em http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742001000300008&lng=en&nrm=iso. Acesso em: 19 jun. 2018.

REVISTA DO ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Editora Monumento, 1966.

REVISTA DO ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Editora Monumento, 1967.

REVISTA DO ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Sociedade Contábil-Ficha Tríplice, 1968.

REVISTA DO ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Editora Monumento, 1969.

REVISTA DO ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Editora Monumento, 1970.

REVISTA DO ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Edições Tabajara, 1971.

REVISTA DO ENSINO DO RIO GRANDE DO SUL. Porto Alegre: Companhia Rio-Grandense de Artes Gráficas (Corag), 1992.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº. 794, de 17 de junho de 1943. Aprova o regimento estadual do departamento de educação primária e normal. Diário Oficial [do] Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, ano, n I. 024, p. 1-6, 11 ago.1943.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº. 3.856, de 11 de fevereiro de 1953. Regulamenta as atribuições do Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais. Diário Oficial [do] Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, ano XI, n. 173, p. 1, 11 fev.1953.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº. 4.207, de 10 de outubro de 1953. Descreve com maior precisão as atividades do CPOE/RS. Diário Oficial [do] Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, ano XII, n. 124, p. 1-6, 10 out.1953.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº. 10.354, de 30 de janeiro de 1959. Aprova o regimento do Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais do Rio Grande do Sul. Diário Oficial [do] Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, ano XVI, n. 458, p. 1-6, 30 jan.1959.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº. 10.750, de 31 de dezembro de 1965. Dispõe sobre a reorganização dos serviços da Secretaria de Estado dos Negócios da Educação e Cultura e dá outras providências. Diário Oficial [do] Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, ano XXIV, n. 150, p. 1-6, 15 jan.1966.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº. 18.415, de 28 de janeiro de 1967. Aprova o Regimento do Centro de Pesquisas e Orientação Educacionais da Secretaria dos Negócios da Educação e Cultura e de Execução Especializada. Porto Alegre: Assembleia Legislativa [1977]. Disponível em http://www.al.rs.gov.br/legis/M010/M0100099.ASP?Hid_Tipo=TEXTO&Hid_TodasNormas=41533&hTexto=&Hid_IDNorma=41533. Acesso em: 19 dez. 2018.

RIO GRANDE DO SUL. Decreto nº. 21.120, de 17 de maio de 1971. Reorganiza a Secretaria de Educação e Cultura do Rio Grande do Sul extinguindo o Centro de Pesquisas e Orientações Educacionais do Rio Grande do Sul. Diário Oficial [do] Estado do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS, ano XXX, n. 354, p. 1-6, 17 maio 1971.

RODEGHERO, Carla Simone. Regime militar e oposição no Rio Grande do Sul. *In*: GERTZ, René; GOLIN, Tau; BOEIRA, Nelson. (org.). **História Geral do Rio Grande do Sul - República**: da Revolução de 1930 à ditadura militar (1930- 1985). v. 4. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 83-115.

RODRIGUES, Elaine. A Imprensa Pedagógica como fonte, tema e objeto para a História da Educação. *In*: COSTA, Célio Juvenal; MELO, José Joaquim Pereira; FABIANO; Luiz Hermenegildo. (org.). **Fontes e métodos em História da Educação**. Dourados: Ed. UFGD, 2010. p. 311-326.

RODRÍGUES, Margarita Victoria. Pesquisa histórica: o trabalho com fontes documentais. *In*: COSTA, Célio Juvenal; MELO, José Joaquim Pereira; FABIANO; Luiz Hermenegildo. (org.). **Fontes e métodos em História da Educação**. Dourados: Ed. UFGD, 2010. p. 35-48.

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da Educação no Brasil**. 26. ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

SAVIANI, Dermeval. Breves considerações sobre fontes para a História da Educação. *In*: LOMBARDI, José Claudinei; NASCIMENTO, Maria Isabel Moura (org.). **Fontes, história e historiografia da educação**. Campinas: Autores Associados, 2004. p. 01-12.

_____. A política educacional no Brasil. *In*: BASTOS, Maria Helena Câmara; STEPHANOU, Maria (org.). **Histórias e Memórias da Educação no Brasil – Século XX**. Petrópolis: Vozes, 2011. p. 29-38.

_____. **História das ideias pedagógicas no Brasil**. 4. ed. Campinas: Autores Associados, 2013a.

_____. **Pedagogia Histórico-Crítica**. 11. ed. Campinas: Autores Associados, 2013b.

SILVA, Gescielly Barbosa; SCHELBAUER, Analete Regina. Lourenço Filho e a alfabetização: os testes ABC e a reforma do sistema educacional no estado do Ceará. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 25, p. 122-131, mar. 2007. Disponível em http://www.histedbr.fe.unicamp.br/revista/edicoes/25/art10_25.pdf. Acesso em: 20 mar. 2019.